



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RELAÇÕES DE PORTUGAL COM A NATO ENTRE 1974 E 1976

David Alexandre Pinto Martins Direito

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em História Moderna e Contemporânea

ORIENTADOR

Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues – Professor associado

ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Maio 2017

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RELAÇÕES DE PORTUGAL COM A NATO ENTRE 1974 E 1976

David Alexandre Pinto Martins Direito

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em História Moderna e Contemporânea

ORIENTADOR

Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues – Professor associado

ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Maio 2017

Aos meus pais e irmão

Agradecimentos

Ao professor Dr. Luís Nuno Rodrigues o meu obrigado por ter aceite orientar a minha dissertação e por mostrar-se disponível para me apoiar sempre que necessário.

Às professoras, Doutora Ana Maria Pina e Doutora Maria João Vaz pela disponibilidade e ajuda ao sugerirem temas para a minha dissertação.

Agradecimento também às Doutoradas Joana Melo Antunes e Catarina Melo Antunes, por me terem autorizado a consulta de documentos do arquivo privado de seu pai, Ernesto de Melo Antunes.

Aos meus pais e irmão, pela paciência, força e apoio que mostraram.

Resumo

Em 4 de abril de 1949, Portugal tornou-se um dos membros fundadores da NATO (Organização do Atlântico Norte – OTAN) numa altura em que se vivia sob o regime ditatorial de Oliveira Salazar. A NATO tinha como função principal conter a entrada do comunismo na Europa ocidental e estabelecia um pacto de defesa mútua caso um dos seus membros sofresse um ataque externo. Porém, a 25 de abril de 1974, houve uma revolução em Portugal, que levou ao início de um processo de transição para a democracia. Se por um lado essa vertente política era a mais desejável para os EUA e para os membros da NATO, esta criou desconfianças nos Estados Unidos, uma vez que dos governos provisórios pós-25 de abril faziam parte membros do PCP, o que contrariava a ideologia da NATO. Este facto colocou em risco a permanência de Portugal, criando tensões entre Portugal e os EUA, que foi necessário solucionar.

Abstract

On 4 April 1949, Portugal became a founding member of NATO (North Atlantic Treaty Organization – OTAN) at a time when it was under the dictatorial regime of Oliveira Salazar. NATO had as main function to contain communism entry in Western Europe and established a mutual defense pact if one of its members suffered an external attack. However, the April 25, 1974, there was a revolution in Portugal which led to the beginning of a shift process towards democracy. On the one hand, this policy was the most desirable for the US and NATO members, this has created mistrust of the United States, since in the post-25 April provisory governments there were members of PCP, which contradicted the ideology of NATO. This put at risk the permanence of Portugal, creating tensions between Portugal and the US, which was necessary to solve.

Keyword: Portugal, EUA, NATO, Tensão, Democracia, Revolução

Índice

Introdução	3
I – Enquadramento histórico	9
Breve historial das relações Portugal/NATO	9
II - Conjuntura Externa e Interna no período pré 25 de Abril de 1974	15
O contexto da política externa internacional	15
O contexto interno de Portugal anterior ao 25 de abril de 1974.....	19
III - Portugal e a Nato (1974-1976)	23
Do 25 de Abril ao 28 de setembro de 1974	23
Do 28 de Setembro às eleições de 25 de Abril de 1975	38
O verão quente até ao 25 de Novembro de 1975.....	57
O pós 25 de novembro.....	78
Conclusão	89
Bibliografia	99

Glossário de Siglas

NATO ou OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
MFA	Movimento das Forças Armadas
CEE	Comunidade Económica Europeia
PCP	Partido Comunista Português
PS	Partido Socialista
RDA	Republica Democrática Alemã
RFA	Republica Federal Alemã
EUA	Estados Unidos da América
ONU	Organização das Nações Unidas
URSS	União das Republicas Socialistas Soviéticas
DELNATO	Delegação portuguesa da NATO
PREC	Processo Revolucionário em curso
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CIA	Central Intelligence Agency
KGB	Comité de Segurança do Estado (Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti)
MDP/CDE	Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
SED	Partido Socialista Unificado da Alemanha
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
MDLP	Movimento Democrático para a Libertação de Portugal
ELP	Exército de Libertação de Portugal
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
MI6	Military Intelligence Section 6
GNP ou GPN	Grupo de Planeamento Nuclear
SPD	Partido Social Democrata da Alemanha
MOFA	Movimento de Oficiais das Forças Armadas
MRPP	Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
CSCE	Conferência de Segurança e Cooperação na Europa

Relações de Portugal com a NATO entre 1974 e 1976

Relações de Portugal com a NATO entre 1974 e 1976

Relações de Portugal com a NATO entre 1974 e 1976

Introdução

A temática das relações Portugal/NATO é muito complexa e muita documentação histórica sobre este assunto continua a ser considerada confidencial, o que dificulta o seu estudo. Apesar disso, modestamente, propus-me a elaborar esta dissertação para contribuir, de algum modo, para uma melhor compreensão do caráter difícil dessas relações.

Foi extremamente difícil ter acesso a documentação, nomeadamente, no Arquivo Histórico Diplomático, cuja consulta carecia de autorização que, até hoje, não foi concedida. Por outro lado, consegui ter acesso à documentação do Tenente Coronel Ernesto de Melo Antunes, Ministro dos Negócios Estrangeiros no IV e VI Governos provisórios, cuja consulta, amavelmente, me foi permitida pelos seus herdeiros e cujo arquivo se encontra à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo. Quanto aos documentos do Arquivo de Defesa Nacional, foi-me concedida a sua consulta, mas estes focavam, sobretudo, missões militares conjuntas de Portugal/NATO que, após breve análise, pude verificar que não afetaram a política portuguesa da altura. Por este motivo, estes documentos não revelaram relevância preponderante para o estudo que pretendia fazer. Por outro lado, tive acesso através de Web Sites a documentos desclassificados provenientes dos EUA, nomeadamente do National Archives and Record Administration e do Ford Library Museum, os quais permitiram um melhor entendimento do caráter das relações entre Portugal e a NATO. A maioria destas fontes relaciona-se com conversas e informações que ocorreram entre o executivo de Washington e Portugal e visam, sobretudo, a permanência de Portugal na Organização NATO, daí que a utilização desta documentação se mostre pertinente neste trabalho, uma vez que foram os Estados Unidos que criaram a NATO através do Tratado de Washington em 1949 e foram os principais interlocutores entre Portugal e a NATO no período pós 25 de abril de 1974. Por este motivo não podemos dissociar os EUA das relações entre Portugal e a NATO entre 1974 e 1976.

Tendo em conta que as fontes não chegavam para se ter um panorama geral do contexto em que ocorreu o 25 de Abril de 1974 e do modo como este afetou a política externa de Portugal, nomeadamente com a NATO, procurei alguma bibliografia, de modo a poder fazer uma análise comparativa dos textos por mim consultados, não só em livros, mas, também, em revistas, jornais, internet, entre outros.

O meu trabalho foi feito através de uma pesquisa analítica transversal de modo a comparar as opiniões de diferentes autores associando-as com as informações das fontes consultadas.

Constatei, na minha pesquisa, que existem alguns estudos sobre o tema em apreço, mas que, devido à grande confidencialidade em que se encontram a maioria dos documentos, uma vez que grande parte destes fazem parte de arquivos privados ou ainda não desclassificados a nível arquivístico, o tema relação Portugal/NATO não pode ser muito aprofundada. A bibliografia disponível permite, no entanto, que tenhamos uma melhor percepção do relacionamento Portugal/NATO, no período de 1974 a 1976, o tema por mim proposto para estudo.

Entre a bibliografia encontrada destacamos o livro *Os Americanos na Revolução Portuguesa* de Tiago Moreira de Sá, que faz um relato sobre o envolvimento americano na evolução da política portuguesa na transição do autoritarismo do Estado Novo para uma democracia pluralista de tipo Ocidental. Outro livro bastante relevante para o estudo das relações Portugal/NATO entre 1974 e 1976, foi o livro dos autores Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá sob o tema *Carlucci VS. Kissinger*; este demonstrou várias fases do envolvimento americano na política portuguesa, além de mostrar como esta influenciou, de formas distintas, os diferentes pontos de vista dos protagonistas da política americana, principalmente, do Embaixador Frank Carlucci do Presidente Gerald Ford e do Secretário de Estado Henry Kissinger. Outro livro analisado foi o do autor Luís Nuno Rodrigues sobre o tema *Marechal Costa Gomes - No centro da tempestade* que, dentro da biografia do General Costa Gomes, mostrou alguns aspetos do seu envolvimento na política interna e externa de Portugal, nomeadamente com a NATO. Temos também o livro *Mário Soares e a Revolução* de David Castaño, que apresenta uma biografia de Mário Soares e mostra o papel importante que este teve na política interna e externa portuguesa durante o período da Revolução Portuguesa. Finalmente, mas não menos importante, o livro de António José Telo "*História Contemporânea de Portugal do 25 de Abril à actualidade*", que traça um relato histórico sobre o 25 de Abril e período subsequente. Dentro da bibliografia a que tive acesso, os livros atrás referidos são aqueles que achei serem mais importantes para o tema que me propus tratar sobre Relações de Portugal com a NATO entre 1974-1976. Consultei ainda outros autores, nomeadamente em revistas, que ajudaram, claramente, na compreensão do tema proposto.

Esses autores são Ricardo J. Rodrigues¹, Ana Mónica Fonseca², David Castaño³, Ricardo Noronha⁴, Tiago Moreira de Sá⁵, Pedro Aires de Oliveira⁶, Tilo Wagner⁷, José Medeiros Ferreira⁸, Nuno Severiano Teixeira⁹, Kenneth Maxwell¹⁰, Juliet Sablosky¹¹, Thomas Weissmann¹², Maria Inácia Rezola¹³.

A minha dissertação de Mestrado compreende um período difícil a nível político em Portugal, no qual ocorreu o fim de um regime autoritário pela via revolucionária que teve início no dia 25 de abril de 1974. Foi a partir desta data que se deram os primeiros passos num sentido de instaurar uma democracia. Este período ficou marcado por convulsões políticas e sociais, "anarquia" de poder e uma indefinição a nível da direção política que Portugal pretendia tomar, o que influenciaria a relação com a NATO, o seu principal interlocutor os EUA, bem como com outros países ocidentais. A nível externo vivia-se um contexto, igualmente, instável pois surgiam no Flanco Sul da NATO, conflitualidades entre Grécia e Turquia, dois países membros desta organização, pela tomada de Chipre o que colocava em causa a coesão dentro do seio da NATO. Além disso surgiam, no Flanco Sul da organização, vários países onde ascendiam ideais eurocomunistas, que eram, inquestionavelmente, contra os objetivos da organização NATO. Juntavam-se a estes fatores o clima de "Guerra Fria" existente entre os EUA e a URSS embora, devido a fragilidades internas que existiam em cada uma das superpotências, numa fase mais cooperante entre ambas que as "obrigara" a cederem em alguns aspetos - o Détente.

Foi no período entre 1974 e 1976 que Portugal sofreu as maiores pressões a nível internacional para seguir o rumo da democracia pluralista ocidental embora, internamente, nem sempre fosse seguido esse "caminho", o que causava preocupação a nível externo e

¹ Rodrigues, Ricardo (2016), "Açores - A Independência que nunca chegou", *Notícias Magazine*, N. 1273

² Fonseca, Ana Mónica (2012), "O apoio da Social Democracia Alemã à democratização portuguesa (1974-1975)", *Ler História*, Nr.63 (online)

³ Castaño, David (2012), "Mário Soares e o sucesso da transição democrática", *Ler História*, Nr.63 (online)

⁴ Noronha, Ricardo (2016), "Anatomia de um Golpe de Estado fracassado: 11 de Março de 1975", *Ler História* Nr.69 (online)

⁵ Sá, Tiago Moreira de (2012), "Quando Portugal contou para a América." Os Estados Unidos e a transição democrática portuguesa", *Ler História*, Nr.63 (online)

⁶ Oliveira, Pedro Aires (2009), "O Flanco Sul Sob Tensão - A NATO e a Revolução Portuguesa, 1974-1975", *Relações Internacionais*, Nr.21 (online)

⁷ Wagner, Tilo (2006), "Portugal e a RDA durante a "Revolução dos Cravos"", *Relações Internacionais*, Nr.11 (online)

⁸ Ferreira, José Medeiros (2004), "o 25 de Abril no contexto internacional", *Relações Internacionais*, Nr.2 (online)

⁹ Teixeira, Nuno Severiano (2004), "o 25 de Abril e a política externa portuguesa", *Relações Internacionais*", Nr.1 (online) e Teixeira, Nuno Severiano (1999), "Portugal e NATO:1949-1999", *Nação e Defesa*, Nº 99 2ª Serie

¹⁰ - Maxwell, Kenneth (2005), "Os Estados Unidos e a descolonização portuguesa (1974-1976)", *Revista Relações Internacionais*, Nr.8

¹¹ Sablosky, Juliet Antunes (1996), "A actividade partidária transnacional e as relações de Portugal com a Comunidade Europeia", *Análise Social*, Volume XXXI (138) (online)

¹² Weissman, Thomas (2014), "Perceções da Revolução dos Cravos na imprensa alemã: "Os exemplos de Die Zeit (RFA) e Neues Deutschland (RDA) do 25 de Abril de 1974 até à demissão de Spínola", *SciELO Portugal*, Volume 28 Nr.2 (online)

¹³ Rezola, Maria Inácia, Recensão Critica sobre Carlucci VS Kissinger - os EUA e a Revolução Portuguesa, "As manobras secretas de Washington no PREC" baseado no livro Carlucci VS Kissinger - Os EUA e a Revolução Portuguesa, 2008 D. Quixote, Lisboa

complicações no relacionamento de Portugal com os EUA, com os países ocidentais aliados, com a CEE e, principalmente, com a NATO.

Houve várias datas chave, entre 1974 e 1976, em Portugal, com eventos importantes associados à evolução da definição do rumo político que este iria tomar, eventos estes que determinavam o grau de pressão exercidos por parte da NATO e pelos EUA sobre os executivos portugueses. Essas pressões eram de vários tipos, desde políticas a económicas, chegando mesmo a serem tão agressivas que sugeriam a ameaça de expulsão de Portugal da organização NATO. Para melhor entendimento dos motivos que levaram à tensão entre Portugal e a NATO, entre 1974 e 1976, é necessário percebermos os acontecimentos que provocaram tal conflituosidade, sendo, por isso, oportuno falar um pouco sobre o contexto da revolução pós 25 de abril a nível interno e nas suas repercussões a nível externo.

É pertinente, também, quando falamos sobre as relações de Portugal com a NATO, focarmos as relações de Portugal com a Comunidade Europeia, ainda que Portugal dela não fizesse parte por essa altura, uma vez que dentro dessa Comunidade se encontravam países membros da NATO e, também eles, se encontravam preocupados com a evolução política portuguesa e as repercussões que essa evolução teria no seio da NATO.

Abordarei também neste estudo as relações de Portugal com as duas Alemanhas (RDA e RFA), uma vez que, estes dois países contribuíram de alguma forma para a evolução política portuguesa, quer no caso da RDA ao dar ao apoio ao PCP, quer no caso da RFA ao apoiar o PS, contribuindo não só a nível financeiro como moral, para a disputa do poder em Portugal e, conseqüentemente, para os avanços e recuos das relações de Portugal com a NATO.

Nas pressões externas que Portugal sofreu não podemos esquecer a grande influência da URSS que, durante todo o processo revolucionário em Portugal, tomou duas posições distintas.

Ao longo desta dissertação veremos ainda que as pressões internacionais tiveram um efeito direto sobre os intervenientes políticos de Portugal e que os EUA e os países ocidentais, aliados na organização NATO, tiveram um papel ativo e decisivo no processo de democratização no sentido de conduzir Portugal num rumo político que terminasse numa democracia tipo ocidental. Poderemos verificar, também, que os EUA adotaram, por vezes, atitudes extremas com o executivo português, mas que os países ocidentais da Europa ajudaram sempre Portugal ao funcionarem como intermediários com os EUA, demovendo o pessimismo de Washington e ajudando a mudar quer as intenções quer o seu apoio.

Iremos considerar as várias fases da política de atuação dos EUA em Portugal e ver que esta não foi sempre constante. Falaremos também da Base das Lajes nos Açores que sempre foi um ponto que fez os americanos terem em consideração a presença de Portugal na NATO, refreando-os de tomar atitudes mais extremas, uma vez que a Base das Lajes era sem dúvida um ponto-chave a nível militar, quer para a NATO assegurar o domínio do Atlântico, quer para conter os ímpetus do Bloco do Leste, liderado pela URSS.

Pelos pontos atrás referidos, surgem assim várias questões que pretendemos responder, tais como:

- Que repercussões teve a revolução portuguesa do 25 de Abril na relação de Portugal com a NATO e com os seus intermediários principais, os EUA e os países europeus?

- Como reagiram, a NATO e seus principais interlocutores, à ascensão do comunismo nos Governos Provisórios e quais os efeitos práticos para Portugal?

- Quão importante foi o apoio da NATO, e dos seus intermediários, na implementação de uma democracia tipo pluralista em Portugal?

- Em quantas fases, poderemos dividir o interesse dos EUA e países europeus, relativamente à política portuguesa no pós-revolução em Portugal?

- Como podemos resumir a evolução da relação de Portugal com a NATO, entre 1974 e 1976?

Espero assim, que ao longo desta dissertação, todos os pontos atrás descritos possam ser claramente explanados e que esta possa ajudar na clarificação e entendimento da relação de Portugal com a NATO, no período pós 25 de abril de 1974 entre os anos de 1974 e 1976.

I – Enquadramento histórico

Breve historial das relações Portugal/NATO

Após o final da 2ª Guerra Mundial surgiu a problemática de como proteger a Europa de um possível conflito armado, muitos países no Leste da Europa estavam a cair sob a alçada soviética, o que seria contrário aos objetivos que os EUA haviam traçado para a Europa, no sentido de neste continente existir um conjunto de países de cariz democrata de tendência capitalista. Responsáveis de outros países do continente europeu assistiram com receio e preocupação à evolução política da Europa, onde metade do continente era formado por regimes comunistas ou em vias de o serem devido à pressão do bloco soviético. Na outra metade do continente os partidos comunistas começavam a adquirir muita força como, por exemplo, na França e na Itália. O receio do avanço das ideologias comunistas pelo continente europeu fez com que o governo dos EUA tomasse uma atitude, uma vez que, após a guerra, ficara "constitucionalmente proibido de assinar qualquer pacto de defesa" fora do continente americano, incluindo com a Europa. Para evitar a proliferação desta ideologia, os EUA criaram uma organização com o objetivo de conter o comunismo e, acima de tudo, reunir vários estados membros europeus que se unissem no sentido de cooperarem em caso de conflito ou qualquer ataque do Leste. Criava-se assim a organização NATO, em 1949, que seria uma forma de intervenção, ainda que indireta, na Europa por parte dos Estados Unidos. Criar-se-ia também a nível europeu, este sem a interferência dos EUA, um movimento de integração europeia numa comunidade, movimento este que o regime de Salazar condenava porque o considerava contrário aos interesses nacionais. (Telo, 1999: pp.48,52).

Também o regime do Estado Novo em Portugal sentia que a evolução política europeia tinha tendência a tornar-se contrária aos objetivos de Salazar e do Estado Novo, um regime fortemente anticomunista. Por outro lado, Salazar, que pretendia apoio militar e de defesa para Portugal e suas colónias, solicitou este apoio tanto a Inglaterra como aos EUA. Perante a recusa ao pedido de Salazar, devido a incontornáveis obstáculos, nomeadamente, o regime autoritário e o Império Português, cuja existência era contestada pela comunidade internacional, Salazar apercebeu-se que qualquer apoio suplementar só poderia vir da organização que, entretanto, o convidara para ser um dos seus membros fundadores, pelo que aceitaria aderir à instituição NATO, contudo não sem que antes expressasse as suas reservas. (Telo, 1999: p.52).

A base das Lajes nos Açores foi o elemento essencial do convite a Portugal para fazer parte integrante da NATO. A posição geoestratégica dos Açores fora importante na 2ª Guerra Mundial e a ameaça soviética, justificava “a manutenção do interesse estratégico dos EUA nas Lajes, uma base de valor inestimável para o rápido transporte de soldados e equipamento para o teatro de operações no "velho continente””. (Ferreira, 2016: s.p.). A base das Lajes nos Açores mostrava-se, praticamente indispensável no contexto da Guerra Fria pois, em caso de um ataque de Leste, a base dos Açores permitiria, como já vimos, um avanço rápido de reforços à Europa. Este fato foi o motivo para o convite dos EUA feito a Salazar de integrar Portugal na NATO, embora alguns países aceitassem esta integração com alguma reservas, uma vez que Portugal não era um país com uma "democracia pluralista de tipo ocidental". Segundo o historiador António José Telo, o convite feito a Portugal era "bem revelador sobre a importância que os EUA davam aos Açores". (Telo, 1999: p.52).

O convite de adesão à NATO foi recebido em 1948, em Portugal, com surpresa e levantou reservas a Oliveira Salazar e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Mata. Os três principais receios eram que: sob forma disfarçada, a NATO e os EUA pretendessem a fixação permanente nos Açores com um acordo de prazo dilatado; que se pudesse prejudicar a relação bilateral de Portugal com Espanha com quem havia um Pacto Ibérico de defesa mútua o que, estando Portugal na NATO e a Espanha não, criava um conflito entre os interesses da NATO e o Pacto Ibérico e que, finalmente, receava-se que a NATO para além de anticomunista, fosse antialemã o que poderia prejudicar as relações mantidas de Portugal com a Alemanha. (Telo, 1999: p.54). Salazar receava também que, em caso de conflito na Europa, a sua inclusão na NATO fizesse com que Portugal não pudesse ser neutral, política adotada por Salazar durante a II guerra mundial. Ainda assim Salazar aceitou o convite, não só devido à sua ideologia anticomunista, mas também por influência de alguns responsáveis do regime da altura, que viam nesta adesão uma possibilidade de rearmamento do exército e uma oportunidade de aprofundar a ligação com os EUA. (Telo, 1999: p.55).

Apesar de Portugal ser um país de regime autoritário, política condenada pelos EUA, e do facto de Salazar não ter grande simpatia pelos Estados Unidos da América, que defendiam os regimes democráticos, a 4 de abril de 1949, Portugal assinou o Tratado de Washington tornando-se, deste modo, um dos membros fundadores da Aliança Atlântica. A assinatura da entrada de Portugal na NATO, ainda que trouxesse uma vitória para Salazar a nível de política externa e de diplomacia, dividiu as opiniões a nível político e recebeu a oposição dos comunistas, que “de acordo com as teses soviéticas, opuseram-se radicalmente e consideraram

a aliança um instrumento militar do imperialismo americano”. (Teixeira, 1999: p.22). Com a assinatura do Tratado da Aliança Atlântica Portugal punha fim “ao isolamento imposto pelo veto soviético que”, ainda assim, “o manteve fora da ONU até 1955”. (Ferreira, 2016: s.p.).

A entrada de Portugal no seio da aliança, de certa forma, também trouxe legitimidade internacional ao regime português e permitiu que Portugal recebesse ajuda militar norte-americana, bem como modernização profissional e o reequipamento das forças armadas. Adicionalmente, a “adesão portuguesa e a exclusão espanhola vieram reforçar a posição de Portugal no quadro peninsular e instituir Lisboa como interlocutor privilegiado no relacionamento extra-peninsular”. (Teixeira, 1999: p.23). Muitos oficiais portugueses frequentaram cursos de formação da NATO, nos EUA, um dos quais viria a ser o Presidente da República Portuguesa no futuro regime democrático depois do 25 de abril de 1974, Costa Gomes. (Ferreira, 2016: s.p.). Segundo uma biografia americana de Costa Gomes, proveniente da Casa Branca, desclassificada em 2004, Costa Gomes teve formação entre 1954 e 1956 em Norfolk, Virgínia, no âmbito da NATO, esta biografia diz também que “ele favorecia as relações de mais proximidade com os Estados Unidos ao nível organizativo e de treino das forças armadas portuguesas”.¹⁴

Em 1955 a União Soviética criou o Pacto de Varsóvia que reunia vários países da Cortina de Ferro e que servia de contraponto à NATO criada pelos EUA. No mesmo ano Portugal é integrado na ONU após vários anos do veto por parte da URSS, como já referido. Com esta adesão começaram a surgir várias críticas internacionais quanto à política colonial do regime português, tornando-se esta uma questão que afetou a política externa portuguesa, pois Salazar não abdicava das colónias ultramarinas numa altura em que todos os países colonialistas procediam à descolonização. (Teixeira, 1999: p.26).

A permanência de Portugal na NATO não decorreu sempre de forma pacífica havendo episódios de atrito. Nos anos 50 existia um bom relacionamento entre Portugal, os EUA e a NATO, chegando-se a assinar, em 1951, o Acordo Bilateral de Auxílio Mútuo, entre Portugal e os EUA, dando-se facilidades na utilização da Base Militar das Lajes. Esta, como verificámos em tempo de guerra permitiria às forças da NATO possuírem indefinidamente um ponto geoestratégico no meio do Atlântico para uma rápida intervenção na Europa, em caso de necessidade. No entanto, esse acordo não foi tão fácil para os EUA em tempos de paz. Neste mesmo ano criou-se um acordo para o uso da base por um período de 5 anos, com renegociações periódicas. Em 1956, com nova negociação em cima da mesa, os americanos

¹⁴Biography of Francisco da Costa Gomes, October 18, 1974, Box Nr.6 of National Archive and Records Administration «Presidential Libraries Withdrawl Sheet» Withdrawl ID 017739, 1994 USA (Ver anexo I)

havia sugerido um novo período de 5 anos, mas Portugal só aceitou o período de um ano. Só no ano seguinte, em 1957, com novas negociações, Portugal permitiria a utilização da Base das Lajes, em tempo de paz, por um outro período de 5 anos¹⁵. A partir da década de 60, com a chegada da guerra colonial, o governo norte-americano passou a pressionar Portugal quanto à política colonial. Crescia assim nesta década um atrito entre Portugal e os EUA que envolveria uma redução dos compromissos militares com a NATO. Em 1961, o General Botelho Moniz, que possuía bom relacionamento com a administração Kennedy, tentou um golpe de Estado contra Salazar que visava procurar uma solução não militar para o conflito colonial (segundo a biografia da Casa Branca desclassificada em 2004, Costa Gomes também estaria implicado), no entanto este golpe falharia e Salazar redirecionava todo o esforço militar para o teatro ultramarino. Deste modo "totalmente absorvido pela guerra em África o governo português é levado a reduzir substancialmente os compromissos com a NATO". (Teixeira, 1999: pp.27,28). Em 1962 Washington cortava a ajuda militar a Lisboa no intuito de impedir a utilização de armamento e outro material da NATO na guerra colonial. (Ferreira, 2016: s.p.). Neste ano, contudo, as negociações entre Portugal e os EUA, para a utilização da Base das Lajes não foi fácil. Apesar de os americanos proporem um novo período de 5 anos, para a permanência na base açoriana, por causa da guerra no Ultramar e do embargo de equipamento militar feito pelos EUA, Portugal declinou da negociação, evocando interesses nacionais. Os EUA ficariam na base desde 1962 a 1971 de forma ad-hoc, ou seja, sem qualquer contrato vinculativo, enquanto decorriam as negociações. No entanto as relações entre os EUA e Portugal, degradavam-se devido à questão colonial, o que fez protelar essas negociações.¹⁶ Embora existisse o embargo de equipamento militar a Portugal, "(...) em 1966, (...) se chega a uma solução de compromisso: o comando do IBERLAND ficaria sediado em território português e seria atribuído a um oficial norte-americano". (Teixeira, 1999: p.28). De fato somente em 1969 com um novo governo presidido por Marcello Caetano foi possível reatar e finalizar as negociações para a permanência dos EUA na Base das Lajes, por contratos automaticamente renováveis.¹⁷ Em 1970 Portugal alterou a permissão da "presença americana nos Açores, sem prazo e sem contrapartidas diretas", para um "acordo formal com contrapartidas". (Telo,1999: p.77). Esta negociação difícil arrancaria em 1971 e os EUA aceitariam dar como contrapartidas da sua presença nos Açores a concessão de importantes ajudas económicas e de material militar para as Forças Armadas, desde que este material não

¹⁵ History of Azores Base Agreement, April 1975, Ford Library Museum (online)

¹⁶ History of Azores Base Agreement, April 1975, Ford Library Museum (online)

¹⁷ History of Azores Base Agreement, April 1975, Ford Library Museum (online)

ficasse ligado à guerra ultramarina. Nestas condições Portugal permitiu a continuação da presença americana nos Açores por um período de dois anos, que terminaria em 3 de fevereiro de 1974. (Telo, 1999: p.78). A Base das Lajes mostrou-se importante para os EUA durante a guerra Israelo-Árabe conforme confirmado pelas palavras do jornalista João Ferreira que afirmou que “em 1973, durante a Guerra Israelo-Árabe do Yom Kippur, a base das Lajes foi um elemento estratégico para garantir o reabastecimento de Israel, em contrapartida, os americanos mostraram-se “compreensivos” quanto à necessidade de Portugal obter armamento moderno, designadamente mísseis, para as operações militares em África”. (Ferreira. 2016: s.p.).

Apesar do desbloqueio de armamento a Portugal por parte dos EUA, os meios militares de Portugal no âmbito da NATO, devido à guerra colonial, mantinham-se limitados em 1974. O Aerograma nº 1773 de 4 de abril de 1974 da DELNATO, refere que: “De há anos a esta parte, Portugal vem dando resposta limitada (...) às solicitações (...) para maior contribuição, modernização, substituição, etc., de meios militares a atribuir no âmbito da NATO, argumentando com as pesadas solicitações das operações de defesa do Ultramar.”¹⁸

¹⁸ Aerograma sobre Propostas de forças para 1975-1980, Arquivo Defesa Nacional Pag.1 (Ver anexo II)

II - Conjuntura Externa e Interna no período pré 25 de Abril de 1974

O contexto da política externa internacional

A 25 de abril de 1974 ocorreu um golpe militar em Portugal que pôs fim ao regime autoritário do Estado Novo e deu início a um processo de transição para a democracia. Este golpe militar aconteceu no contexto da Guerra Fria que se iniciara após a 2ª Guerra Mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética, superpotências que disputavam a hegemonia política, económica e militar no mundo e tentavam implementar noutros países os seus sistemas políticos e económicos. A guerra fria aconteceu mais no campo ideológico do que no militar, pois ambos os blocos sabiam que o envolvimento numa guerra literal poderia provocar uma autodestruição mútua, uma vez que, estas duas superpotências eram detentoras de armas nucleares de destruição massiva. Ambas se envolveram, no entanto, em vários conflitos no contexto da Guerra Fria, como no caso da Guerra da Coreia, do Vietname e na Guerra Civil em Angola. Entretanto as duas superpotências haviam criado organizações de defesa militar que se rivalizavam, do lado dos Estados Unidos a NATO, criada em 1949, e do lado da União Soviética o Pacto de Varsóvia, criado em 1955.

Na URSS faziam-se sentir as enormes despesas de manutenção e gastos com os países satélites da Europa Central e de Leste, bem como com as despesas do apoio dado a Cuba, aos países do Médio Oriente e África. Os graves problemas económicos refletiam-se, portanto, no facto de grande parte dos recursos serem para o setor militar. As indústrias estavam sob a centralização estatal que não permitia a produção acima da recomendada pelo Estado e, por isso, o produto nacional crescia lentamente enquanto que as despesas com as indústrias de armamento disparavam, pois investiam-se elevadas quantias na indústria militar para que a URSS se equiparasse ao seu rival, os EUA. Isto fez com que houvesse atraso tecnológico e informático nas indústrias de bens essenciais. No plano internacional a URSS enfrentava um conflito sino-soviético, pois a China aproximava-se dos EUA, o que fazia com que o governo de Moscovo temesse que esta se tornasse uma potência hostil que pusesse em causa a integridade territorial e os interesses de Moscovo. Com a escassez dos bens de consumo estes não chegavam a toda a população e isto refletia-se na contestação do povo. Os problemas económicos, militares e políticos do bloco socialista estendiam-se aos países da Cortina de Ferro. (Sá, 2004: pp.21-23).

Os Estados Unidos não se encontravam em melhor situação. Em 1954 tinham entrado numa longa guerra com o Vietname que só terminaria em 1975, embora oficialmente o envolvimento direto dos EUA, tenha cessado em 1973. Esta longa e penosa guerra levava a um grande número de baixas e muitos sobreviventes retornavam com problemas psicológicos e físicos. A situação, acima referida, fez com que os EUA tivessem que enfrentar uma opinião pública de grande contestação que levou milhares de pessoas a fazerem manifestações reivindicando a retirada das tropas. Entretanto surgira, a nível interno, o escândalo Watergate relacionado com escutas telefónicas e de espionagem dos escritórios do partido democrata, pela cúpula da presidência dos EUA, em 1972. Este escândalo levaria à renúncia do cargo, em agosto de 1974, do presidente Richard Nixon, que, segundo investigações, sabia de todo o esquema das escutas. Tomaria posse o vice-presidente Gerald Ford. As situações relatadas minavam a confiança da população nos seus governantes. (Sá, 2004: p.19). Um apontamento da Cimeira da NATO em Bruxelas, encontrado no arquivo Ernesto Melo Antunes, datado de 13 de maio de 1975, afirmava que “um editorial do “Financial Times” apontava alguns dos fatores que pareciam alicerçar o contexto "internacional" em que se projetava a Cimeira da NATO”. Estes eram os seguintes: “na presidência dos Estados Unidos, Nixon fora substituído por um “presidente fraco, relutante em tomar decisões” e com pouca autoridade perante o Congresso; a política externa de Kissinger sofrera sérios reveses no Médio Oriente e na Indochina; a redução do orçamento de defesa britânico, além de constituir um mau exemplo, enfraquecera os flancos da Aliança; o conflito de Chipre tivera os seus inevitáveis reflexos na Aliança; em Portugal perigava a possibilidade do regresso à democracia; e havia receios fundados quanto ao futuro de Espanha.”¹⁹ Washington enfrentava também problemas a nível do poder global, uma vez que a sua superioridade estratégica nuclear declinara, tendo a URSS alcançado relativa paridade. “Os aliados da Europa Ocidental e o Japão”, que até então dependiam económica e militarmente dos EUA, estavam a recuperar afirmando-se internacionalmente. “A China emergia no palco mundial. (...) Esta mutação dos equilíbrios globais obrigava os norte-americanos a repensarem o seu papel no mundo” (Sá, 2004: pp.19-20), enquanto a URSS, devido à alteração dos equilíbrios de poder, via-se obrigada “a alterar a sua estratégia de política externa”. (Sá, 2004: p.23). Por todos estes motivos, anteriormente mencionados, os Estados Unidos recuaram o seu posicionamento no mundo, só se envolvendo na política externa quando “os seus interesses estratégicos estivessem postos em causa”. (Sá, 2004: p.10). Neste contexto internacional, caso o processo político de Portugal corresse mal, a

¹⁹ Apontamento sobre a Cimeira da NATO em Bruxelas de 13 de Maio de 1975, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2 ,Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

situação poderia suscitar problemas estratégicos para os EUA pondo mesmo em causa o próprio sistema de defesa ocidental e o equilíbrio de poder. Pelas razões atrás referidas, Portugal e a sua revolução inscrever-se-iam na lógica da “Guerra Fria”. (Sá, 2004: p.84). Em 1974, por altura da Revolução Portuguesa, vivia-se num contexto de redefinição destes dois grandes blocos porque as influências de ambos estavam em declínio, devido às crises internas.

Os problemas não se confinavam à URSS e aos EUA, mas também na Europa se atravessava um momento de crise. No flanco sul da NATO surgia o conflito entre Grécia e Turquia sobre o território de Chipre, uma vez que ambos pretendiam governar o território cipriota. Este conflito entre dois países membros da NATO punha em causa a defesa conjunta da integridade e soberania dos Estados membros, um dos objetivos para que fora criada a Aliança Atlântica. Também no flanco sul existia cada vez mais a “crescente probabilidade da chegada dos comunistas ao governo em França e Itália”. (Sá, 2004: p.11). Numa tentativa de adaptar o pensamento comunista à realidade europeia surgira, no início da década de 1970, uma política desenvolvida pelos principais partidos comunistas da Europa Ocidental, denominada como Eurocomunismo, o qual atingiria o seu auge após 1974, quando os comunistas conquistaram alguns bons resultados através de eleições. (Sá, 2004: pp.36-38). Este fenómeno caracterizou-se, essencialmente, pela rutura dos partidos comunistas com o comunismo soviético, deixando de ter em conta os objetivos estratégicos da URSS e passando a ter em consideração os interesses nacionais dos respetivos países. Este tipo de comunismo, funcionando de modo independente em relação a Moscovo, não servia os interesses marxistas-leninistas da União-Soviética, mas, ainda assim, era um problema sério para o Ocidente, pois permitia a entrada destes partidos em governos de países membros da NATO. A existência de partidos comunistas no seio de governos da NATO poderia trazer uma possível desagregação da Aliança Atlântica, provocando desequilíbrio do poder global e ao mesmo tempo acabar com a coesão das democracias europeias. Neste caso estaria em causa o funcionamento da NATO, pois, caso houvesse conflitos com a URSS, não se saberia qual o comportamento que um país com comunistas no seu governo poderia adotar. “Além disso o sistema de troca de informações confidenciais sobre a segurança ocidental e a execução dos treinos militares conjuntos ficavam seriamente ameaçados, ou mesmo condenados”. (Sá, 2004: pp.37,38).

A perda de poder das duas superpotências em relação às suas esferas de influência levou, em 1972, ao surgimento da *Détente*, uma nova forma da gestão do conflito Leste-Oeste baseada na “redução consciente e deliberada das tensões na balança central de poder (...)”,

enquanto a “Guerra Fria” assume a manutenção consciente da tensão a um nível relativamente elevado”. (Sá, 2004: p.24 apud Bell, 1977: pp.1-2) Segundo Tiago de Sá afirma: “A *Détente* significa, então, uma distensão nas relações entre os EUA e a URSS com o objectivo de reduzir o risco de confrontação, o que não pode ser confundido com o fim do conflito entre as duas superpotências. (...) O objectivo era o de enfatizar as zonas de possível cooperação e utilizá-las como alavanca negocial em universos de conflito”. (Sá, 2004: p.24).

No intuito de resolver o problema de segurança e cooperação na Europa e, acima de tudo, garantir a integridade das zonas de influência de cada uma das superpotências, entre 1973 e 1974, os EUA e a URSS reuniram-se para materializar a política de *Détente*, que culminaria mais tarde, já em 1975, na Conferência de Helsínquia. (Sá, 2004: p.31). Nestas reuniões/conferências concordou-se uma união de esforços com o fim de criar um conjunto de princípios reguladores das relações internacionais. Pretendia-se o fim da corrida aos armamentos, a redução das despesas militares, o desarmamento nuclear, a dissolução da NATO e do Pacto de Varsóvia e o estabelecimento de relações de cooperação. Embora nem todas as condições fossem aceites, muitas delas tiveram o acordo da maioria dos intervenientes. Na última Conferência de Helsínquia, ocorrida entre 30 de julho e 1 de agosto de 1975, onde discursou o novo Presidente da República de Portugal, Costa Gomes, realçou no seu discurso alguns princípios básicos, nomeadamente “A igualdade soberana; o não recurso à ameaça ou uso de força; a resolução pacífica dos diferendos. A não intervenção nas questões internas; O respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; a igualdade de direitos e a autodeterminação dos povos; a cooperação entre os Estados”. (Figueiredo, 2015: s.p.).

Estes fatores influenciaram as reações dos Estados Unidos e União Soviética em relação à Revolução Portuguesa do 25 de abril de 1974 pois, conforme afirmou Tiago Sá: “O “desanuviamento” das relações americano-soviéticas (...) reflectiu-se na ação dos dois países em Portugal no âmbito da transição para a democracia, funcionando, (...) como um factor inibitório de uma mais directa intervenção (...) nos acontecimentos internos do nosso país.” (Sá, 2004: p.27). A transição democrática ocorrida em Portugal beneficiou de um enquadramento político internacional auspicioso, uma vez que a "primeira metade da década de 70 foi um período marcado por uma ascendência dos partidos" de direita que estavam "fortemente apostados em aprofundar a dimensão política da construção europeia, a qual acabara de conhecer um significativo impulso com o alargamento da Comunidade Económica Europeia em 1973". (Oliveira, 2009: p.63). Sobre este assunto Juliet Sablosky afirmou que o

papel da Comunidade Europeia como interveniente político, particularmente nos esforços de apoio à democratização de Estados "que aspiram a ser membros", ocorreu "no caso português", dizendo mesmo que este foi um dos primeiros a se democratizar com o apoio da Comunidade Europeia a qual desempenhou o seu papel, oferecendo novas perspectivas sobre a atividade "desta organização em relação aos partidos" que "pode afetar a evolução política, quer a nível nacional, quer internacional". (Sablosky, 1996: p. 1008).

O 25 de abril de 1974 coincidiu, portanto, com o fortalecimento do projeto da Comunidade Europeia dando afirmação à Europa no contexto mundial. Gradualmente a Comunidade Europeia adquiriu um perfil político elevado nas relações das superpotências, ganhando peso internacional e intervindo no processo político do pós-25 de abril de 1974. (Sá, 2004: pp.27,31).

O contexto interno de Portugal anterior ao 25 de abril de 1974

Na madrugada de 25 de abril de 1974 várias unidades militares encontravam-se em alerta para dar início à revolução que poria fim ao regime autoritário dos então governantes, Presidente da República, Américo Tomás e Presidente do Conselho, Marcello Caetano. Esta revolução seria o culminar da revolta contra o regime autoritário e repressivo que estivera em vigor ao longo de 40 anos. Em fevereiro de 1974 o general António de Spínola publicara o livro *Portugal e o Futuro* no qual criticava a política ultramarina do regime e a afirmação de Marcello Caetano de que era preferível uma derrota militar com honra, na Guiné, do que a negociação de um acordo com os terroristas. Segundo o livro, a guerra não iria ter nem vencedores e nem vencidos, logo, esta não valia a pena. Este livro seria o prenúncio de que era necessária uma mudança na política do regime, pois mostrava que os militares percebiam, claramente, que o Estado Novo estava em agonia e que insistia em soluções que iam contra as ideias descolonizadoras que tiveram início após as guerras mundiais. Esta política desgastava o regime autoritário em que se vivia e, por isso, era necessário, segundo mostrava o livro de Spínola, seguir-se por um caminho de liberalização. (Tornada, 2009: pp.39, 40). O próprio Marcelo Caetano admitiria mais tarde que "ao fechar o livro tinha compreendido que o golpe de Estado militar, cuja marcha (...) pressentia há meses, era agora inevitável". (Tornada, 2009: p.60 apud Marcello Caetano, Depoimento, p.201)

Em 1973 fora criado o Movimento dos Oficiais das Forças Armadas, também conhecido como Movimento de Capitães, que contestava o decreto lei 353/73 que permitia que oficiais

milicianos com alguns meses de curso obtivessem promoção, enquanto os oficiais de carreira esperavam anos pela mesma. A par dessa contestação os oficiais de carreira achavam, seguindo um pouco a linha política do livro de Spínola, que era necessário acabar com o regime que insistia na manutenção da guerra colonial apesar das inúmeras baixas que fizera ao longo de todo o período de conflito.

A nível de contexto interno, verificavam-se também grandes dificuldades na sociedade portuguesa, devido ao “isolamento político português, a opressão política e intelectual imposta pelo Estado Novo” (Tornada, 2009: p.38), bem como uma contestação, embora silenciosa, da população em relação à guerra colonial. Além disso, existia uma crise económica e uma elevada taxa de inflação provocada pelo conflito ultramarino. (Castaño, 2013: pp.90,91). Perante o cenário atrás referido Marcelo Caetano convocara, a 13 de março de 1974, todos os oficiais para uma reunião de solidariedade e apoio ao regime à qual Costa Gomes e António Spínola faltaram, pois não podiam apoiar um regime cujas políticas contestavam. A não comparência destes oficiais na reunião denominada de "Brigada do Reumático", levou a que ambos fossem demitidos dos seus cargos, respetivamente, de chefe e vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. (Tornada, 2009: p.59-61)

Sobre o afastamento dos generais o embaixador americano em Lisboa Stuart Nash Scott comentou que tal “constituiu” uma “vitória para o presidente Tomás e a direita”, que desejavam a saída forçada de Spínola do cargo devido à publicação do livro *Portugal e o Futuro*, no entanto, segundo Scott, era uma vitória “possivelmente apenas temporária”, pois era de esperar uma “reacção dos oficiais de patente intermédia pró-Spínola”. Com estas afirmações o embaixador estava certo que não tinha ainda acabado a crise política portuguesa. (Gomes, 2008: p.19). Efetivamente, Scott haveria de transmitir ao Departamento de Estado americano mais novidades três dias depois: "o Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha, tinha avançado sobre Lisboa para levar a cabo um golpe de Estado (o «golpe das Caldas»)". (Gomes, 2008: p.19) Scott, num telegrama sobre este acontecimento, informou que “uma rebelião militar abortada foi desencadeada na noite de 15 de março por 200 a 300 soldados pertencentes a um quartel do Norte” e foi “bloqueada no seu avanço sobre Lisboa por tropas fieis ao governo, regressando sem violência ao quartel”. (Gomes, 2008: p.19). Num segundo telegrama, enviado no mesmo dia, o diplomata fez alguns comentários de que segundo ele, “a situação permanecia problemática”, tendo a tentativa de golpe acentuado “as grandes divisões entre os militares portugueses”. (Gomes, 2008: p.20).

A revolta do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha, que ficou conhecida como a Revolta das Caldas de 16 de março de 1974, serviria como um ensaio para a revolução que ocorreria cerca de um mês mais tarde. Otelo Saraiva de Carvalho, um dos mentores do 25 de abril, confirma esta ideia ao dizer que a revolta de 16 de março foi “para o movimento um verdadeiro balão de ensaio”. (Tornada, 2009: p.22 apud Carvalho, 1977, s.p.). Também Mário Soares afirmaria "que o 16 de Março representava o começo de um processo que não iria parar". (Castaño, 2013: p.91). Esta revolução mostrava a Marcello Caetano a fragilidade em que se encontrava o regime, chegando mesmo a afirmar que "a Revolta das Caldas fora sustida, mas não acabada" e, segundo ele, "o Movimento dos Capitães não pararia mais e o Estado estava num beco sem saída". (Telo, 2007: p.24). Mais tarde, já após o 25 de abril, o ministro da defesa da ditadura, Silva e Cunha, declarou que “Entre o 16 de Março e o 25 de Abril faltou completamente a informação sobre o que se preparava”. (Reis, 1994: p.16). Porém, se os serviços de informação da polícia política portuguesa não tinham informações sobre a revolta que se estava a preparar, convictos de que o fracasso do 16 de março retrainha qualquer revolta, o mesmo não se pode dizer dos serviços secretos dos EUA. Um mês antes do 25 de abril, Scott elaborara um documento em que "identificou, claramente, as movimentações entre a oficialidade intermédia organizada em torno do que era designado como "O Movimento", numa clara referência ao MFA", nome que viria a substituir o MOFA. (Gomes, 2008: p.21). "Surpreendentemente, a Administração Nixon reagiu a estas informações da Embaixada em Lisboa e dos serviços secretos instruindo os seus funcionários para se afastarem de Spínola, e por maioria de razão do “Movimento”, de modo a não emitirem qualquer sinal de apoio às suas teses”. (Gomes, 2008: p.21). Os EUA adotavam, deste modo, uma posição que se poderia dizer “esperar para ver”, uma vez que, como referido anteriormente, estes limitavam, neste período, a sua ingerência na política externa.

Também a RFA tinha conhecimento de que algo se preparava. No dia 24 de abril de 1974, Mário Soares estava em Bona tentando “convencer os seus amigos alemães da iminência de uma alteração política em Portugal e da necessidade de fundos que permitissem ao seu partido poder vir a ser uma das peças no xadrez que se desenhava no horizonte”. (Castaño, 2013: p.92). Ainda assim o ministro da defesa da RFA achava que os militares ainda não estariam prontos para avançar (Castaño, 2013: p.92), uma vez "que todas as fontes dos serviços secretos, não só alemães, mas dos restantes aliados da NATO, garantiam "que a ditadura portuguesa está de pedra e cal e para durar"" (Fonseca, 2012: pag.96, apud Soares, 2011: Pag.169). Na madrugada do dia 25, Mário Soares seria “informado pelos serviços

internacionais do SPD (...) para a existência de movimentações militares em Lisboa”.
(Castaño, 2013: p.92).

III - Portugal e a Nato (1974-1976)

Do 25 de Abril ao 28 de setembro de 1974

No dia 25 de abril de 1974 ocorreria a Revolução em Portugal, revolução essa que os Estados Unidos de certa forma previam, mas que receberam com alguma surpresa. (Gomes, 2008: p.27). Segundo Nuno Simas, no seu livro *Portugal classificado* com base em arquivos nacionais dos EUA, os Estados Unidos receberam com cautela a informação do golpe de estado em Portugal, uma vez que “as informações não eram muitas, além daquelas que os media difundiam”. Também o aparelho diplomático recebera instruções de Kissinger para silêncio absoluto sobre a situação portuguesa. (Simas, 2008, Pag.27). Segundo um relatório da CIA datado de 25 de Abril de 1974 havia-se iniciado um golpe militar e as tropas portuguesas haviam bloqueado o acesso ao Ministério da Defesa e segundo informações recebidas da imprensa um grupo autoproclamado Movimento das Forças Armadas haviam tomado a estação da radio, e planearam uma Junta de Salvação Nacional e restaurado a liberdade civil.²⁰ Um outro relatório do mesmo dia também da CIA datado de 25 de Abril de 1974 mostrava que relativamente ao golpe militar começado na manhã desse dia, ainda se desconhecia quais as forças envolvidas. Ainda segundo este relatório tinha sido emitido pela estação de rádio um pedido de calma à população, e para se manterem nas suas casas e que o grupo se identificou como o Movimento das Forças Armadas. Este era, segundo a CIA, apoiado aparentemente pelo General António de Spínola.²¹ Como se pode notar pelos relatórios atrás mencionados tornava-se, portanto, difícil para a administração americana saber exatamente a amplitude do que se passava em Portugal. Na opinião de Tiago Sá, o golpe de Estado apanhara totalmente de surpresa os norte-americanos, "no entanto, as informações que receberam desse dia sobre os acontecimentos que ocorriam em Portugal eram favoráveis aos interesses de Washington", (Sá, 2004: p.61) pelo que não viram motivos para interferir, embora, nesse dia, se encontrasse ao largo do Tejo uma fragata da NATO. Para a administração norte-americana esta revolução era bem-recebida, pois serviria aos objetivos de democratização de Portugal, uma das condições para melhor aceitação de Portugal na comunidade internacional e ajudaria a

²⁰ The President's Daily Brief, Central Intelligence Agency Library, Disponível em https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0006007732.pdf

²¹ The President's Daily Brief, Central Intelligence Agency Library, Disponível em <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP78S01932A000100200093-1.pdf>

resolver o problema da descolonização, que fora um dos pontos de tensão entre Portugal e a comunidade externa, em especial da ONU.

A 26 de Abril de 1974 a Junta de Salvação Nacional, liderada por elementos do MFA, assume a governação de Portugal, divulgando como seu programa a resolução do problema africano, ações de desenvolvimento económico e democratização, e acima de tudo garantia a manutenção da política externa portuguesa respeitando os compromissos internacionais em vigor. (Sá, 2004: p.65) Na Embaixada dos EUA em Lisboa escrevia-se em relação ao programa do MFA que: “Se este programa for cumprido, não há dúvidas de que Portugal se colocará, pela primeira vez neste século, ao nível da Europa Ocidental”. (Sá, 2004: p.65 apud Antunes, 1986: p.314).

O golpe militar realizado a 25 de abril de 1974 foi bem aceite internacionalmente, porém a chegada de elementos comunistas ao Governo Português, logo durante o I Governo Provisório, aliada ao interesse de vários países do Leste em estabelecerem relações diplomáticas com Portugal, marcariam o ponto de partida para um longo trajeto de dificuldades colocadas pela comunidade internacional, especialmente pelos EUA e conseqüentemente, pela própria NATO. (Castaño, 2013: pp.185, 187).

A mudança política em Portugal não demorou muito tempo a ser reconhecida pelos Estados Unidos da América que, no dia 29 de abril de 1974, através de uma nota entregue ao embaixador português em Washington, João Hall Themido, constatava com prazer o facto de “não ter havido interrupção das relações entre os dois países”. (Gomes, 2008: pp.31,32 apud Outgoing Telegram, 86989, April 29, 1974). No entanto, apesar deste fato todos estes acontecimentos iriam influenciar as relações entre Portugal e a NATO a curto prazo.

As primeiras indicações do caminho que iria ser seguido em Portugal surgiram com a divulgação do programa do MFA, que continha aspetos bastante aceitáveis para a Administração norte-americana. Este programa determinava uma redefinição da política portuguesa "que se traduzia sinteticamente na fórmula “Democratização, Descolonização, Desenvolvimento.”” Apesar deste programa garantir o cumprimento de todos os compromissos internacionais de Portugal [inclusive com a NATO], tornava-se claro que os princípios, democratizar e descolonizar, iriam implicar uma redefinição da orientação da política externa. (Teixeira, 1999: p.30). Neste programa definia-se que "O Governo provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos dos outros países e da defesa da paz,

alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação".²² Propunha igualmente este programa a "resolução do problema africano", ações para desenvolvimento económico e democratização. (Sá, 2004: p.65). Na embaixada dos EUA em Lisboa escrevia-se: "se este programa for cumprido, não há dúvidas de que Portugal se colocará, pela primeira vez neste século, ao nível da Europa Ocidental". (Sá, 2004: p.65 apud Antunes, 1986: p.314).

A 30 de abril de 1974, logo após a revolução, Mário Soares pediu a Hans Diengels, responsável pelas Relações Internacionais do Partido Social-democrata da RFA, que fizesse chegar à administração Nixon uma nota pessoal onde dizia "Esperar que as autoridades dos EUA tirassem as conclusões correctas acerca do significado do golpe em Portugal, o qual não tinha nada que ver com sentimentos anti-NATO". (Gomes, 2008: pp.49,50). Ainda antes de tomar posse como Ministro responsável pela política externa portuguesa, Mário Soares assegurou que Portugal "iria honrar os seus compromissos internacionais, especialmente no respeitante à NATO e que estava empenhado na construção de um regime democrático" em Portugal. (Gomes, 2008: p.51). Nessa base e na linha das garantias dadas por Spínola e Soares, até mesmo Álvaro Cunhal e o chefe do Executivo, Palma Carlos fizeram questão de "Afirmar a continuação da participação de Portugal na NATO". (Gomes, 2008: p.52).

A 1 de maio de 1974, Spínola ainda como membro da Junta de Salvação Nacional procurou o apoio e a aceitação dos EUA, para a implantação do regime democrático em Portugal, o que ficou patente na sua reunião, no mesmo dia, com o embaixador Stuart Nash Scott ao afirmar o alinhamento de Portugal com o Ocidente, salientando que "queremos implantar uma democracia de tipo Ocidental, segundo as linhas da existente nos Estados Unidos da América. O vosso apoio e a vossa assistência são muito importantes". (Sá, 2004: p.66 apud Antunes, 1986: p.318). Em resposta a embaixada dos EUA em Portugal, acabaria por enviar um telegrama a Washington fazendo uma avaliação favorável do rumo da nova política portuguesa, aconselhando mesmo a que Washington desse o seu reconhecimento oficial ao novo regime "saído do Golpe de Estado". (Sá, 2004: p.67). Segundo este telegrama, não havia razões para duvidar que a Junta de Salvação Nacional conduzisse de forma capaz as relações externas e que o general Spínola manifestava a "intenção" de respeitar os compromissos internacionais de Portugal". (Sá, 2004: p.67 apud Antunes, 1986: p.315). Reiterando esta ideia a 3 de maio de 1974, em telegrama para Kissinger, de Donald Rumsfeld

²² Programa do MFA, 1974 Centro Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra (online)

da missão dos EUA na NATO, dizia que "o representante português [na NATO] Nogueira "anunciou formalmente (...) que a nova e proclamada Junta se comprometeu a respeitar os anteriores compromissos internacionais de Portugal"". ²³

A tomada de posse como Presidente da República do General António de Spínola foi no dia 15 de maio de 1974 e a 16 de maio de 1974 era nomeado o I Governo Provisório, com o Primeiro Ministro Adelino da Palma Carlos. A designação do General como Presidente de República garantia aos EUA que o "processo político, iniciado com o 25 de Abril de 1974, seria moderado e de acordo com os interesses americanos" (Sá, 2004: p.65), pois dava alguma garantia de que Portugal iria enveredar por um sistema democrático de estilo ocidental. Apesar do otimismo referido atrás surgiram desenvolvimentos que poderiam prejudicar as relações entre Portugal e a NATO. O Presidente convidaria Mário Soares para Ministro dos Negócios Estrangeiros uma vez que este tinha bastantes conhecimentos a nível internacional, e fora, durante o período de exílio, um dos principais interlocutores portugueses com países Ocidentais. Embora nessa altura estabelecesse uma série de contactos, foi no papel de Ministro dos Negócios Estrangeiros que desenvolveu a máquina diplomática no após 25 de Abril. Fê-lo através de viagens e reuniões com vários dirigentes europeus no intuito de estabelecer laços externos de apoio a Portugal, (Castaño, 2012: pp.17,18) não se limitando aos contatos com países ocidentais, mas extrapolando a Europa e os EUA, criando relações comerciais até mesmo com os países do Bloco do Leste, ditos comunistas, e que, devido à ideologia anticomunista do Estado Novo, haviam sido no passado rejeitados como parceiros de cooperação a nível internacional. Ao colocar Mário Soares no Executivo, Spínola pretendia acalmar a comunidade internacional e mostrou estar certo, pois através do relacionamento de Mário Soares com altos dirigentes internacionais do mundo Ocidental, Portugal reforçaria o intercâmbio com estes e iniciaria relações de cooperação com quase todos os países da Europa de Leste e muitos países do Terceiro Mundo.

No programa do I Governo Provisório, constavam no ponto 6 relativo à política externa, alguns pontos importantes, tais como:

"- Respeito pelos tratados internacionais em vigor, nomeadamente o da Organização do Tratado do Atlântico Norte, (...) contribuição activa no sentido da paz e segurança internacionais;

²³ Telegrama de 3 de Maio de 1974 da Missão dos EUA na NATO para Kissinger sobre Portugal respeitar compromissos internacionais, inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, APP-Cx.23-46

- Intensificação das relações comerciais e políticas com os países da Comunidade Económica Europeia;

- Reforço da Comunidade Luso-Brasileira em termos de eficiência prática;
- Manutenção das ligações com o Reino Unido, o mais antigo aliado de Portugal;
- Continuação das relações de boa vizinhança com a Espanha;
- Reforço da solidariedade com os países latinos da Europa e da América;
- Manutenção da tradicional amizade com os Estados Unidos da América do Norte;
- Definição de uma política realista para com os países do Terceiro Mundo."²⁴

Na política ultramarina salientava-se o reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar seria essencialmente política e não militar.²⁵ Este Governo Provisório apresentava assim uma política externa pró-Occidental.

Logo no I Governo Provisório, que acabara de tomar posse, Spínola acabaria por cometer um erro do ponto de vista tático para receber os apoios dos EUA. Instigado por Mário Soares, que só aceitaria um cargo do governo caso o PCP fosse incluído neste, convidaria Álvaro Cunhal a fazer parte do I Governo Provisório. A intenção de Mário Soares não era propriamente que Portugal seguisse por um rumo comunista, mas pretendia, como afirmou o historiador David Castaño, “forçar o reconhecimento dos partidos políticos, fazendo pressão para que o PCP não ficasse excluído deste processo”. (Castaño, 2013: p.234). O empenho de Mário Soares em colocar comunistas no “elenco governativo” justificava-se também pelo seu interesse em comprometer o PCP “com a nova situação política esvaziando qualquer hipótese do PCP vir a “capitalizar” com um eventual desgaste da solução encontrada”. (Castaño, 2013: p.234). Segundo António Telo este acordo com o PCP “visava objetivos limitados (...) acabar com o Estado dito “fascista”, consolidar o poder emergente e fazer aceitar oficialmente a autodeterminação das colónias, que podia ir até à independência imediata”. (Castaño, 2013: p.234 apud Telo, 2007: p.63).

Acima de tudo, Mário Soares tinha a convicção de que era necessário haver tolerância partidária, não excluindo de cena partidos que poderiam ser úteis nos objetivos estratégicos a que se propunha, especialmente, a instituição de um regime pluralista.

Segundo testemunho de Sanches Osório, um dos organizadores do 25 de abril, este convite partira dos oficiais do MFA, mas, segundo ele, "procurou-se responsabilizar" por tal convite "apenas o Gen. Spínola por forma a desacreditá-lo perante a Opinião Pública, na sua larguíssima maioria não-comunista. Isto não foi verdade". (Osório, 1975: p.54). Se isto

²⁴ (JSN, 1974: s.p.) Arquivo Histórico da Republica Portuguesa (Online)

²⁵ (JSN, 1974: s.p.) Arquivo Histórico da Republica Portuguesa (Online)

corresponde à verdade ou não, não sabemos, mas o certo é que o MFA apresentava duas boas motivações para convidar membros do partido comunista para o governo, uma vez que o PCP, estando “fortemente implantado nas classes trabalhadoras, seria importante que fizesse parte do governo para ajudar a manter a ordem, no sector do trabalho; outra era a de que estando no I Governo Provisório condenado ao desprestígio, seria importante comprometer nessas perspectivas todas as forças políticas”. Álvaro Cunhal deveria, segundo o MFA, “respeitar escrupulosamente as regras do jogo democrático, o que ele aceitou e a isso se comprometeu!” (Osório, 1975: pp. 54-55). Curiosas, no entanto, seriam as afirmações seguintes de Sanches Osório, que comentou o seguinte: “Ocorreu a alguns de nós os eventuais inconvenientes do facto de um país pertencente à NATO e cujo programa revolucionário pressupunha a manutenção naquela organização, ter o PCP como membro do governo. Ocorreu a alguns de nós individualmente, mas nem a Junta nem o Movimento levantaram esse problema. Este detalhe, que se revelou mais tarde ser de extrema importância, demonstra (...) a boa fé da maioria dos oficiais.” (Osório, 1975: p.55). Embora Sanches Osório admita de que a legalização do partido comunista tenha sido uma decisão inteligente e aceitável, o terem convidado o PCP para o governo, segundo ele, demonstrava a inexperiência dos mentores do 25 de abril. Portugal ao fazê-lo sofreria tremendas consequências. (Osório, 1975: p.55).

A presença de comunistas no governo de um país membro da NATO, abria um "precedente perigoso", pois os dirigentes dos EUA, Alemanha Federal, Reino Unido e França referindo apenas os mais decisivos reagiram à presença de comunistas em governos de países pertencentes à NATO e temiam que ocorresse o efeito de dominó e a presença comunista no governo português pudesse influenciar negativamente outros países da Europa pondo em causa a "coesão da Aliança Atlântica e a NATO". (Sá, 2004: pp.38,39). Se Portugal se tornasse comunista, segundo Thomas Bruneau, outros países da Europa Meridional, podiam seguir o exemplo, e colocar em causa a segurança dos países da NATO, daí ser necessário conter o avanço comunista em Portugal, em especial pelo facto de o comunismo do PCP ser fiel ao comunismo moscovita e não semelhante ao novo tipo de comunismo que aparecera na Europa, o Eurocomunismo, mais afastado da ideologia marxista-leninista. (Sá, 2004: p.39). Em meados de maio a esta situação acrescentavam-se as declarações de Mário Soares, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros, de que “no governo provisório (...) deveriam ficar representadas três grandes correntes: centristas, socialistas e comunistas, chegando no caso destes últimos a deixar claro que o PS não estaria representado no governo caso o PCP fosse excluído”. (Castaño, 2012: p.12). Também a declaração de Mário Soares a um jornal

jugoslavo em que este afirmava ter esperança de que o Governo Provisório estabelecesse relações com outros países comunistas, aumentava o mal-estar em Washington, no entanto, Mário Soares garantia que pretendia “manter boas relações tanto com Washington como com Moscovo”. (Castaño, 2013: p.188). Ainda assim o Ministro dos Negócios Estrangeiros Português mostrava-se cauteloso quanto ao estabelecimento das relações com a URSS, pedindo mesmo informações aos aliados anglo-saxónicos quanto ao melhor modo de implementação dessas relações, sendo que a Grã-Bretanha o “alertou” da “necessidade de se tomar (...) uma atitude firme no relacionamento com os soviéticos, sugerindo, (...) especial atenção que deveria ser dada aos assuntos da NATO”. (Castaño, 2013: p.188). Apesar destes alertas, as relações diplomáticas com o bloco de Leste e Portugal iniciaram-se no dia 9 de junho de 1974, chegando mesmo Mário Soares a visitar a URSS “no final de outubro” desse ano, no intuito de deixar claro que era ele “quem conduzia a política externa portuguesa e manifestar a sua oposição a qualquer tipo de projeto que conduzisse o país à orbita da União Soviética”. (Castaño, 2013: p.189). Com isto, Mário Soares pretendia indicar a nível internacional, que Portugal não estaria a fazer uma viragem à esquerda, mas que, como sempre o fez, defendia o alargamento das relações externas mantendo, no entanto, as alianças tradicionais nas quais se incluía a NATO. Ainda assim numa reunião em maio de 1974, de Mário Soares com o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, James Callaghan, deu “a entender que a maior ameaça à instituição de um regime democrático viria da esquerda”. (Castaño, 2012: p.18). Com o avançar do período revolucionário ficou patente aos intervenientes internacionais que Mário Soares seria o único líder de um partido capaz de fazer frente ao avanço da esquerda. (Castaño, 2012: p.18).

A situação de tensão não se limitava ao domínio externo. Internamente, desde as primeiras semanas após o 25 de Abril, segundo Otelo Saraiva de Carvalho, Spínola entrara “em conflito com o MFA, representado pela sua comissão coordenadora e fiscalizadora do cumprimento do programa político, que acusa de estreito conluio com o PCP e de se constituir como núcleo organizado daquele partido a nível do poder revolucionário. (...) Décadas de propaganda anticomunista fazem-no ver em cada militar do MFA que dele diverge um “perigoso Comunista””. (Carvalho, 2016: p.60). Igualmente Bernardino Gomes fala do crescente conflito entre Spínola e os seus apoiantes contra os “capitães” em relação à descolonização que dominou toda a primeira fase da transição portuguesa. Sucederam-se, como vimos, “confrontos entre estes dois polos do novo poder em Portugal”. (Gomes, 2008: p.34).

O mês de maio de 1974 trouxe também o início de uma verdadeira revolução social e política, assistindo-se "ao incremento da atividade a nível sindical", "reivindicações laborais", "ocupações de instalações" e a "proliferação de partidos políticos". (Gomes, 2008: p.36). Além disso, por esta altura as "ruas de Lisboa eram palco de ruidosas manifestações da extrema-esquerda, embaladas por palavras de ordem como por exemplo: "Fora a NATO, Morte à CIA, Independência Nacional!" (Ferreira, 2016: s.p.). Estas manifestações ocorriam frente à embaixada dos EUA e aconteceriam até novembro de 1975. Apesar destas manifestações anti NATO, relativamente aos compromissos com o eixo atlântico e à Organização do Tratado do Atlântico Norte, se alterações houve, foi no sentido de reafirmar e reforçar esse vetor da política externa portuguesa. (Teixeira, 1999: p.31). Apesar destas manifestações a 28 de maio de 1974 o embaixador de Portugal nos EUA, Hall Themido entregou ao Secretário americano Adjunto dos Assunto Europeus, Wells Stabler, uma carta enviada pelo Ministro Mário Soares, onde este expressa o seu forte desejo por reforçar as relações de Portugal com os EUA.²⁶

Reiterando o atrás referido, um dos poucos relatos oficiais de encontros entre os presidentes de Portugal e dos Estados Unidos, registado na obra de Spínola *País sem Rumo*, mostra que era o seu desejo "reforçar as relações com os EUA" e com a NATO, afirmando "perentoriamente que Portugal continuaria ligado à organização e que respeitaria integralmente os compromissos militares assumidos". Expressou ainda "a sua preocupação pelo facto de a União Soviética estar apoiando financeiramente a subversão comunista em Portugal que, irrefutavelmente, evidenciava o facto de que o partido comunista teria acabado de receber da Rússia substanciais ajudas em dinheiro para fazer face à sua campanha eleitoral, de que resultara a atribuição e salários permanentes a grande parte dos seus membros". (Gomes, 2008: pp.59,60). Desta forma o general explicava a razão do aparecimento de comunistas em governos provisórios e no próprio movimento do MFA e demonstrava os seus receios ao salientar "a possibilidade de Portugal se transformar num país comunista" e solicitou o "auxílio americano" para "suster o perigo comunista em Portugal". (Gomes, 2008: p.60). Comprovando os receios de António de Spínola, temos um memorandum de Henry Kissinger para o Presidente Ford, datado de 30 de setembro de 1974, onde Kissinger refere uma mudança para a esquerda em Portugal, com os comunistas e a esquerda radical a controlarem a situação política de Portugal. Comentou e confirmou ainda o expressado medo

²⁶ Telegrama do Departamento de Estado para a Amembassy Lisbon, Maio de 1974, National Archives USA (online)

de Spínola no encontro com Nixon em junho de 1974 nos Açores desta mesma situação e considerou-a muito grave.²⁷

Com o agravamento do conflito interno entre António de Spínola e o MFA, ainda nesta mesma reunião, o General "tentou aliciar os EUA para uma descolonização" do tipo federalista que passava por conceder autodeterminação aos territórios em guerra e preservar os territórios que não estavam em conflito, muito diferente daquela que o MFA pretendia que era uma descolonização de independência imediata. No entanto o presidente dos Estados Unidos da América só estava preocupado com a presença de comunistas no executivo português e com a possível saída de Portugal da Aliança Atlântica, tendo em conta as consequências que tal decisão teria para a defesa do Ocidente, que se encontrava, por essa altura, em plena Guerra Fria com a URSS. Foi neste contexto que António de Spínola sofreu a primeira derrota perante a esquerda do MFA. As razões desta derrota foram o entendimento de independência entre Melo Antunes e o PAIGC, a aceitação do princípio da independência de uma colónia destruindo a tese federalista do autor do livro *Portugal e o Futuro*. (Rafael, 2004: s.p.). Informado pela Embaixada dos EUA em Portugal e pelos Serviços Secretos da existência da "luta pelo poder entre Spínola e o MFA" o governo dos Estados Unidos optou por alhear-se destes acontecimentos nestes "primeiros meses do processo de transição do regime em Portugal". (Gomes, 2008: pp. 34,35). Scott concluiria nas informações enviadas a Washington "que as divergências entre MFA e Spínola poderiam ser tratadas de modo amigável, pois não estavam ideologicamente muito longe". (Gomes, 2008: p.35).

Como verificámos, Washington inicialmente não se comprometeu com o processo político português, de contornos incertos, tanto na metrópole como em África, decidindo continuar a "esperar para ver" mesmo quando se assistiu a uma escalada do conflito entre o general e o MFA que se transformou numa verdadeira luta pelo poder. (Gomes, 2008: p.54).

Numa primeira fase, a decisão norte americana "de não apoiar Spínola, mesmo simpatizando com o seu projeto para a metrópole e para África" era justificada pela preocupação em "transmitir uma mensagem clara, não só a Portugal", mas a outras nações membros da NATO: um país desta organização "com comunistas no governo não poderia contar com qualquer ajuda dos Estados Unidos". (Gomes, 2008: pp. 42,43).

Em junho de 1974 na Conferência Ministerial da NATO, em Otava, o ministro dos Negócios Estrangeiros do novo regime, Mário Soares, reafirmaria a fidelidade à NATO como

²⁷ Memorandum of The White House, September 30, 1974, disponível em <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LOC-HAK-52-1-9-3.pdf>

um dos princípios fundamentais de orientação da política externa portuguesa. (Teixeira, 1999: p.31).

A participação do PCP no executivo de Lisboa criava apreensão nos EUA e NATO. Essa preocupação foi demonstrada por Kissinger, que deixou bem claro "que Portugal não poderia contar com o apoio norte-americano enquanto Álvaro Cunhal e Avelino Gonçalves não fossem afastados" do governo. Assim, "consciente ou inconscientemente, o secretário de Estado dos EUA começava já a pressionar as autoridades de Lisboa". (Sá, 2004: p.70).

Portugal passava a estar no centro das atenções internacionais, especialmente dos EUA. Segundo o embaixador português creditado em Washington, João Hall Themido, "passei a ser alvo de atenção (...) as minhas idas ao Departamento de Estado passaram a ser frequentes". (Morgado, 2005: s.p.).

Esta primeira fase do período pré-constitucional caracterizou-se "pela luta em torno das opções" internas e "externas de Portugal, pelo exercício de diplomacias paralelas e, (...) pela indefinição da política externa" portuguesa. (Teixeira, 1999: p.31). A nível de política externa o I Governo Provisório tendia para o neutralismo, o que deixava os EUA e os representantes da NATO, nomeadamente Joseph Luns, Secretário Geral da NATO demasiado "nervosos". Apesar disso, nunca durante o período de transição para a democracia, qualquer força política, incluindo o PCP, apesar dos seus ataques à NATO e ao imperialismo americano, reclamou a saída de Portugal da Organização. (Teixeira, 1999: p.31). Apesar de não se prever a saída de Portugal da NATO, o Governo Português aguardava a reação desta, quanto ao "problema" da presença comunista no executivo português. A 4 de julho de 1974, o Secretário Geral da NATO, Joseph Luns, escreveu ao Chefe da Delegação Portuguesa junto à NATO uma carta em que fazia algumas sugestões quanto ao problema de segurança dos documentos da Organização. Essas sugestões eram as seguintes:

- a) Dever-se-ia estabelecer um grupo de trabalho restrito que incluísse autoridades portuguesas, dos EUA e o próprio Luns, onde se analisasse "de que modo os documentos transmitidos às autoridades portuguesas" fossem garantidos perante a situação em que estava a política interna portuguesa. Este grupo deveria apresentar sugestões e deveria elaborar um relatório onde seriam estudadas as consequências dos aspetos sugeridos;
- b) Luns sugeria "que os documentos classificados do "COSMIC Top Secret" e "ATOMAL" fossem retidos por ele como custódia (...) até que o relatório do grupo fosse divulgado";

- c) "Solicitava que não fossem enviados para quaisquer documentos classificados da NATO, a não ser que dissessem diretamente respeito a Portugal";
- d) Aconselhava "que tendo em conta as exigências especiais norte-americanas e do Congresso dos EUA, as autoridades portuguesas se abstivessem de participar (...) nos trabalhos do GPN (Grupo de Planeamento Nuclear)" acrescentando que o lugar de Portugal neste organismo "se manteria aberto até o relatório do grupo de trabalho permitir ser de novo ocupado".²⁸

Estas sugestões teriam desenvolvimento alguns meses depois, como veremos mais adiante.

Entretanto, a nível interno as tensões entre o General Spínola e o MFA mantinham-se. Neste mês de julho de 1974 no intuito de reforçar os seus poderes devido ao agravar da situação interna, o General Spínola achava não ser possível "esperar um ano pela realização de eleições legislativas e que o primeiro ato eleitoral e urgente era a eleição do Presidente de Republica que assim passaria a ter uma legitimidade própria e legitimaria o Governo por si nomeado" (Carvalho, 2016: p.60). Com este objetivo em mente o Primeiro Ministro, Palma Carlos, propôs "um referendo sobre um projeto de constituição provisória (...) que adiasse o prazo previsto para a eleição constituinte". Este projeto conferiria ao General Spínola "um poder quase absoluto, que lhe permitiria dissolver o MFA, suprimir a JNS (...) e conduzir uma descolonização neocolonialista". (Carvalho, 2016: p.60). Esta proposta seria rejeitada, o que levou à apresentação da demissão de Palma Carlos e à queda do I Governo Provisório. Consequentemente, seria também uma profunda derrota para Spínola. (Carvalho, 2016: p.60).

Mas o motivo de maior sobressalto na ótica dos EUA, surgiria quando a 18 de julho de 1974, tomou posse o II Governo Provisório, para o qual Vasco Gonçalves foi nomeado como Primeiro Ministro. Neste manter-se-iam essencialmente os mesmos objetivos que no I Governo Provisório, salientando-se uma vez mais o cumprimento dos compromissos internacionais, especialmente com a NATO. Este Governo apresentou, à semelhança do anterior, uma política externa pró-ocidental.

Quando Henry Kissinger quis saber um pouco mais sobre a personalidade deste novo elemento do Segundo Governo Provisório português, recebeu "um telefonema de Espanha dizendo que ele era comunista", informação essa confirmada, mais tarde, por Washington. (Gomes, 2008: p.140). Perante esta situação, o Secretário de Estado norte-americano, Henry

²⁸ Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se à carta do Secretário Geral da NATO de 4 de Julho de 1974 para o embaixador Albano Nogueira, chefe da DELNATO Arquivo Ernesto Melo Antunes, Caixa 87. Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

Kissinger, percebeu que o principal problema surgira agora e residia na figura de Vasco Gonçalves, que mostrava ter uma ideologia próxima dos ideais comunistas. Segundo o responsável pela política externa dos EUA, Henry Kissinger, o Governo de Portugal "era agora dominado pelo PCP, o que ia muito além da participação de militantes daquele partido no Conselho de Ministros" (Gomes, 2008: p.66). Kissinger reconheceria numa entrevista dada ao jornal *New York Times*, em 5 de outubro de 1974, e em resposta a uma questão sobre a situação política no flanco sul da Europa, que "após 50 anos de um governo autoritário o partido comunista era o partido mais bem organizado, com melhor oposição, e com uma grande influência na orientação de Portugal".²⁹ O reconhecimento de que o Partido Comunista era o mais bem preparado e organizado para assumir o poder aumentou o receio de Washington. Esse receio concretizou-se com a entrada de comunistas na esfera governamental portuguesa, e fez com que Portugal começasse a ter alguma relevância na agenda diplomática dos EUA. Perante esta situação os EUA equacionaram duas soluções, a primeira apoiar um golpe de direita, a segunda retirar os comunistas de cena e demitir o primeiro ministro, o general Vasco Gonçalves, que a administração Ford considerava um elemento desestabilizador, além de aliado do PCP e de Álvaro Cunhal. (Simas, 2005: s.p.). Deste modo, a atitude norte-americana para com Portugal passou a depender da forma como as autoridades de Lisboa lidavam com o problema do PCP. "Qualquer acção de Washington esteve sempre diretamente ligada ao modo, favorável ou desfavorável, como evoluiu o seu objectivo último – forçar a saída de Álvaro Cunhal do executivo e travar a sua revolução". (Gomes, 2008: p.41). Apesar da preocupação que estava a germinar nos EUA, em julho de 1974 François Mitterand mostrava a intenção de apoiar a democratização de Portugal. Também Willy Brandt e Olof Palme defendiam que Mário Soares seria o único capaz de se opor às "concepções totalitárias que o partido comunista eventualmente quisesse impor a Portugal". (Castaño, 2012: p.18).

Apesar da presença de elementos comunistas no II Governo Provisório, numa reunião ministerial da NATO datada de 19 de agosto de 1974, com a presença de Costa Gomes, na altura chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e membro da Junta de Salvação Nacional, este sublinhou "que a mudança do regime político foi importante para restabelecer as liberdades fundamentais do povo português e instaurar um regime democrático em todo o território", confirmou também que "o novo regime iria respeitar, integralmente, os princípios da NATO e que a contribuição de Portugal iria ser feita no seu máximo, dependendo dos

²⁹ Reston, James "Secretary Kissinger interviewed for New York Times", Ford Librarium Museum (online)

problemas que as forças armadas teriam devido à mudança do regime político". Finalizou dizendo "que a presença portuguesa na NATO correspondia ao que Portugal queria e que esperava a compreensão, a amizade e a colaboração de todos os países da Aliança Atlântica".³⁰

Entretanto a situação portuguesa com a presença de elementos do partido comunista no Governo acrescida de outros problemas que surgiram na Europa tais como a "crise político-militar na ilha do Chipre, que colocou em confronto dois países membros da NATO, a Grécia e a Turquia, a par de outros desenvolvimentos políticos em Itália, com a possibilidade de uma coligação governamental entre democratas-cristãos e comunistas; levaram a que a Administração Americana e o seu Secretário de Estado, Henry Kissinger, começassem a temer pela instabilidade do flanco sul da Aliança". (Oliveira, 2009: pp.64,65). Para Kissinger a participação de comunistas no Governo de Portugal era um perigo sério, daí ser "contra" qualquer incentivo americano à participação de comunistas no Governo de um país da NATO. (Sá, 2004: p.69 apud Kissinger, 1999: p.629). Kissinger começava a pressionar as autoridades portuguesas no sentido de evitar uma deriva à esquerda em Portugal, deixando bem claro que só apoiaria Portugal se os elementos comunistas no Governo saíssem do mesmo.

Na imprensa da Alemanha Ocidental, nomeadamente no *Die Zeit* do dia 20 de julho de 1974, um artigo, comentando as greves, as exigências e a subida dos salários, refletiu também o medo de que os interesses económicos da RFA em Portugal pudessem ser ameaçados pelo processo revolucionário, acrescentando que na sequência da queda do I Governo Provisório, surgiu um Movimento das Forças Armadas com uma influência acrescida e que seria descrito como "aliados do PCP e contaminado com as ideias (...) confusas do socialismo" (Weissmann, 2014: s.p.), deixando em aberto a possibilidade de evolução para "uma ditadura de direita ou esquerda" ou para "uma democracia pluralista". (Weissmann, 2014: s.p.).

Mais uma vez a nível interno a situação agravou-se a partir do mês de Julho de 1974 com a nomeação de Vasco Gonçalves para Primeiro Ministro em 18 de Julho desse mesmo ano, deteriorando-se a nível económico e havendo recessão e desemprego. Estes desenvolvimentos criavam, na opinião de Spínola, uma verdadeira "anarquia", que o General pretendia dominar tomando medidas que restabelessem a autoridade e a ordem, se necessário fosse, através da declaração de "estado de sítio". Numa reunião do governo, o general Spínola, chegou mesmo a atacar o PCP e o seu líder, Álvaro Cunhal, presente na reunião, dizendo que o excessivo avanço do PCP instalara o pânico na população, pois este

³⁰ Reunião Ministerial North Atlantic Council em 19 de Agosto de 1974 com a presença de Costa Gomes Arquivo de Defesa Nacional

seria um partido às ordens de Moscovo e chegou mesmo a ameaçar colocar o partido na ilegalidade. (Osório, 1975: p.92).

No intuito de ampliar o poder do Presidente da República, Spínola procurou mobilizar a população portuguesa realizando uma manifestação em Lisboa, em 28 de setembro de 1974, a denominada manifestação da “maioria silenciosa”. Porém, a generalidade das forças políticas que se opunham às tentações presidencialistas de António de Spínola, opuseram-se a esta iniciativa criando-se deste modo um braço de ferro entre Spínola e Vasco Gonçalves. (Jornal Tornado, 2016: s.p. apud Ademar, 2015). Apesar do conhecimento de Spínola da preparação desta manifestação, segundo o historiador David Castaño, referindo-se à opinião de António José Telo, não é claro o seu "envolvimento nos planos militares" que ocorreriam em paralelo e que passariam “por ataques às barricadas montadas nos acessos a Lisboa, no sentido de provocarem incidentes que permitiriam ao Presidente da República declarar o estado de sítio e assim reforçar os seus poderes”. (Castaño, 2013: p.191 apud Telo, s.d.: pp.186-187)). Os dias anteriores à realização da manifestação mostraram, de forma bem patente, que Spínola pretendia "forçar a demissão do primeiro ministro Vasco Gonçalves (...) e neutralizar a Comissão Coordenadora do MFA de forma a reforçar o poder presidencial e declarar o estado de sítio". (Castaño, 2013: p.191). No entanto, esta manifestação acabaria por ser cancelada o que fez com que Spínola, num último esforço para prevalecer no processo político português, na madrugada de 28 para 29 de setembro, pusesse em marcha um plano que consistia em obter o apoio dos EUA através de uma intervenção da NATO ou então uma intervenção de Espanha em Portugal, procurando para o efeito contactar Richard Post, secretário do embaixador Stuart Scott da embaixada de Washington em Lisboa. O plano de Spínola consistia em três alternativas:

- 1) "Spínola pedia asilo a Espanha e procurava o reconhecimento do governo provisório no exílio aí estabelecido",
- 2) "pedia-se à NATO que intervisse militarmente em Portugal",
- 3) "pedia-se a Espanha que intervisse militarmente em Portugal através da invocação do Pacto Ibérico, que obrigava ambos os países a apoiar o outro em caso de agressão", o que Spínola considerava iminente, e procurava prevenir a "tomada “legal” do governo português pelos comunistas". (Gomes, 2008: pp.72,73).

A não concretização de qualquer um destes planos fez com que Spínola “não vislumbrasse outra alternativa que não fosse a de apresentar a sua renúncia ao cargo, o que

aconteceu no dia 30 de setembro de 1974, alegadamente devido à análise da situação nacional”. (Jornal Tornado, 2016: s.p. apud Ademar, 2015).

A ansiedade quanto ao rumo político de Portugal, foi ainda mais sentida pelos Estados Unidos com o desenlace do 28 de setembro e com a demissão do general Spínola e, conseqüentemente, com "uma acentuada guinada à esquerda do Processo Revolucionário.(...) No balanço dos acontecimentos em Lisboa, "uma análise da CIA" efetuada a 29 de Setembro de 1974, "considerava que a derrota de Spínola se ficara a dever à estreita coordenação entre o MFA e o PCP, pelo que concluía que para todos os efeitos o país estava agora debaixo do controlo destas duas forças". (Oliveira, 2009: p.65).

Segundo João Hall Themido, embaixador português em Washington, em 28 de setembro de 1974 “as notícias recebidas de Lisboa eram pouco tranquilizadoras. Os elementos moderados e os amigos dos Estados Unidos viram-se substituídos ou subalternizados; a situação social deteriorou-se com greves e conflitos laborais em série; a imprensa e a televisão passaram a estar sob o controlo efectivo do partido comunista, que recorria cada vez mais à intimidação através, sobretudo, de manifestações de rua”. (Sá, 2004: p.90 apud Themido, 1995: p.193). A partir dessa altura, a atitude dos Estados Unidos perante a política externa portuguesa passou a ser mais agressiva, uma vez que, caso Portugal ficasse sob a influência do comunismo soviético, como já referido, receava-se que Portugal entregasse os segredos da NATO ao “inimigo”. (Simas, 2004: s.p.).

Com a demissão de Spínola, acima referida, era nomeado Costa Gomes como novo Presidente da República. Este, no seu discurso de tomada de posse, afirmaria que seriam respeitados “os tratados internacionais em vigor, nomeadamente o da OTAN”, e deixava demarcada a ideia de que iria “negociar o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo”.³¹ Mário Soares rapidamente reiterou à embaixada dos EUA que “a política externa portuguesa se manteria idêntica e que as suas obrigações internacionais, incluindo o compromisso com a NATO, seriam respeitadas” (Castaño, 2013: p.193) apesar da mudança de Presidente. Por outro lado, “os EUA tornavam claro de que não tinham vontade de receber o novo Presidente da República, Costa Gomes”, como forma de pressão política para retificar a situação de Portugal. "Quatro dias depois do 28 de setembro, o Subsecretário de Estado para os Assuntos Europeus" como forma de pressão económica, "informava o Ministro das Finanças português sobre a suspensão do Plano de Ajuda

³¹ Gomes, Francisco da Costa *Discursos Políticos*, 1976, página 16

Económica a Lisboa, que estaria a ser preparado no contexto da visita de Spínola a Washington" (Sá, 2004: pp. 90,91) visita essa que não se realizaria devido à demissão deste.

Por isso, “apesar dos esforços de Soares e Costa Gomes no sentido de assegurarem que no tocante à política externa tudo permaneceria inalterado, os acontecimentos de finais de setembro foram acompanhados com preocupação pela maior potência ocidental, que os interpretou como um “não tranquilizador” desvio à esquerda, tendo sido transmitidas instruções ao embaixador em Lisboa para revelar essa apreensão ao novo Presidente, bem como a de reforçar a “inquietação com que era vista a presença de comunistas no governo e solicitar a Costa Gomes uma avaliação dos acontecimentos nomeadamente as suas implicações na NATO”. (Castaño, 2013: p.194).

Do 28 de Setembro às eleições de 25 de Abril de 1975

A 30 de Setembro de 1974, após a saída de António Spínola da Presidência, tomaria posse o III Governo Provisório, tendo como Presidente Costa Gomes e mantendo como Primeiro Ministro Vasco Gonçalves. No seu discurso de tomada de posse, vincaria que “Respeitaremos os tratados internacionais em vigor, nomeadamente o da OTAN, bem como os compromissos comerciais ou financeiros a que nos vinculámos. O espírito da nova constituição permitir-nos-á reforçar laços com os países amigos, e negociar o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo”.³² Quanto à política externa do III Governo Provisório, conforme mencionado no programa do governo, no ponto 6, artigo 1 "as novas perspectivas abertas no plano internacional pela política de descolonização e de democratização permitem delinear uma actuação de muito mais largo espectro" e que assentou nas seguintes linhas:

"- Consolidação e intensificação das relações existentes, em especial no plano multilateral (G.A.T.T., O.C.D.E., E.F.T.A e C.E.E.)

- Abertura de novos mercados (no ponto 4 deste programa refere-se aos países árabes, países africanos e outros do Terceiro Mundo) até aqui praticamente fechados às novas exportações." ³³

No ponto 6, artigo 2, também focava o estreitamento e intensificação com as Comunidades Europeias.³⁴

³² Gomes, Francisco da Costa *Discursos Politicos*, 1976: p.16

³³ (Presidência do Conselho de Ministros, 1975:s.p.) Arquivo Histórico da Republica Portuguesa (Online)

³⁴ (Presidência do Conselho de Ministros, 1974:s.p.) Arquivo Histórico da Republica Portuguesa (Online)

Referindo-se à nova política externa de intercâmbio, Costa Gomes afirmaria que era necessário “ganhar tempo perdido”. (Rodrigues, 2008: p.212). No seu primeiro discurso do ano de 1975, Costa Gomes, mostrar-se-ia ainda mais otimista, considerando que em termos de política externa “o saldo positivo da Revolução é francamente alto, talvez espetacular”. Acrescentava ainda que Portugal tinha deixado de ser “um povo envergonhado, folheando pergaminhos heroicos do passado”, tornando-se “um povo orgulhoso do seu presente, que a comunidade internacional olha com simpática expectativa a qual sucessivamente, se vão abrindo portas de todos os quadrantes do mundo”. (Rodrigues, 2008: p.212). Este Governo Provisório apresentou uma política externa pró-ocidental.

Em Washington o episódio do 28 de setembro foi encarado de forma muito negativa, "especialmente no caso do Secretário de Estado para quem os acontecimentos significavam uma vitória do MFA e do PCP", bem como uma viragem à esquerda do processo político português. (Gomes, 2008: p.79). Esta ideia foi corroborada pelo historiador David Castaño quando afirmou que nessa altura se entrava “numa nova fase da transição portuguesa (...) os moderados desapareceram da Junta de Salvação Nacional e ficaram minoritários no Conselho de Estado, os militares do MFA reforçaram a sua participação no III Governo Provisório e no controlo da estrutura militar com o afastamento dos spínolistas, (...) o PCP emergiu como uma importante força política, com grande capacidade de mobilização popular, reforçando a sua aliança com o MFA”. (Castaño, 2013: pp.192,193). Tiago Moreira de Sá corrobora a ideia de que a derrota de Spínola enfraqueceu a ala moderada do processo de transição portuguesa, "enquanto que o MFA e o PCP viam reforçadas as suas posições". O resultado "prático deste novo contexto far-se-ia na formação do II Governo Provisório", onde a "Comissão Coordenadora e os comunistas conseguiram impor Vasco Gonçalves para a chefia do executivo, contra a vontade de Spínola". Por outro lado, "o MFA passou a fazer parte do governo com seis pastas e (...) a representação da esquerda passou a ser maioritária". (Sá, 2004: p.86). "Nas palavras de António Telo, entra-se na fase da “deriva comunista”". (Castaño, 2013: p.193 apud Telo, s.d.: p.191). Em todo este processo os EUA mantiveram a teoria do "esperar para ver", embora a evolução da Revolução em Portugal fosse contra os objetivos da NATO e interesses americanos.

Numa reunião com o Presidente Ford e Henry Kissinger, em 18 de outubro de 1974, na Casa Branca, Costa Gomes afirmava que a sua presença ali era, essencialmente, para clarificação da situação política portuguesa, uma vez que a imprensa não relatava os eventos com precisão. Continuaria dizendo que existia medo de que em Portugal o Partido Comunista

assumisse o poder, pois este era o único que emergira da Revolução com uma estrutura organizada de Partido. Porém, Costa Gomes afirmava que este era apenas um dos partidos do Governo. Afirmava, também, que a transição do cargo de Spínola para ele próprio se fizera sem distúrbios e que o novo governo era mais estável. Assegurava igualmente que o "presente Governo Provisório" pretendia seguir um caminho político moderado em democracia e liberdade. Além disso o povo português mantinha os sentimentos anticomunistas pelo que o PCP não teria a força necessária para tomar o poder em Portugal, apesar de ser um partido forte e organizado. Costa Gomes afirmava também que nas eleições previstas pelo programa do MFA todos os partidos estariam representados, contudo os comunistas não iriam ter a força que muitos recebiam. Perante a reafirmação da preocupação do Presidente Ford com a presença de comunistas num país membro da NATO, Costa Gomes reafirmava que esse medo era injustificado e que estava bem familiarizado com a organização, uma vez que se mantinha fiel a ela desde 1951 e que estava certo, sem sombra de dúvida, de que todos os presentes naquela sala eram defensores da NATO. Salientava ainda que a contribuição portuguesa para a Organização não tinha sido muito efetiva nos últimos anos por causa das guerras coloniais, mas que, com a descolonização, Portugal estaria mais disponível para fazer mais, caso a NATO ajudasse a equipar as Forças Armadas Portuguesas.³⁵ A partir desse momento, a nomeação de Costa Gomes como Presidente da República passou a ser vista aos olhos dos americanos como a melhor solução para evitar uma viragem à esquerda, mais radical, e uma "deterioração da situação". Segundo os EUA isto só seria possível se Costa Gomes tivesse a "determinação" para "galvanizar o apoio dos moderados". Se Costa Gomes "não conseguisse emergir como força moderadora" à esquerda e à direita, "Portugal iria provavelmente conhecer mais uma "viragem à esquerda" e, eventualmente, um cenário de "violência". (Rodrigues, 2008: p.193-194). Os acontecimentos do 28 de setembro significavam a pendência da balança do poder a favor do MFA, "em especial a favor do seu setor comunista e da esquerda civil, (...) o PCP". É neste contexto que "o PCP percebe que tem a força necessária para avançar mais rapidamente na execução da sua estratégia de tomada de poder, e decide fazê-lo depois do seu VII Congresso Extraordinário", do dia 20 de outubro de 1974. (Sá, 2004: p.89).

A preocupação de Washington aumentou, uma vez que, em 24 de outubro de 1974, uma análise política do Departamento de Estado dos EUA considerava que Portugal se encontrava "num período de transição e que o essencial do poder político estava nas mãos da Comissão

³⁵ Memorandum of Conversation in the White House, October 18, 1974, Ford Librarium Museum (online) Pag.1-4 (Ver anexo III)

Coordenadora do MFA, cuja liderança era feita por homens como Vasco Gonçalves, Melo Antunes e Vítor Alves”. (Rodrigues, 2008: p.193).

A percepção da influência inédita de comunistas no Governo de um país da Aliança Atlântica levaria à tomada de uma atitude mais ofensiva, onde se aplicaram algumas sanções sugeridas por Luns a 4 de julho de 1974, já referidas atrás. Uma delas, e talvez a mais drástica, seria o afastamento de Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear (GPN), uma das estruturas mais importantes da NATO, estabelecida em 1966, cujo objetivo era dar a todos os países incluídos na NATO a oportunidade de opinar no planeamento nuclear da organização. (Oliveira, 2009: p.65). Nesta ocasião o governo da RFA adotou um posicionamento menos radical quanto às sanções a impor a Portugal. Ao contrário da posição dos EUA, da NATO e dos outros aliados europeus, o representante do RFA, Helmut Schmidt, sugeriu "antes que se realizassem reuniões inócuas do que tomar uma posição de força contra Portugal, desenvolvendo para tal uma intensa actividade diplomática" (Fonseca, 2012: Pag.99 apud Oliveira, 2009: Pag.66). A 2 de novembro de 1974 o Presidente Português, sucessor de Spínola, General Costa Gomes, iria instruir o seu representante em Bruxelas, Embaixador Freitas Cruz, da retirada de Portugal do Grupo Planeamento Nuclear por sua opção. (Oliveira, 2009: p.66) Também em meados de novembro, em declarações prestadas numa visita a Itália, o Ministro Vítor Alves "afirmava publicamente que Portugal não foi “posto de lado” do NPG pelo facto de haver um ministro comunista no Governo e que, de qualquer maneira, “o nosso país está mais interessado, nesta altura, na procura de uma paz efetiva do que numa corrida às armas nucleares”". (Rodrigues, 2008: p.216). Segundo João Salgueiro, no seu apontamento de 13 de maio de 1975, referiu que o Major Vítor Alves, numa deslocação deste em meados de novembro de 1974 a Bruxelas, (...) declarou: admitir que Portugal se retirasse da Organização do Tratado do Atlântico Norte, desde que esse fosse o desejo expresso pela maioria do povo português (...) a decisão de participar dessa organização (GPN) foi adoptada pelo governo anterior. Não temos armas nucleares, não temos intenção de adquiri-las e não estamos interessados no Grupo de Planeamento Nuclear”. O Major Vítor Alves acrescentaria que as relações com a NATO eram boas, e que os laços que uniam Portugal e a NATO seriam respeitados.³⁶

No final do mês de novembro foi o jornal *Expresso* que, "citando “meios afectos à NATO”, confirmava que Portugal não participaria (...)” na NPG e que esta decisão seria por

³⁶ Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao recorte do jornal brasileiro (Jornal da Tarde) de S. Paulo, Anexo ao Ofício Nr.569 de 27 de Novembro de 1974 do Consulado Geral de Portugal em S. Paulo, Arquivo Ernesto de Melo Antunes. Caixa 87. Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

um lado, devido a “falta de interesse mostrado pelo governo português relativamente à sua participação nesses trabalhos” e “por outro lado “a existência no governo português” de um membro do partido comunista””. (Rodrigues, 2008: pp.216,217). O mal-estar criado pela situação da saída de Portugal do Grupo Planeamento Nuclear é bem mostrado, ainda que indiretamente, por uma entrevista concedida por Mário Soares, no início de dezembro de 1974 a vários jornalistas europeus quando comentou: “Algumas comissões que trabalham em “Segredos ultrassecretos” de natureza nuclear puseram o problema da presença de comunistas no Governo Português. Contentamo-nos em tomar em consideração a atitude da NATO sobre esta questão”. (Oliveira, 2009: p.66). Costa Gomes acabaria por aceitar o afastamento de Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear, dizendo numa entrevista ao *Le Monde* a 13 de dezembro de 1974 que “Portugal, como pequena potencia pacifica, não tem o menor interesse nos assuntos nucleares da NATO”.³⁷

Paralelamente, os restantes membros da NATO também não concordaram com a solução encontrada pelos EUA para “lidarem com um potencial problema de segurança”, uma vez que “o GPN era tido como um dos símbolos da cultura de consulta e consenso que a NATO encorajava”. (Oliveira, 2009: p.66)

Segundo o apontamento de João Salgueiro, a saída do GPN viria também alterar algumas posições da organização referentes a Portugal, nomeadamente a “não participação portuguesa no exercício WINTEX 75, realizado em março de 1975, inicialmente previsto como exercício de guerra convencional”, mas que, por pressão americana, passou a ser um exercício que incluía o emprego de armas nucleares, razão pela qual foi excluída a participação portuguesa, sem “qualquer consulta prévia” ao representante português da DELNATO sendo, portanto, “uma decisão unilateral, objeto de manipulação do secretariado e das autoridades americanas”.³⁸

Além do afastamento de Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear, devido à presença de elementos comunistas no Governo de Portugal, os Estados Unidos tinham equacionado a 4 de julho de 1974, a possível fuga de informações confidenciais da NATO para os países do Pacto de Varsóvia, sendo que, por este motivo tanto a NATO como os EUA passaram a pôr em causa o envio de documentos confidenciais para Portugal. (Oliveira, 2009: pp.65,66). A 8 de Novembro de 1974, questionado pela agencia noticiosa nova-iorquina *UPI* sobre notícias vindas de Washington, segundo as quais a NATO tinha começado a “ocultar informações

³⁷ Gomes, Francisco da Costa, *Discursos Políticos*, Direção Geral de divulgação, 1976, Pag.436

³⁸ Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao telegrama Nr.32 e 33 de 20 de fevereiro de 1975 da DELNATO, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

muito secretas a Portugal” o Presidente português responderia que não causava apreensão por parte do Governo Português, mas antes causa de “apreensão para a própria NATO que se negaria ao seu espírito”. (Rodrigues, 2008: p.216). Costa Gomes demonstraria, contudo, o seu desagrado em relação a esta situação, ao norte-americano Alan Lukens, a 12 de novembro de 1974, através de Ferreira da Cunha seu Chefe de Gabinete, dizendo que Portugal “sentia grande preocupação” e “pesar” pela sua exclusão relativamente a determinadas “informações da NATO”. Costa Gomes esperara que os Estados Unidos tivessem abordado este assunto de uma forma “mais diplomática”, de modo a que Portugal não fosse tão “maltratado” publicamente. Expressou também, ao embaixador Scott, que esperava que Portugal pudesse em breve retomar o seu lugar de pleno direito nos círculos da NATO. (Rodrigues, 2008: p.217). A 13 de Dezembro de 1974, Costa Gomes reiterava o seu desagrado quanto ao bloqueio de acesso aos documentos confidenciais da NATO, numa entrevista ao *Le Monde* onde declarou que “Acharia ofensivo para Portugal que continuasse a ser negado o acesso a material da NATO”.³⁹ Ainda assim, um telegrama secreto emitido pela USMission NATO, em Abril de 1975, sem especificação de emissor, para o Secretário de Estado, Henry Kissinger, telegrama esse com conhecimento da Embaixada de Lisboa, declarava que todas as informações secretas, salvo as COSMIC Top Secret e ATOMAL, eram enviadas a Portugal, pois Luns considerava que qualquer restrição adicional levaria a reações contraproducentes em Portugal.⁴⁰

A nível interno a situação tornar-se-ia preocupante uma vez que em "novembro de 1974, o PCP iniciou a batalha da “unicidade sindical”” e "em finais de dezembro é a vez de Álvaro Cunhal exigir as nacionalizações e a Reforma Agrária" (Sá, 2004: p.96). Estas medidas assumiriam uma maior intensidade após as eleições de 25 de abril de 1975, como veremos mais adiante.

Portugal ainda se mantinha sob a ameaça de uma viragem comunista, uma vez que existia ainda a possibilidade de aproximação entre PS e PCP. Em dezembro de 1974 realizou-se o congresso do PS cujo programa de ação se radicalizava e se aproximava dos ideais de esquerda. Neste programa falava-se de nacionalizações generalizadas, na reforma agrária, ficando a iniciativa privada limitada somente às pequenas e médias empresas "na linha da nova política económica de Lenine". Além disso, quanto à política externa, defendia a

³⁹ Gomes, Francisco da Costa, *Discursos Políticos*, Direção Geral de divulgação, 1976 Pag.436

⁴⁰ Informação sobre Portugal e a NATO da USMission NATO para o Secretário de Estado em Washington com informação À Embaixada de Lisboa, 1975, Pag.1. Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

“dissolução simultânea do Pacto do Atlântico e do Pacto de Varsóvia”. (Castaño, 2013: pp.209-211 apud Programa do Partido Socialista, 1974: s.p.). Duas semanas após o congresso foi revelado ao embaixador dos EUA que “não estava ainda afastada a ameaça de vitória da linha defensora de uma maior aproximação do PS ao PCP”. (Castaño, 2013: p.214). Era, portanto, necessário que Mário Soares combatesse a ala mais à esquerda do partido e, caso não conseguisse derrubá-la, segundo Cunha Rego, Chefe de Gabinete de Mário Soares, o partido deveria ser dividido. Quanto à política internacional, revelava-se que “apesar dos desejos da ala esquerda do partido que pretendia ver expressa a defesa da retirada de Portugal da NATO, tal proposta não tinha passado, nem tinha ficado expressa nenhuma referência ao fim da cedência da base das Lajes”. (Castaño, 2013: p.214).

Em janeiro de 1975, Álvaro Cunhal exigia a Vasco Gonçalves, Primeiro Ministro do III Governo Provisório desde 30 de setembro de 1974, a aplicação do seu programa político, utilizando como razão a agitação social, “(...) reclamava a institucionalização do MFA”, a qual considerava necessária para atingir os objetivos políticos a que o MFA se propunha. Entretanto a discussão em torno da “unicidade sindical”, a maior prioridade de Cunhal, “elevou o nível de conflitualidade interna”, levando ao “confronto público entre os líderes do PCP e do PS”, uma vez que este último era contra os propósitos hegemónicos dos comunistas. (Sá, 2004: pp.96-97).

Perante estes acontecimentos, o governo dos EUA, decidiu tomar atitudes mais duras. Em primeiro lugar substituiu o embaixador Stuart Nash Scott por Frank Carlucci, homem forte da CIA “com experiência em situações revolucionárias”, o qual corporizaria a influência americana para inverter o rumo da revolução portuguesa. (Simões, 2015: p.19). Além disso enviou missões diplomáticas a Lisboa para pressionar as autoridades locais e anunciou um pacote de ajuda económica a Portugal, na condição de os comunistas se retirarem do governo. Esta manobra não teve, porém, qualquer efeito, pois Álvaro Cunhal percebera que o seu partido tinha força suficiente, enquanto os restantes partidos e instituições apresentavam enormes debilidades. Segundo o historiador Tiago Moreira de Sá o objetivo do PCP era inalterável, ou seja, a tomada do poder e a imposição de um regime comunista de tipo soviético. (Sá, 2004: pp.95,96). A historiadora Raquel Varela discorda da ideia de que o PCP quisesse impor um regime comunista de tipo soviético, afirmando que “uma das políticas centrais do PCP vai ser a reconstrução nacional-que permitem, como defendemos uma analogia histórica com a política de reconstrução nacional dos partidos comunistas da Europa Ocidental do pós II Guerra Mundial, que foi determinante na contenção de situações

revolucionárias após o derrube do fascismo em Itália, em França, nos países balcânicos e na Grécia." (Varela, 2010, pag.98) A historiadora Raquel Varela apoia, deste modo, a ideia de que o PCP pretendia impor um regime do tipo Eurocomunista.

Corroborando a ideia, de que, Álvaro Cunhal percebera que o seu partido ganhara força, o Embaixador Carlucci em Lisboa enviou a 19 de janeiro de 1975 um telegrama para Henry Kissinger, no qual afirmava que Mário Soares comunicara que a situação política de Portugal lhe parecia crítica, dizendo que "a questão da lei da unicidade sindical" levava à "deterioração da coligação no governo". Soares afirmara também que o MFA e os comunistas iriam aprovar a lei da unicidade sindical. Carlucci concluiria dizendo que segundo a avaliação de Soares, o cenário político português era "bastante negro".⁴¹ Apesar da oposição do PS a aliança comunista-gonçalvista, fruto da supremacia dos órgãos do poder consegue impor os seus princípios. (Sá, 2004: p.97) A situação em Portugal de rutura entre PS e PCP ficaria bem patente numa entrevista de Mário Soares à revista espanhola *Blanco y Negro*, em fevereiro de 1975, que seria enviada pela embaixada dos EUA em Madrid para Kissinger, Embaixada dos EUA em Lisboa, Bona, Londres, Paris e missão dos EUA na NATO. Nesta entrevista Mário Soares responderia, quando confrontado com a questão de uma possível guerra civil em Portugal, que "tal possibilidade era plausível se os socialistas abandonassem o governo e o deixassem nas mãos dos comunistas e dos militares; por essa razão vamos permanecer no governo (...) o partido comunista não joga o jogo democrático e tem sob seu controlo exclusivo a rádio e a televisão. Estou desapontado. Álvaro Cunhal não joga limpo (...)”⁴²

Num comício realizado a 14 de fevereiro de 1975, "Soares, reafirmou que o PS não era um partido anticomunista, mas (...) não toleraria ataques vindos do PCP." (Castaño, 2013: p.263). Num encontro com Embaixador Frank Carlucci e o Senador Lukens, que se realizou a 16 de fevereiro, o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Jorge Campinos e o Chefe de Gabinete de Mário Soares, Víctor Cunha Rego, expressaram alguns receios em relação a "eventuais ações promovidas pelo PC no campo económico através da promoção de greves e de ações de desestabilização no setor produtivo, que poderiam potenciar uma intervenção militar ou, (...) a emergência de uma ditadura militar (...) com a possibilidade de se registar uma tentativa de golpe realizada pela direita, que obrigaria todas as forças de esquerda, incluindo os socialistas e os comunistas, a unirem-se contra tal ameaça." (Castaño,

⁴¹ Telegrama de Carlucci para Kissinger de 19 de Janeiro de 1975 sobre o assunto "Soares vê a situação crítica" inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) do Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra (online)

⁴² Entrevista de Mário Soares à revista *Blanco y Negro* a 11 de Fevereiro de 1975 inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) do Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra (online)

2013: pp.263,264). Carlucci afirmou ter conhecimento desta possibilidade, mas mantinha-se "otimista quanto à evolução dos acontecimentos", mostrando que a forte defesa que o governo fizera após o exercício da NATO na costa portuguesa e que o discurso de Costa Gomes estabelecendo uma data para as eleições, que se realizariam, segundo ele, num processo democrático, tinham-se tornado contratempos para os intentos comunistas. (Castaño, 2013: p.264).

A imprensa estrangeira, perante os acontecimentos atrás referidos, começa a empolar a ideia de Portugal estar a desviar-se para a esquerda, e mediante este facto, numa entrevista publicada a 19 de Outubro de 1974, com o então Ministro sem pasta Ernesto de Melo Antunes à revista *Século Ilustrado*, é-lhe perguntado como vê a situação política de Portugal, ao que ele respondeu que a imprensa estrangeira estava a fazer "uma análise demasiado precipitada dos acontecimentos (...) tirando ilações que estão longe de corresponder à verdadeira situação do país". Disse também, que ao falar-se de desvios para a esquerda, se fazia "uma análise demasiado sumária e elementar da situação" e que o facto de o MFA ter uma linha progressista antifascista não significava uma "particular adesão às formas políticas e ideológicas dos agrupamentos de esquerda, mesmo aqueles que fazem parte da coligação governamental". Declarou também "que o apoio activo dos grupos de esquerda podem facilitar a caminhada no sentido progressivo que preconizamos". Reiterou não haver causa para alarme quanto a Portugal caminhar para opções de esquerda e que, apesar da visão progressista do processo democrático, "não se ponham em causa os valores fundamentais em que assenta a sociedade portuguesa, não ameaçando, (...) o equilíbrio das relações futuras entre Portugal e o resto do mundo". Sem dúvida que nestas palavras se incluía uma vez mais as relações entre Portugal e a NATO.⁴³

A 28 de Janeiro de 1975, após uma reunião com Costa Gomes, o Embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, Frank Carlucci, emitia o seu parecer ao Departamento de Estado dos EUA sobre a capacidade de Costa Gomes lidar com Álvaro Cunhal afirmando que "não se podia contar" com o então Presidente da República" e esta afirmação foi levada em consideração pelos EUA. Frank Carlucci comentaria, mais tarde, numa entrevista concedida a Bernardino Gomes, em 2004, que "“(...) não via Costa Gomes como uma figura forte, apesar de poder ser útil na forma de lidar com os comunistas. Penso que ele não teve um papel construtivo na construção da democracia portuguesa. Não era propriamente um comunista

⁴³ Entrevista de Carlos Plantier ao Ministro Melo Antunes, "A situação política portuguesa fala o Ministro Melo Antunes", 1974 *Século Ilustrado*, Publicação nr.1919, retirada do Centro de Documentação 25 de Abril Universidade de Coimbra (online)

ferranho, mas certamente não iria opor-se a eles””. (Gomes, 2008: p.145 apud Entrevista Carlucci, 2004: s.p.).

Perante a situação portuguesa criaram-se divergências entre Kissinger e Carlucci quanto ao destino de Portugal. Enquanto Kissinger acreditava que Portugal iria cair perante o comunismo, Carlucci "considerava como pouco provável uma tomada do poder pelos comunistas", sendo o "resultado mais previsível" a criação "de um regime democrático com uma política externa alinhada com o Ocidente". (Sá, 2004: p.100). Carlucci explanou que "a tomada de poder pelos comunistas não era provável", porque Portugal "não possuía fronteira comum com um país comunista" e só entre "3 a 5% do comércio externo era feito com países comunistas". Além disso a sua "ligação à NATO tinha um impacto decisivo sobre a atitude e profissionalismo dos militares portugueses". Adicionalmente Portugal "tinha uma estrutura de propriedade privada ao nível agrícola" e acima de "tudo havia a igreja". (Sá, 2004: pp.100, 101). Deste modo, Carlucci "defendeu o apoio às forças democráticas que se opunham ao PCP", principalmente as da esquerda, que estariam "mais bem colocadas para combater a revolução preconizada por Cunhal". Carlucci falava da esquerda militar moderada e do Partido Socialista, acrescentando que seriam estes os intervenientes ideais para a vitória democrática, uma vez que o setor à direita não parecia oferecer quaisquer oportunidades. (Sá, 2004: p.100,101). Em fevereiro de 1975 o Secretário Geral da NATO, Joseph Luns, deslocou-se a Washington para encetar conversações com o Presidente Ford e com Henry Kissinger sobre a evolução política portuguesa e seus reflexos no seio da NATO.⁴⁴ Kissinger ter-se-ia mostrado “apreensivo com a situação interna portuguesa caracterizando Portugal como uma grande interrogação onde tudo poderia acontecer”.⁴⁵ Segundo João Salgueiro, Joseph Luns Secretário Geral da NATO, teria afirmado “ser provável que Portugal abandonasse a NATO, mas, em sua opinião, tal não causaria grandes problemas, uma vez que poderia vir a ser substituído pela Espanha”.⁴⁶ Esta notícia seria a 18 de Abril de 1975, desmentida por Luns, através de dum telegrama da DELNATO⁴⁷.

⁴⁴ Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao anexo do Ofício Nr.57 de 11 de Março de 1975, da Embaixada de Portugal em Copenhaga, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

⁴⁵ Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao anexo ao Ofício Nr.36 de 10 de Março de 1975 da Embaixada de Portugal no Cairo Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

⁴⁶ Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao Ofício Nr.142 de 21 de Março de 1975 da Embaixada de Portugal em Haia, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

⁴⁷ Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao Telegrama Nr.69 de 18 de Abril de 1975 da Delnato. Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

Em Portugal, Costa Gomes, na mesma data, "não se mostrava crente de que a "extrema-direita" fosse capaz de "fomentar um golpe de Estado" em Portugal". Achava, no entanto, não ser de excluir essa possibilidade, em caso de desespero, uma vez que depois do 28 de setembro os oficiais afetos ao "spínolismo" estavam descontentes com a crescente radicalização do MFA. Confiava, no entanto, que em caso de Golpe de Estado, os oficiais e soldados sabiam em que lado se deviam colocar. (Rodrigues, 2008: p.222). Estas conclusões de Costa Gomes coincidiram com o reaparecimento político de General Spínola, que segundo Costa Gomes numa entrevista à revista *Time Magazine* dos Estados Unidos, em 16 de Abril de 1975, afirmaria que depois de 30 de setembro o General Spínola retirara-se para uma quinta do seu irmão nos arredores de Lisboa e que este dissera que se retiraria da cena política, daí ter sido "(...) para mim uma surpresa vê-lo no dia 11 à frente de uma acção contrarrevolucionária muitíssimo (...) mal organizada"⁴⁸.

O primeiro sintoma do descontentamento dos oficiais foi visível nas eleições internas para os conselhos de armas e serviços do exército, realizadas em março de 1975, que deram a vitória ao sector "spínolista". (Rodrigues, 2008: p.223) A "6 de março foi divulgada uma notícia de que as tropas paraquedistas estariam dispostas a marchar sobre Lisboa para deter o Presidente da República" (Rodrigues, 2008: p.224). Em 8 de março, na página do *Jornal Expresso*, Marcelo Rebelo de Sousa afirmava que se verificava uma "nova ascensão do spínolismo". (Rodrigues, 2008: p.223). Vivia-se nessa altura, em Lisboa "um clima de permanente conspiração, (...) os boatos "eram aos milhares"", recorda o Presidente Costa Gomes que diz "ter recebido diariamente muitas pessoas de diferentes partidos e de várias sensibilidades das Forças Armadas cuja primeira coisa que me diziam era a de que iam fazer uma revolução". (Rodrigues, 2008: p.224). Estes desenvolvimentos eram acompanhados atentamente pelo presidente Costa Gomes, que afirmou que o 11 de março representava "uma forma da reacção de que nós já vínhamos a detectar a alguns tempos", sabendo-se existirem "elementos da direita que estavam descontentes e pretendiam senão repor a situação anterior ao 25 de Abril, pelo menos pretendiam que esta situação fosse desviada e tivesse um cariz de elementos da direita". (Rodrigues, 2008: p.223). Na sequência destes acontecimentos dias depois o General Spínola foi informado que estava em preparação uma operação para liquidar a ele e a todos os que a ele estavam afetos na alegada "Matança da Páscoa". Se, por um lado, Costa Gomes sempre duvidou desse plano de matança, o General Spínola acreditou piamente no mesmo, pelo que, na noite do 10 de março decidiu sair de Lisboa. Na manhã do 11 de

⁴⁸ Gomes, Francisco Costa, *Discursos Políticos*, Direção Geral de divulgação, 1976, Lisboa Página 449

março iniciaram-se as operações militares com os para-quedistas a bombardearem e cercarem o RAL 1. Mais tarde ocuparam o Quartel do Carmo e neutralizaram os emissores do Porto Alto. Estas manobras, segundo Spínola, teriam como objetivo, como referido atrás, a detenção do Presidente da República, ou seja, um golpe de Estado no intuito de evitar, segundo Spínola a suposta "matança da Páscoa" e evitar o regresso do "25 de Abril à pureza original". Embora o Presidente da República fosse aconselhado a sair do Palácio de Belém, sobretudo depois dos aparelhos T-6 começarem a sobrevoar o palácio "quase rasando o telhado", Costa Gomes permaneceu no seu gabinete e, a meio da tarde, foi o primeiro-ministro Vasco Gonçalves que, sem ter informado primeiro o Presidente da República, nas rádios e televisão, informou ao país que o golpe militar tinha sido dominado (Rodrigues, 2008: pp.224-226). Nesse dia, "por intermédio de Willy Brandt, Mário Soares fez também chegar uma mensagem a Gerald Ford, onde descrevia a situação como grave e afirmando que os socialistas estavam "a chegar a um ponto de desespero", revelava estarem a contar com a assistência dos Estados Unidos, pois o 11 de Março fora encenado para servir os interesses dos comunistas, o MFA estava sob a sua influência e as eleições do 25 de abril iriam ser realizadas num clima intimidante para as forças moderadas". (Castaño, 2013: p.277 apud Sá, 2007: p.246). Este golpe, segundo Ricardo Noronha, teria sido perpetrado pelo general Spínola que, após a sua demissão, se remetera a uma posição discreta, mas não totalmente ociosa. Segundo ele "o General "acarinhava um movimento" destinado a extinguir a "Comissão Coordenadora do MFA, de orientação marxista" e a reforçar o poder dos órgãos constitucionais, acabando com as estruturas paralelas de poder existentes nas Forças Armadas"". (Noronha, 2016: pp.73,74 apud Pinto e Calvão, 1995: p.20). Este golpe, segundo Ricardo Noronha, teria como objetivo a detenção de "comunistas e pró-comunistas", "forçando-os a renunciar às suas funções para, em seguida, restabelecer a hierarquia formal no seio das Forças Armadas e devolver Spínola à Presidência da República, formando um governo sem o PCP e o MDP-CDE". (Noronha, 2016: p.74). Segundo o mesmo autor, a 30 de janeiro, fora contactada a Embaixada dos Estados Unidos por "uma personalidade da direita portuguesa" solicitando o apoio dos EUA na montagem de um golpe de Estado, contudo o embaixador Frank Carlucci desencorajou qualquer apoio. (Noronha, 2016: p.74). Se para Noronha quem liderava o golpe de 11 de março era o General Spínola, já José Eduardo Sanches Osório, um dos maiores intervenientes do movimento do 25 de Abril, e mais tarde Ministro da Comunicação Social do II Governo Provisório apresenta uma ideia diferente: ele próprio fora informado poucos dias antes que o Partido Comunista preparava uma matança a que chamaria "Operação da Páscoa". Na lista de pessoas a matar

estariam vários nomes civis e militares, incluindo o seu próprio nome. A mesma informação chegara ao General Spínola e perante esta, tanto Sanches Osório como o General saíram de Lisboa e tiveram conhecimento do golpe de 11 de março pela rádio. No dia seguinte, surgiria um mandato de captura tanto contra Sanches Osório como para o General Spínola. Para Sanches Osório houve “uma acção concreta de tipo revolucionário”, e, segundo ele, “houve 30% de intentona revolucionária e 70% de armadilha montada pelo KGB”. Osório continua dizendo, que o golpe de 11 de março “tinha sido uma brilhante armadilha, organizada com mão de mestre, com objectivo de se desfazerem de Spínola (...) e de outras entidades incomodas, antes das eleições. O que os mestres da armadilha não previram é que as forças marxistas perdessem as eleições, apesar de tudo”. (Osório, 1975: pp.129-131). Já para o historiador Tiago Moreira de Sá, o golpe de 11 de março foi uma "armadilha", onde vários interesses coincidiam. Para este autor, "os principais interessados em precipitar uma crise, com origem na direita militar, eram o PCP e os seus aliados “gonçalvistas””. O 11 de Março era, portanto, a solução ideal "para evitar a execução do Plano Melo Antunes aprovado a 8 de fevereiro de 1975, que consistia numa ação económico-social e que procurava regular a economia de modo gradual, permitindo um controle pelo Estado da banca e seguros, mas sem a política de nacionalizações, nem de reforma agrária e “contornar” o problema das eleições". Este plano era precisamente o contrário das exigências de Álvaro Cunhal, pelo que a ser aplicado "significava, no mínimo, um atraso considerável no caminho da revolução comunista, ou mesmo o seu termo". (Sá, 2004: pp.106,107). "Uma vez que Álvaro Cunhal precisava de um golpe de força para inverter o curso dos acontecimentos", e aproveitando o fato de que Spínola e seus aliados, afastados do processo político desde o 28 de setembro, nunca desistiram de o tentar recuperar, o que a esquerda revolucionária fez, foi aproveitar estas intenções dos spinolistas e obrigá-los a atuar com o propósito claro de neutralizar de vez Spínola e seus apoiantes. (Sá, 2004: p.107-108).

Os primeiros tempos do ano de 1975 seriam marcados por uma dinâmica que conduziu ao 11 de março. Segundo Tiago Moreira de Sá, “(...) estamos em crer que esta tentativa de golpe militar resultou de uma “armadilha” colocada pela esquerda revolucionária a Spínola com a intenção de arranjar um pretexto que lhe permitisse acelerar ainda mais o processo revolucionário”. (Sá, 2004: p.105). Prova de que o 11 de março favoreceu o PCP e a ala esquerda radical foi a radicalização do processo revolucionário preconizado pelos comunistas. "Na noite de 11 para 12 de março a Assembleia do MFA" iria aprovar "a nacionalização da banca e dos setores básicos da economia" e "a unicidade sindical" o que, em poucas palavras,

"era a concretização de quase todos os “objetivos fundamentais” do programa político do PCP e das suas reivindicações". (Sá, 2004: p.109). Se esta situação era preocupante para Washington, "a notícia que circulava da substituição de Mário Soares nos Negócios Estrangeiros" agravou a sua preocupação, pelo que afirmou que “O governo americano não só lamentava a sua saída como exprimia preocupação caso essa medida significasse alteração na política externa portuguesa”. (Sá, 2004: p.,111 apud Themido, 1995: p.213).

Bernardino Gomes afirmou que para Carlucci, houve uma "avaliação preliminar da tentativa do 11 de março", classificando-a como “incompreensivelmente mal planeada, mal liderada e desorganizada”. Embora ainda existissem dúvidas sobre os motivos e objetivos do golpe, considera Bernardino Gomes, “os envolvidos eram, fundamentalmente da Força Aérea e da Guarda Nacional Republicana” e “a direita tinha vindo a falar de um golpe há já algum tempo”. Segundo este autor, independentemente do apuramento final dos autores, para o Embaixador Carlucci, a fuga de Spínola para Espanha iria vincular os “spinolistas a este golpe e ter como consequência a saída de cena do principal apoio das forças moderadas (Spínola), permitindo aos “esquerdistas” reivindicar que a conspiração era de proporções muito mais vastas do que o era na realidade. (Gomes, 2008: pp.156-157) É no dia 11 de março de 1975 que a Embaixada dos EUA em Madrid envia para Henry Kissinger e para a embaixada dos EUA em Lisboa um telegrama onde afirma que o “Gen. António Spínola acompanhado da mulher e de vários oficiais portugueses subordinados chegou à Base Aérea espanhola de Talavera esta tarde, (...) o Governo Espanhol emitiu um comunicado negando qualquer envolvimento na insurreição contra o Governo Português, reafirmando a sua adesão ao princípio de não intervenção”⁴⁹, demarcando-se a Espanha desta forma, das ações perpetradas durante o golpe, apesar de aceitar o exílio de Spínola. Em relação ao 11 de março, Carlucci concluía que “seja qual for a composição, origem e motivação da tentativa falhada do golpe, o resultado só poderá dar o fortalecimento da esquerda. (...) A principal questão agora parece ser qual o alcance da viragem à esquerda do Governo Português”. (Gomes, 2008: p. 157).

Segundo Bernardino Gomes, o embaixador norte-americano Frank Carlucci escreveu que com o golpe falhado do 11 de março tinha “aumentado (...) a probabilidade de Portugal ter um governo militar, baseado em políticas populistas, com conotações fortemente pró-comunistas, procurando apoios internacionais no terceiro mundo e pelo menos, minimizando as ligações à NATO”. Reforçou, no entanto, os aspetos positivos da posição de Costa Gomes,

⁴⁹ Telegrama de 11 de março de 1975 da embaixada dos EUA em Madrid para Kissinger e embaixada dos EUA em Lisboa inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) do Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra (online)

visto por Carlucci como, um moderado. O embaixador aconselhou o Departamento de Estado dos EUA que se centrasse "em fazer todos os possíveis para limitar uma viragem à esquerda" através do seu apoio de continuação do programa de ajuda económica. Termina Carlucci dizendo, "porém, que a tarefa não ia ser fácil" e que "vamos precisar de todas as alavancas a que conseguirmos deitar mãos (...)" (Gomes, 2008: pp.157-158). Todos estes acontecimentos em Portugal fizeram piorar ainda mais o clima de tensão com a NATO, uma vez que os comunistas ganharam poder político através da sua aliança comunista-gonçalvista, quer no Governo, quer no MFA, do qual Vasco Gonçalves, líder dos gonçalvistas, fazia parte. As relações luso-americanas seriam mais agravadas, com um episódio ocorrido durante o 11 de março, no qual Otelo Saraiva de Carvalho, numa conferência de imprensa, implicou Frank Carlucci nos acontecimentos ocorridos nesse dia e, afirmou não só não poder garantir a segurança do embaixador dos Estados Unidos da América, como o aconselhou ainda a abandonar Portugal. Segundo Otelo "Eu não posso neste momento garantir a segurança física do Sr. Carlucci e é possível a certa altura, que ele sofra um dissabor qualquer. O que seria extremamente lamentável para o nosso governo". (Gomes, 2008: p.160)

Após o 11 de março, tanto Carlucci como Hilland, Diretor do Departamento de Informações e Pesquisa do Departamento do Estado dos EUA concluíram que, caso houvesse uma nova tentativa de golpe de Estado e se o mesmo partisse de António Spínola este seria um risco, pois este tornara-se perigoso para os objetivos norte-americanos. No entanto, se esse golpe de Estado fosse efetuado pela ala moderada de Mário Soares ou do Grupo dos Nove, onde se incluía Melo Antunes, seria de todo o interesse para os Estados Unidos a eventualidade de se fornecerem armas caso, para tal golpe, fossem necessárias. (Agência Lusa, 2014: s.p.)⁵⁰. Tal como o embaixador e os serviços secretos americanos previram, o 11 de março significou um aumento de poder em favor dos setores mais radicais do Movimento das Forças Armadas e, por isso, uma derivação à esquerda da Revolução Portuguesa. A ideia da ascensão da ala esquerda radical em Portugal ficaria bem patente "na Assembleia, de 11 de março de 1975" onde "as alas mais radicais do MFA pretendiam ir mais longe. Surgiram propostas no sentido de adiar a realização das eleições para a Assembleia Constituinte, de "fuzilar" os elementos implicados no 11 de março, de afastar do Conselho da Revolução alguns dos "moderados"". (Rodrigues, 2008: p.228). É neste contexto que Helmut Schmidt, Chanceler da RFA, após o 11 de março prepara uma ofensiva diplomática com o intuito de realização de "eleições para a Assembleia Constituinte, que estavam em risco por causa da

⁵⁰ <http://www.dn.pt/politica/interior/kissinger-queria-golpe-de-estado-de-direita-em-1975>

aceleração do ritmo revolucionário português". Schmidt procurou o apoio dos aliados e contactou as autoridades portuguesas, condicionando "a concessão de apoio económico e financeiro à realização de eleições livres e transparentes, que permitissem o estabelecimento de uma democracia pluralista em Portugal". (Fonseca, 2012; p.99).

Com a aproximação do período eleitoral, Costa Gomes considerava que a comunidade internacional deveria aguardar com "calma e tolerância" o desenrolar dos acontecimentos e que, apesar do PCP ser uma força política organizada, não se deveria julgar que esta garantisse a vitória nas eleições de modo a ter uma "atitude alarmista e desnecessária". (Rodrigues, 2008: p.220). Esta, de certa maneira, seria uma mensagem a toda a comunidade internacional que receava a vitória do PCP nas eleições que ocorreriam pouco tempo depois. Costa Gomes continuava dizendo que apreciava o trabalho dos partidos políticos, depois do 25 de abril, sobretudo, o trabalho dos "verdadeiros partidos democráticos progressistas, mesmo alguns dos que não são da coligação governamental". (Rodrigues, 2008: p.221). Apesar das considerações de Costa Gomes de aguardar as eleições, as pressões sobre este relativamente à situação política e militar em Portugal continuaram sendo "uma vez mais os Estados Unidos a tomarem a dianteira neste processo (...) dinamizando um conjunto coordenado de démarches de vários países da Europa Ocidental, membros da NATO, junto de Costa Gomes (...) expressando o seu descontentamento com a nova situação em Portugal". (Rodrigues, 2008: p.232).

A reação dos EUA ao 11 de março fora imediata e categórica, subindo de tom novamente a pressão sobre Portugal, utilizando-se uma vez mais as "armas" política e económica. Foi Carlucci, a 25 de março de 1975, quem avisou diretamente os responsáveis máximos pela política portuguesa no caso num encontro com Costa Gomes, que a guinada à esquerda revolucionária era contrária aos interesses dos Estados Unidos e da NATO e que "'os portugueses não podiam acomodar-se na NATO se constituíssem um problema de segurança'". (Gomes, 2008: Pag.169). É neste contexto que Henry Kissinger passou a defender a ideia de que "Lisboa devia ser isolada no seio da NATO de molde a tornar-se a "vacina" para o resto da Europa Ocidental". (Gomes, 2008: p.169). Era assim criada a "teoria da vacina" que consistia no fato de que, caso Portugal ficasse sob a influência do comunismo do tipo soviético, este seria deixado para trás e retirado do Pacto do Atlântico, de modo a servir de exemplo aos países do flanco sul para não seguirem o mesmo caminho e evitar assim o efeito de "dominó".

A 26 de março de 1975, após o golpe de 11 de março intentado por Spínola, tomaria posse o IV Governo Provisório com Costa Gomes como Presidente e mais uma vez Vasco Gonçalves como Primeiro Ministro, assumindo este Governo uma visão "terceiro-mundista", uma vez que dava prioridade às relações com o terceiro mundo.

A situação política portuguesa era extremamente preocupante, sendo mesmo abordado o assunto no gabinete do presidente Ford. Segundo o Memorandum de conversações da Casa Branca, numa reunião entre Presidente Ford, Kissinger e Willy Brandt ocorrido a 27 de março de 1975, Willy Brandt falando da situação política portuguesa afirmou que Portugal precisava de apoio monetário e que os Europeus haviam estabelecido dois objetivos: "Eleições e que os comunistas não assumam o controle. Eu penso que nós podemos ter ambas as coisas e ainda assim perder o país (...) O que faremos se este tipo de governo quiser ficar na NATO? (...) provavelmente teremos de atacar Portugal independentemente do resultado e afasta-los da NATO".⁵¹ Na continuação da mesma reunião, Brandt diria que as últimas informações que havia recebido do novo Governo Português eram que este já havia sido formado, contudo a influência comunista não tinha ido tão longe quanto se havia receado inicialmente, pois Mário Soares ainda tinha ligações ao Governo como Ministro sem pasta por forma a manter-se na campanha eleitoral e o Ministro do Interior mantinha-se na sua posição. Como tal não se deveria desistir de Portugal, levantando-se assim a questão de que tipo de apoio se deveria dar, quer a nível moral ou material. Para Brandt, a União Soviética estava a desempenhar um papel menor no controlo dos militares e vaticinava, quanto às eleições de 25 de Abril de 1975, que os socialistas seriam mais fortes do que os comunistas, caso não falsificassem os resultados, mas que o Conselho da Revolução continuaria a ter um papel dominante. Brandt considerava ainda que a situação política portuguesa poderia ter algum em resposta Espanha,⁵² forte candidata à integração na Organização. (Simas, 2005: s.p.). Segundo um telegrama secreto emitido pela US Mission NATO, em abril de 1975, sem especificação de emissor, para o Secretário de Estado, Henry Kissinger, telegrama esse com conhecimento da Embaixada de Lisboa, adicionalmente, nesta altura, a situação que ocorria em Portugal começava a ter repercussões nos restantes Estados membros, os quais verificavam cuidadosamente a natureza e o nível das informações que eram trocadas com a NATO. Para terminar com esta situação, Luns, Secretário-geral da NATO queria o deslocamento de uma equipa de segurança a Portugal após as eleições da primavera de 1975, mas os eventos de 11 de março levaram a que esta data fosse negociada com o Embaixador português. Surgem então diferendos sobre a data

⁵¹ Memorandum of conversations 27 March 1975 in White House Ford Library Museum Pag.3,4 (online)

⁵² Memorandum of conversations 27 March 1975 in White House Ford Library Museum Pag. 1-3 (online)

do envio desta equipa, com o Embaixador de Portugal a defender maio de 1975, e Abidian, representante da NATO e que fizera parte da primeira equipa enviada em 1974, sugeriu o outono de 1975, encetando mesmo contactos com dois membros da autoridade de segurança portuguesas e o líder da segunda divisão, o General Gomes Cardoso, para garantir o apoio destes a esta data.⁵³

Um outro ponto delicado da relação de Portugal com os EUA e com a NATO foi o do separatismo açoriano. (Oliveira, 2009: p.69). O rumo político que Portugal seguia no início de 1975 levou a que o Secretário de Estado Henry Kissinger, numa conversa com outros elementos do executivo americano, realizada no dia 22 de janeiro de 1975, no Pentágono, afirmasse que deveria haver um programa para Portugal, uma vez que existiam 50% de hipóteses de o “perder”. Em resposta a essa afirmação de Kissinger, o Secretário de Defesa James Schlesinger afirmou que havia um plano de contingência para tomar os Açores e esse seria uma simulação da independência dos Açores.⁵⁴ Este plano poderia resultar, uma vez que alguns açorianos estavam interessados numa política autónoma e, possivelmente, independência total, como nos outros territórios portugueses no Atlântico. Tinham também em linha de conta o fato de alguns descendentes de portugueses açorianos, radicados na América, apoiarem a independência, mas, de acordo com Kissinger a política americana após a guerra do Vietname e o escândalo do Watergate passara a ser de neutralidade ao envolvimento político em outros países ou seja não interferir nos assuntos políticos de outras nações e que o plano de contingência do Pentágono em relação à simulação da independência dos Açores implicaria o fim dessa neutralidade. (Burr, 2010: s.p.).

Em abril de 1975 foi elaborado um estudo americano com vários departamentos, o qual concluiu que a Base dos Açores se mantinha relevante na projeção do poder dos Estados Unidos. (Oliveira, 2009: p.69). Isto demonstrava que não haveria interesse na perda da Base das Lajes, contudo, o apoio dado ao separatismo poderia implicar uma condenação por parte da comunidade internacional.

Em 23 de abril de 1975, elementos do Conselho Nacional de Segurança dos EUA receberam, em Washington, o líder da Frente de Libertação dos Açores (FLA), Rui Machado de Medeiros, que procurava apoio americano para a separação dos Açores do continente. Após esta reunião, no mês seguinte, na Cimeira da NATO, em Bruxelas, Ford procurou averiguar junto de Helmut Schmidt qual seria a reação europeia a um possível apoio

⁵³ Informação sobre Portugal e a NATO da USMission NATO para o Secretário de Estado em Washington com informação À Embaixada de Lisboa, 1975, Pag.1 Document nr 1975 Nato 01784 of US Department of State

⁵⁴ Memorandum of conversation in the Pentagon between Henry Kissinger and James Schlesinger Ford Library Museum (online) Pag.1 (Ver anexo VI)

americano à independência dos Açores, esperançado de que, no caso de em Portugal os comunistas tomarem o poder, pudessem manter a Base das Lajes. Essa hipótese era para a maioria dos governantes europeus um cenário difícil de prever uma vez que, a concretizar-se o apoio ocidental ou americano aos separatistas açorianos, isso traria efeitos desastrosos para a transição política de Portugal. Por outro lado, produzia um efeito perturbador no diálogo Leste-Oeste numa altura em que se preparava a Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) onde estava agendado o reconhecimento das fronteiras estabelecidas na Europa a seguir à Segunda Guerra Mundial. O apoio a uma ação independentista nos Açores levaria à criação de novas fronteiras que não constavam no mapa das fronteiras europeias após a Segunda Guerra Mundial, o que poderia por em risco as próprias negociações. (Oliveira, 2009: p.70). O que significava que quer os EUA apoiassem os separatistas açorianos ou não, a Base das Lajes mantinha-se importante na defesa do continente europeu pela sua posição geoestratégica. No entanto, uma vez que o apoio ao separatismo seria condenado pela comunidade internacional, os EUA optaram por se manterem neutrais. Corroborando o atrás citado, sobre a neutralidade americana quanto ao separatismo açoriano, um documento da Casa Branca datado de 29 de maio de 1975, elaborado por Henry Kissinger referiu que o governo dos Estados Unidos não se envolveria, afirmando mesmo que este tomaria uma posição de estrita neutralidade mesmo que alguns membros radicais do MFA sugerissem que os EUA deveriam encorajar um esforço independentista.⁵⁵

A 25 de abril de 1975 realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte, resultando numa vitória do PS e uma derrota da esquerda revolucionária. O PCP tornara-se o grande perdedor e os comunistas do MFA sofreram um importante revés pelo total insucesso do seu apelo ao voto branco que não ultrapassou os 6%. Estes resultados, embora mostrando uma clara vitória do PS, não foram bem aceites pelo PCP, que colocou em causa a legitimidade eleitoral e minimizou o valor desta vitória do PS, mantendo a sua estratégia política e não se deixando afetar pelo resultado eleitoral. A estratégia então utilizada pela aliança PCP-gonçalvistas era agora dupla: a desvalorização do alcance do resultado das eleições de forma a que este não se refletisse nos órgãos do poder e o avançar urgentemente com as medidas revolucionárias de modo a torná-las irreversíveis. Esta ideia seria transmitida por Cunhal numa entrevista a Oriana Falacci em junho de 1975, onde afirmou: “Se você pensa que o partido socialista, com os seus 40%, e os sociais-democratas, com os seus 27%, constituem a maioria (...) está a ser vítima de um mal-entendido (...). Digo-lhe que as

⁵⁵ Report of Meeting with Prime Minister Gonçalves of Portugal, from Henry Kissinger Ford Library Museum Pag. 1-4 (online) (Ver anexo IV)

eleições não têm nada a ver, ou tem muito pouco, com a dinâmica da revolução (...) prometo-lhe que não haverá Parlamento em Portugal.” (Sá, 2004: pp.116,117). Estas palavras não agradaram à NATO e ao executivo de Washington, que se mantiveram reticentes quanto ao futuro de Portugal, pois esperavam que com o resultado das eleições Portugal entrasse numa democracia de tipo Ocidental. (Sá, 2004: p.118).

Apesar dos maus resultados do PCP nas eleições, a comunidade internacional mantinha-se apreensiva, nomeadamente a NATO, conforme podemos verificar ainda em fins de abril de 1975, quando o Secretário Geral da NATO, Joseph Luns reafirmava a sua opinião quanto às relações da NATO com Portugal dizendo que “Quando um governo de um Estado-membro tem comunistas no seu seio, há determinados princípios que se aplicam em matéria de segurança” e esses princípios "estão a ser (...) aplicados a Portugal".⁵⁶

O verão quente até ao 25 de Novembro de 1975

Em 1975, após o processo eleitoral de 25 de abril de 1975 e com os fracos resultados do partido comunista, tornou-se necessário uma definição do regime político e da posição internacional de Portugal depois da descolonização e do fim da transição revolucionária. (Gouveia, 2013: p. 2). Esta definição era necessária para se perceber qual a posição que Portugal iria ter na NATO, se passaria por uma retirada desta organização ou se permaneceria nela. A este respeito, referindo-se ao IV Governo Provisório, a 12 de maio de 1975, Magalhães Cruz, adjunto do Diretor Geral dos Negócios Económicos, redigiria um estudo em forma de apontamento sobre as ligações entre Portugal e NATO, destinado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em que afirmava que era “tenção do Governo Provisório manter a participação portuguesa no Pacto e cumprir escrupulosamente os compromissos que dele decorrem para Portugal”. Salvaguardava, no entanto, que “em matérias (...) de interesse para a Aliança, mas que não traduzam (...) compromissos assumidos contratualmente, é tenção das autoridades portuguesas seguirem uma linha de não sistemático alinhamento com posições americanas ou ocidentais, mas antes assumirem uma atitude de maior autonomia”. Acrescentaria também que “nas presentes circunstâncias, a evolução do processo revolucionário português refletir-se-ia no plano internacional numa orientação para um crescente neutralismo activo”. Além disso, afirmava também que “a exclusão de Portugal do

⁵⁶ Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao anexo do Ofício Nr.77 de 07 de Abril de 1975 da Embaixada de Portugal em Manila Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2., Separador3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

Pacto, mediante iniciativa de outros dos seus membros, não só não está prevista pelos termos do tratado, como se crê improvável no futuro imediato (embora a eventualidade da instauração de um isolamento em torno de Portugal por parte dos demais parceiros ou a aplicação da chamada “teoria da vacina” pudessem afinal conduzir a resultados semelhantes)”. Terminaria este documento declarando que “a convocação da Cimeira da NATO em Bruxelas, (...) dias 29 e 30 de maio” era “descabida (...) terminou por concretizar-se (...) devido à insistência do presidente Ford”. A definição das consequências da política interna portuguesa nos termos do pacto com a Aliança seria “aguardada com vivo interesse”.⁵⁷ Segundo podemos depreender do apontamento atrás mencionado, a intenção do IV Governo Provisório era a de manter os seus compromissos acordados com a NATO, o que se inseria na lógica da permanência na Organização, ainda que o ostracismo que outros parceiros colocassem a Portugal fosse semelhante à posição de saída da NATO.

Após as eleições, a situação interna portuguesa complicar-se-ia de uma forma exponencial, que levaria a que este período ficasse conhecido como "Verão Quente", caracterizando-se como uma época conturbada, com uma certa descoordenação no Governo, nas Forças Armadas e na própria sociedade, que teve como consequência crescentes tensões entre grupos de esquerda e de direita. Segundo o historiador Luís Nuno Rodrigues foi um período de "maior intensificação das tensões na sociedade portuguesa", em que se acentuaram "as divisões em termos político-partidários, opondo sobretudo entre PS e o PCP, e também em termos militares, com a definição cada vez mais clara de vários setores no seio do próprio MFA". (Rodrigues, 2008: p.253).

Entretanto nos Açores, após as eleições de 25 de Abril de 1975, a situação não era melhor que no continente. Mota Amaral, que fazia parte da Comissão da Junta Regional dos Açores, afirmou que: “Desde as eleições de abril de 1975 que se sentia uma enorme incerteza. A extrema-esquerda tinha chegado ao poder e o povo reagiu, uma vez que, não queria o gonalvismo. A 6 de junho desse ano atingiu-se o cumulo da impaciência” (Rodrigues. 2016: p.34). O que tinha começado como uma manifestação tornou-se "o maior protesto pela independência" visto pelo arquipélago. "Ocuparam-se escolas, a emissora regional e o aeroporto, nas semanas seguintes, várias sedes do partido comunista foram atacadas e muitos militantes de esquerda tiveram que abandonar S. Miguel". Porém, o continente despertou tarde demais para o que se passava nas ilhas e "os jornais de Lisboa e Porto só noticiaram o que tinha acontecido, dois dias depois, dizendo que "os incidentes nos Açores estavam

⁵⁷ Apontamento de Magalhães Cruz redigido a 12 de Maio de 1975 Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

sanados" e oferecendo explicações parcas para o que tinha acontecido". (Rodrigues, 2016: pp.34-35). As ausências do apoio norte americano à causa independentista seriam determinantes para por fim a essas aspirações. Carlucci afirmava que Washington estava a apoiar Soares e que por isso "não fazia sentido a separação da ilha". A partir dessa altura Mota Amaral procurou criar para a ilha " uma autonomia eficaz". (Rodrigues, 2016: pp.37,38).

No continente as eleições resultaram na vitória dos partidos moderados, no entanto a guinada à esquerda manter-se-ia de uma forma mais acentuada, uma vez que o PCP procurava impor a política de esquerda, ignorando, como vimos, os resultados do processo eleitoral. Isto criaria uma outra urgência para o processo da Revolução Portuguesa e para a NATO. Por um lado, o PCP absteve-se "de pôr em causa a pertença de Portugal ao Pacto do Atlântico", e por outro "um segmento importante do MFA considerava inviável qualquer rutura a esse nível, mas, a verdade é que a ascendência da esquerda marxista em Portugal não poderia deixar de abrir um debate sobre o sentido da participação do país numa aliança com as características da NATO", ou seja, uma aliança de ideais anticomunistas. (Oliveira, 2009: p.67). Este seria um dos pontos de discórdia entre americanos e europeus, pois, como já referimos, enquanto que os EUA se revelaram exasperados com a presença de elementos comunistas no Governo de Portugal e aplicavam ou equacionavam usar soluções drásticas para a resolução desse problema, nomeadamente, a expulsão de Portugal da NATO, os europeus mostravam-se preparados para aceitar as consequências dessa situação, embora nem sempre pelas mesmas razões. Neste contexto é enviado um telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros com carácter secreto e urgente, para Paris, Londres, Washington, Atenas e Roma, a 16 de maio de 1975, solicitando uma sondagem em que se pedia a cada um dos países assinalados que indicasse qual a posição que cada um iria assumir na próxima Cimeira da NATO relativamente a Portugal, em Bruxelas, a realizar-se no dia 30 de maio. Pedia ainda que fossem enviados os textos de declarações efetuadas pelos principais responsáveis desses países acerca da Aliança e da posição que assumiriam quanto à questão de Portugal.⁵⁸ Alguns dias depois o Ministério dos Negócios Estrangeiros receberia informações de algumas embaixadas acerca do assunto atrás referido. A 19 de maio de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma, enviaria um telegrama ao Ministério dos Negócios Estrangeiros afirmando que o Governo Italiano se congratulava com a mudança política para a democracia

⁵⁸ Telegrama 6994, Nr.34 da Embaixada de Portugal Paris, Londres, Washington, Atenas e Roma, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

mas que não fizera qualquer declaração acerca da posição de Portugal na NATO.⁵⁹ A 21 de maio de 1975 foi recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros um telegrama da Embaixada de Portugal em Otava que afirmava que Trudeau, Primeiro Ministro no Canadá, estava satisfeito com o processo de democratização em Portugal e afirmava ter esperança que a nova política conduzisse à manutenção de Portugal no mundo ocidental.⁶⁰ Também a Embaixada de Portugal em Londres responderia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a 21 de maio de 1975, que o ambiente no Governo de Londres era favorável à cooperação com Portugal e que o Ministro Callaghan insinuara a Kissinger uma atitude positiva e moderada que ele iria tomar nas conversas de Bruxelas.⁶¹ Fazendo referencia ao telegrama acima referido de 21 de Maio de 1975, a embaixada dos EUA em Londres enviou um telegrama a Kissinger sobre uma conversa havida com James Callaghan, onde este discordava da apreciação do secretário americano sobre a situação em Portugal e que, tal como outros líderes europeus, acreditava “que Portugal não estava para além da salvação”. Dizia também que na Cimeira da NATO tanto Ford como Kissinger deviam passar algum tempo com a delegação portuguesa como forma, a “fortalecer as posições dos moderados de Lisboa”⁶². Em resposta Kissinger enviaria um telegrama, a 22 de maio de 1975, para a Embaixada dos EUA em Londres, dizendo que os EUA não tinham desistido de Portugal, mas que tinham feito uma “análise da situação significativamente mais pessimista, a qual parece ser mais realista a cada dia que passa”. Afirmava também que pretendia expressar a Vasco Gonçalves, em Bruxelas, as preocupações de Washington com os desenvolvimentos internos de Portugal e a incompreensão de como a aliança NATO “possa ter membros com políticas externas algures entre a da Jugoslávia e a da Argélia.” Afirmava também que os europeus deviam pensar melhor sobre a ideia de que ajudando Portugal iriam “de alguma forma fortalecer os moderados.”⁶³ Pairava, como podemos verificar, uma nuvem quanto ao futuro político imediato de Portugal. Com a chegada da "Cimeira da NATO, agendada para maio, em Bruxelas", alguns governos Europeus "equacionaram os cenários mais pessimistas no tocante

⁵⁹ Telegrama da Embaixada de Portugal em Roma Nr. geral 7184 Nr.185 para o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Armando Martins, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

⁶⁰ Telegrama da Embaixada de Portugal em Otava, Canadá para o Ministério dos Negócios Estrangeiros de 21 de maio de 1975 Nr.Geral 7333 Nr.77, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

⁶¹ Telegrama da Embaixada de Portugal em Londres para o Ministério dos Negócios Estrangeiros a 21 de maio de 1975 nr.geral 7328 Nr.312, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

⁶² Telegrama de 20 de maio de 1975 da Embaixada dos EUA em Londres para Henry Kissinger inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) do Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra (online)

⁶³ Telegrama de 22 de maio de 1975 de Henry Kissinger para a Embaixada dos EUA em Londres inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) do Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra (online)

à posição portuguesa" na Aliança. Embora do ponto de vista militar a saída de Portugal da NATO tivesse "um impacto pouco expressivo", o mesmo não se podia dizer da perda da Base das Lajes, essencial para as operações marítimas da organização "e vital para os planos americanos de reforço militar da Região Sul". (Oliveira, 2009: pp.68-69). A este cenário ainda viria ser acrescentada outro fator que seria "a possibilidade de os soviéticos virem a desfrutar de facilidades no Atlântico, uma região do globo de onde apenas dispunham de dois pontos de apoio, um em Cuba e (...) outro da Guiné-Conacri". (Oliveira, 2009: p.69).

A 18 de maio de 1975 o embaixador João Hall Themido enviou um telegrama da embaixada de Portugal, em Washington, para Lisboa no qual afirmava que não via possibilidade de Gerald Ford aludir publicamente aos problemas criados na Aliança pela evolução política portuguesa. Segundo ele, Hartman, Subsecretário de Estado para Assuntos Europeus e Canadianos, dera a entender não haver a menor intenção de levantar o problema português que, na altura, era uma das maiores preocupações dos EUA e que, segundo Themido, devia "ser objecto de apreciação em conversas de Ford e Kissinger com responsáveis dos principais países da NATO". Acerca da política portuguesa, Themido afirmou que os EUA aguardavam a evolução da situação da política portuguesa e que se esta fosse orientada no sentido da manutenção de boas relações com todos os países, não surgiriam dificuldades.⁶⁴ Em telegrama posterior, Themido afirmava que a Cimeira poderia ser uma oportunidade para se trocarem impressões à margem da reunião. Segundo ele, criara-se grande expectativa sobre a intervenção que o Primeiro Ministro Português iria fazer na Cimeira de Bruxelas. Além disso, afirmava que compreendera não haver intenção da parte da Administração Americana de fazer referência aos problemas portugueses durante a reunião da NATO, mas que de fonte segura, se preparava uma conversa entre Ford e o Primeiro Ministro Português, onde o mesmo deveria fazer compreender ao Presidente Americano que as mudanças em Portugal seguiriam uma linha moderada.⁶⁵ Apesar dessa expectativa mantinha-se a grande possibilidade de Portugal fazer uma viragem à esquerda, sendo que "um governo de domínio comunista em Lisboa que optasse por permanecer na NATO, poderia trazer mais problemas do que se decidisse a abandoná-la e este era o cenário mais temido pelos americanos: uma desagregação por dentro da Aliança Ocidental minada pelo vírus do neutralismo e do pacifismo". (Oliveira, 2009: p.69).

⁶⁴ Telegrama de João Themido recebido a 24 de Maio de 1975 vindo da Embaixada de Portugal em Washington Telegrama Nr.414, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, do Arquivo Nacional Torre do Tombo

⁶⁵ Telegrama Nr.415 de João Themido em aditamento ao telegrama 414 recebido a 24 de Maio de 1975 proveniente da Embaixada de Portugal em Washington, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

Procurando mais uma vez acalmar os parceiros da NATO, o Almirante Pinheiro de Azevedo, na altura Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, fez uma intervenção a 22 de maio de 1975, perante a reunião Ministerial da NATO, afirmando que Portugal aceitava todos os princípios integrados na organização NATO. Continuou chamando a atenção para a situação portuguesa e reafirmando a total lealdade de Portugal a esta organização. Lembrou que Portugal caminhava para princípios de liberdade democrática e justiça social, mas que devido à reorganização das estruturas das Forças Armadas cooperaria com total colaboração na defesa coletiva da Aliança. Finalizou a sua intervenção relembrando a necessidade de ajuda de todos os países aliados, relativamente a Portugal, para a manutenção deste na NATO e, em particular, na modernização de equipamentos.⁶⁶

Apesar deste discurso de Pinheiro de Azevedo a Administração Ford continuava reticente quanto à evolução política portuguesa, como podemos verificar numa entrevista concedida a jornalistas europeus a 23 de maio, na qual, por sugestão de Kissinger, o presidente Ford questionou a presença de Lisboa na Aliança Atlântica. Segundo colaboradores de Kissinger, este pensava que o Presidente devia “usar a entrevista na televisão para avisar o regime de Lisboa que os Estados Unidos estavam preparados para forçar a sua expulsão da NATO, caso não corrigisse a tendência pró-comunista”. (Gomes, 2008: pp.233-234 apud Szulc, s.d.: p.43). O problema de Portugal tinha duas possíveis soluções: uma era a manifestada pelos americanos, o “método da vacina”, que seria a “maneira mais eficaz de prevenir tais desenvolvimentos (dar Portugal como “perdido” para o Ocidente e confiar no efeito dissuasor desse afastamento)”. A outra solução seria, segundo a “maioria dos governos ocidentais” e do Embaixador americano em Lisboa, Carlucci, manter “esperanças num desfecho favorável nos setores moderados civis e militares em Portugal” evitando que este fizesse uma deriva à esquerda. (Oliveira, 2009: p.70).

A 24 de maio de 1975, o Embaixador de Portugal nos EUA, Hall Themido, enviaria um telegrama para Portugal dizendo que o presidente Ford, numa entrevista para o canal 26 da televisão americana, afirmara o não envolvimento dos EUA na política interna dos países europeus, mas que se preocupava com os países onde elementos comunistas integrassem os governos. Falando especificamente de Portugal, afirmara que apesar da expressão do povo nas eleições ter sido reduzida em relação ao Partido Comunista, sendo a maioria dos votos para partidos não comunistas, achava que, infelizmente, estas eleições não tinham ainda tido grande impacto sobre aqueles que controlavam o governo. Ford mantinha, portanto, a sua

⁶⁶ Intervenção do Almirante Pinheiro de Azevedo no DPC Ministerial em 22 de Maio de 1975, do Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 4, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

preocupação com a presença de alguns elementos comunistas no governo e, em especial, com o peso destes em Portugal e com a possibilidade de influenciarem as relações de Portugal com a NATO. Segundo Gerald Ford afirmava nessa entrevista, ele não via como é que elementos comunistas poderiam existir numa organização que se unira e formara com o propósito de impedir a propagação do comunismo de Leste.⁶⁷ O Embaixador português Hall Themido relatou para Lisboa que as declarações do presidente estavam noticiadas e comentadas com grande destaque na imprensa. O jornal *Sun* dedicava ao assunto quatro colunas na primeira página sob o título “Ford questions Portugal’s NATO role”. Hall Themido referia também que o *New York Times* também escrevia uma coluna quase completa, também na primeira página, sob o título “President to ask NATO if Portugal should be kept in interview preparatory to trip Europe his tops short of ouster call”. Segundo Adam Clymer do jornal *Sun*, o “presidente não chegou a pedir expulsão de Portugal da NATO, mas disse, claramente, que pensava que com o actual regime de Lisboa, Portugal não pertencia àquela organização”.⁶⁸ Outro telegrama de Themido, de 24 de maio de 1975, volta a referir-se às preocupações do Presidente americano com a situação política de Portugal. Segundo ele o Presidente Ford mostrou preocupação sobre a situação em Portugal e considerou “a very serious matter” que marxistas dominassem o governo, não obstante os maus resultados dos comunistas nas eleições. Num segundo ponto, sob a presença de Portugal na NATO, para surpresa de Themido, o Presidente afirmou que iria suscitar o assunto na reunião da Cimeira de Bruxelas, a realizar-se a 30 de maio de 1975, pois não via como seria possível manter um país comunista na organização. Relativamente a um terceiro ponto, onde colocou em causa o Governo de Portugal, o Presidente Ford afirmou, como já referido, que apesar de serem bons os resultados eleitorais, esses não tinham influenciado, até ao momento, os elementos que dominavam o governo e que estava preocupado com alguns elementos desse governo.⁶⁹ Apesar das preocupações expressas pelo Presidente Ford em relação a Portugal e comunicadas a 24 de Maio de 1975 por Themido nos telegramas atrás referidos, no dia 25 de maio de 1975, Themido enviou novo telegrama, no qual informou que o Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, em conferência de imprensa, fizera declarações relativas a Portugal, de modo a moderar a interpretação das palavras do Presidente Ford, dizendo que os EUA na reunião da Cimeira de Bruxelas, marcada para 30 de maio de 1975, não tencionavam provocar confrontação a propósito de

⁶⁷ Telegrama Nr.Geral 7508 Nr.414 de 24 de Maio de 1975 enviado por Hall Themido para Portugal, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

⁶⁸ Telegrama Nr.geral 7509 Nr.415 Enviado por Themido em 24 de Maio de 1975, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

⁶⁹ Telegrama Nr.Geral 7510 Nr.416 Enviado por Themido em 25 de Maio de 1975, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

Portugal, e que o assunto seria tratado “mais naturalmente” em conversações bilaterais que o presidente teria com outros chefes de governo. Kissinger acentuou que o presidente não disse que Portugal estava dominado pelo comunismo, apenas tendo-se referido a tendências. O Secretário de Estado comentaria também que a NATO tinha por objetivo prevenir ataques comunistas, acrescentando que iria fazer um futuro estudo quanto à situação de Portugal. Themido acrescentou nas suas palavras os comentários do *Washington Post*, onde salienta declarações do Presidente e do Secretário de Estado que em conjunto "parecem assinalar uma crescente preocupação quanto à evolução política de Portugal, um membro da NATO, embora indiquem que se pretende aguardar por futuros acontecimentos, digo desenvolvimentos antes de tentar promover a nossa expulsão; enviarei texto completo logo que seja possível obtê-lo".⁷⁰

Em último recurso, conforme afirmaria o senador James Burkley, uma opção da NATO seria a tomada de ações militares contra Portugal, caso os comunistas tomassem o poder em Lisboa. (Morgado, 2005: s.p.). Perante o contexto político existente foram vários os dirigentes políticos que discutiram a permanência de Portugal na NATO tais como Kissinger, Arthur Hartman, o Presidente Gerald Ford e também o embaixador Frank Carlucci. A questão que se colocava era a de saber se os EUA queriam ver Portugal excluído da NATO "ou se levantaram a questão como mais um meio de pressão, (...) com intuito de afastar os comunistas do Governo Provisório e travar" o seu processo revolucionário. Embora não possamos afirmar claramente quais as intenções dos EUA, podemos, talvez, encontrar uma resposta nas palavras de Carlucci "que confessou, posteriormente, ter-se tratado de “uma ameaça” destinada a provocar a mudança no processo político português". (Sá, 2004: pp.120-121).

A 29 de maio de 1975, em vésperas da Cimeira de Bruxelas e à margem desta ocorreu uma reunião na residência do Embaixador dos EUA na capital belga, onde estiveram presentes, para além do Embaixador, o Presidente dos EUA Gerald Ford, o Secretário de Estado Henry Kissinger e Vasco Gonçalves, na altura Primeiro-ministro em Portugal. O Presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford abriu a reunião mostrando-se agradado com as mudanças ocorridas em Portugal, em especial, com o fim do regime autoritário do Estado Novo. No entanto, expressou as suas preocupações com os propósitos de Portugal em relação à NATO. Em resposta Vasco Gonçalves disse que “Antes de tudo, com toda a franqueza, deixe-me dizer que nós não somos um “cavalo de Troia” na NATO, como já declarámos

⁷⁰ Telegrama Nr. Geral 7521 Nr420 Enviado por Themido a 25 de Maio de 1975, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2, Separador 3, no Arquivo Nacional Torre do Tombo

publicamente, vamos cumprir os nossos compromissos e obrigações na NATO. Pensamos que isso é particularmente importante e não pretendemos que haja uma mudança na balança de poder (...) mas pretendo sublinhar outra vez que estamos aqui para demonstrar que cumprimos os nossos compromissos e não pretendemos enfraquecer a NATO. Na realidade, o nosso regime democrático dá à NATO uma melhor imagem global do que a anterior".⁷¹ Seguidamente Ford salientou que os EUA apoiavam fortemente a NATO como uma aliança de governos livres que trabalhavam em conjunto e que investia muito nessa saudável relação. Argumentou também que a Aliança fora criada para resistir ao comunismo e, por isso não estava de acordo com a forma de operar do Governo Provisório Português, aludindo que as eleições que haviam ocorrido no mês anterior, eram "um sinal encorajador e achamos que é genuína a expressão da vontade do povo (...) mas estamos preocupados porque o voto não parece reflectir-se na composição do governo e que possam existir elementos pouco favoráveis à NATO (...)". Questionado por Vasco Gonçalves se ele se estava a referir à presença do PCP no IV Governo Provisório, Ford respondeu "O que nos preocupa é que a influência comunista em Portugal vai reflectir-se na própria NATO que foi criada precisamente com o objectivo de responder ao comunismo"⁷² e que esperava que o Governo expressasse a vontade do povo e continuasse a ser um bom parceiro na NATO. Apesar das garantias repetidas por Vasco Gonçalves que não existia qualquer influência comunista no Governo Português, que este era democrático e que o Movimento das Forças Armadas era apartidário, voltou a sublinhar que "estamos empenhados na NATO e respeitamos os acordos e os tratados".⁷³ Seguidamente Vasco Gonçalves daria uma breve explicação da composição do IV Governo Provisório, afirmando que apesar de haver militares no Governo, incluindo o próprio Presidente, havia uma separação dentro da estrutura governamental e que "os comunistas nunca haviam criado problemas e aceitavam a manutenção dos acordos internacionais incluindo a NATO, dizendo mesmo que não estariam disponíveis para permanecer na NATO, caso fosse de outra forma."⁷⁴ Após um breve período de diálogo sobre o complexo sistema do Governo Português, o Presidente Ford voltou a repetir que "não poderia haver uma NATO forte, para os propósitos a que fora criada, tendo comunistas dentro dela". Mais uma vez Gonçalves respondeu "estamos comprometidos com a NATO e

⁷¹ Memorandum of conversation about "meeting with portuguese" 29 May 1975, Ford Library Museum pag.2,3 (online) (Ver anexo V)

⁷² Memorandum of Conversation May, 29 1975 Meeting with Portuguese, Ford Library Museum pag.3,4 (online) (Ver anexo V)

⁷³ Memorandum of Conversation Meeting with Portuguese May 29 1975, Ford Library Museum Pag. 3-7 (online) (Ver anexo V)

⁷⁴ Memorandum of conversation about "meeting with portuguese" May 29, 1975 Ford Library Museum Pag. 8,9 (online) (Ver anexo V)

mantemos os nossos acordos e tratados (...) podemos ajudar a NATO a resolver os conflitos internacionais e acreditamos que isto é necessário para permanecer na NATO, ainda que com um sistema político diferente".⁷⁵ Apesar das tentativas de Vasco Gonçalves para acalmar os receios americanos, o encontro correu mal, pelo que se agravaram as desconfianças de Washington em relação ao futuro de Portugal. Mais tarde, em 2002, numa entrevista concedida a Manuela Cruzeiro, ao General Vasco Gonçalves, justificaria o motivo desse resultado negativo ao dizer que “Depois das conversações na capital belga com o presidente dos EUA e o Secretário de Estado Henry Kissinger, e tendo eles verificado, no decorrer do encontro, que não resultaria pressionarem-me, que eu não era influenciável, apostaram noutras pessoas dentro e fora do MFA, o que, aliás, já vinham fazendo. O final do encontro, embora correcto, foi visivelmente inamistoso por parte do Presidente Ford. É que ele queria, quase explicitamente, que eu lhe garantisse que, apenas chegado a Lisboa, afastaria os comunistas do Governo. É claro que eu lhe respondi que não, que não eram os comunistas que detinham o poder, que eles integravam um Governo com a mesma legitimidade dos outros partidos”. (Cruzeiro, 2002: s.p.).

A situação interna portuguesa seria comentada no relatório de Kissinger sobre o encontro atrás referido. Kissinger afirmaria que o Conselho da Revolução estava preocupado sobre a deterioração da situação política, que estava envolvendo comunistas, socialistas e as Forças Armadas. A preocupação seria tal que, a 23 de maio, o Conselho da Revolução apelara à unidade nacional e afirmara que nunca permitiria uma nova ditadura. Apelara também a que todos os partidos políticos cooperassem com vista a controlar o agravamento da situação económica. Nesse mesmo dia, segundo o relatório atrás mencionado, a ala radical do MFA tomou o que poderia ser o primeiro passo para remover o Presidente Costa Gomes da Presidência, devido à sua simpatia com os socialistas. Segundo Kissinger mencionara-se o nome, para a substituição na Presidência, do Almirante Rosa Coutinho, que fora escolhido para acompanhar Vasco Gonçalves e Ernesto de Melo Antunes à Cimeira da NATO. Apesar de todos estes desenvolvimentos, ainda segundo Kissinger, Vasco Gonçalves havia reafirmado a intenção de que Portugal se mantivesse na NATO, afirmando que a filosofia do seu Governo não era neutral. Saliente-se, no entanto, que apesar desta afirmação de Vasco Gonçalves, Kissinger expressou a ideia, nesse mesmo relatório, de que era difícil conciliar a participação de ministros comunistas no Governo Português, com a participação como

⁷⁵ Memorandum of conversation about "meeting with portuguese" May, 29 1975 Ford Library Museum Pag. 9,10, (online) (Ver anexo V)

membro da NATO, uma vez que a Aliança defendia instituições democráticas e os seus membros estavam unidos contra o comunismo.⁷⁶ Além disso Kissinger afirmava que Vasco Gonçalves era imprevisível e que o seu interesse em manter Portugal na NATO era pouco claro. Na opinião de Kissinger, este iria usar a Cimeira da NATO em Bruxelas a 30 de maio de 1975 como meio de saber qual o grau de apoio que poderia esperar por parte dos países Ocidentais a Portugal. Escreveu ainda que Vasco Gonçalves iria aproveitar a Cimeira para criticar os aliados da NATO devido à sua recusa na assistência económica, bem como a acusação feita pelos Estados Unidos de que Portugal estava-se a tornar-se um estado comunista. O mesmo relatório reiterava que o Executivo Português possuía Ministros comunistas, o que continuava a manter sérios problemas à segurança de informação secreta e sensível da NATO. Este desenvolvimento requeria um reexame ao carácter da Aliança Atlântica e dos seus membros. Afirmava também que, apesar de se pretender um Portugal independente, democrático e próspero, mantinha apreensão quanto à evolução dos acontecimentos, que poderiam levar a resultados que ninguém poderia antecipar ou mesmo desejar, uma vez que a política portuguesa, estava a tornar-se cada vez mais antiamericana adotando uma postura radical e terceiro-mundista, o que era um problema para os Estados Unidos.⁷⁷ Reafirmando o que dissera no relatório, quanto ao interesse de Vasco Gonçalves na permanência de Portugal na NATO, a 4 de Junho de 1975 numa reunião da Casa Branca na presença do Presidente Ford, falando sobre a situação portuguesa diria que "porque Gonçalves queria permanecer na NATO era uma boa questão (...) pelos Comunistas, ou por causa da sua situação doméstica, que não lhe permitia ainda a saída".⁷⁸

A 30 de maio de 1975 foi efetuada a Cimeira de Bruxelas, convocada a pedido da Administração Ford. Esta Cimeira foi precedida por um conjunto de diligências e declarações públicas dos norte-americanos que enfatizavam o endurecimento da sua atitude relativamente ao Governo gonçalvista. (Oliveira, 2009: p.71). Ford referiu, numa entrevista a vários jornalistas europeus, "Não vejo como se pode ter uma presença comunista significativa numa Organização que foi criada com o objetivo de enfrentar o desafio comunista do Leste". (Oliveira, 2009: p.71 apud Gomes: pp.234). Apesar desta pressão para expulsão de Portugal da NATO, "nas conversas à margem da Cimeira, (...) alemães e britânicos tentaram moderar a impetuosidade dos seus congéneres americanos e fazer-lhes ver que Portugal não era - por

⁷⁶ Report of Meeting with Prime Minister Gonçalves of Portugal, From Henry Kissinger, maio 1975 Ford Library Museum (online) (Ver anexo IV)

⁷⁷ Report of Meeting with Prime Minister Gonçalves of Portugal, From Henry Kissinger, maio 1975 Ford Library Museum (online) (Ver anexo IV)

⁷⁸ Memorandum of conversation "Cabinet meeting" 4 June 1975 Gerald Ford Library Pag.3 Ford Library Museum (online)

enquanto - um caso perdido (...) pelo que, quaisquer conversas sobre o seu afastamento da NATO eram extemporâneas e contraproducentes" (Oliveira, 2009: p.71), o que mostra que nem todos os membros estavam de acordo com a expulsão de Portugal da Aliança. Apesar da ameaça comunista na Cimeira de Bruxelas, houve uma cooperação entre os aliados ocidentais integrados na NATO e os EUA, no sentido de exercer uma maior pressão externa sobre as autoridades portuguesas, no intuito de afastar os comunistas do governo e travar a dinâmica revolucionária. Uma prova disso mesmo foi o encontro, a 30 de maio de 1975, entre Ford, Kissinger, Wilson e Callaghan, onde Callaghan afirmou: "Nós, tal como vocês, também pensamos que as coisas estão a correr mal. Mas não queremos desistir já. Ainda estamos a tentar promover os partidos e não queremos deixá-los cair por enquanto. (...) quero continuar a lutar e não desistir já." (Gomes, 2008: p.234).

Os líderes da Europa Ocidental expressavam a opinião de Callaghan, não considerando que Portugal estivesse perdido para os comunistas, considerando "que o PCP podia ser derrotado se fossem apoiadas as forças democráticas que se opunham aos seus intentos hegemónicos". Para tal fim era necessário fornecer apoios políticos às forças democráticas tais como "visitas a Lisboa de altas personalidades europeias e remessas de fundos para as forças democráticas, sendo o PS o grande beneficiado". (Sá, 2004: p.124). O "apoio dos partidos e chefes dos governos socialistas europeus, seriam importantes para dar credibilidade interna" ao Partido Socialista (PS), uma vez que, a nível eleitoral, era o único partido que se mostrara capaz de fazer frente ao Partido Comunista Português (PCP). Seria também importante a "ajuda moral no sentido de manter a pressão sobre a liderança militar" do MFA, para que persistissem na democratização. (Sablosky, 1996: p.1011). Outro meio a utilizar pelos países ocidentais e os EUA seria a pressão junto das autoridades da União Soviética, relembrando a Détente, que poderia estar em causa se a URSS não cessasse o seu envolvimento na transição política portuguesa.

Embora prevalecesse a "teoria da vacina", Kissinger, influenciado e aconselhado por outros estadistas europeus e por Frank Carlucci, acabaria por aceitar a possibilidade de existir uma ala moderada que poderia evitar a "perda" de Portugal para os ideais comunistas. (Simas, 2004: s.p.). As influências positivas, dos parceiros europeus, resultaram, como vimos, numa alteração da posição da Administração de Washington. Ford e Kissinger escolheram não tirar as consequências que lhes pareciam óbvias e quando o Presidente norte-americano perguntou a Helmut Schmidt qual o contributo que os EUA poderiam dar à evolução da situação portuguesa, este respondeu: "Impedir uma intervenção directa da União Soviética em

Portugal.” (Gomes, 2008: p.236). Seguindo este conselho, a 30 de julho de 1975, Kissinger avisava indiretamente Moscovo, numa conferência de imprensa dada na capital finlandesa, afirmando que "uma atividade substancial levada a cabo por um país estrangeiro em Portugal será considerada inconsistente com o espírito, e mesmo com a letra da Conferência de Cooperação e Segurança Europeia". (Sá, 2004: pp.128, 129).

Já após a Cimeira de Bruxelas, numa reunião entre Gerald Ford, Henry Kissinger e o Papa Paulo VI, realizada no Vaticano a 3 de junho de 1975, Ford afirmava que era “difícil entender que Portugal com um governo comunista, seja nosso parceiro (...) não podemos dar mau exemplo em Portugal (...) precisamos é de fortalecer as forças democráticas em Portugal e ajudá-las a retirar o governo das mãos dos radicais”. (Simas, 2004: s.p.). A 21 de agosto de 1975 Kissinger enviaria para a Embaixada dos EUA em Roma um pedido de encontro com o Secretário de Estado do Vaticano, o Cardeal Agostino Casaroli, para uma troca de pontos de vista sobre o papel que a igreja poderia desempenhar na evolução política portuguesa.⁷⁹ Em resposta seria enviado a 27 de agosto de 1975, um documento de Kissinger para o Secretário de Delegação dos EUA em Bruxelas, afirmando que Casaroli dissera que "o Vaticano partilhava das preocupações dos EUA. com a evolução da situação política portuguesa. (...) disse que o episcopado tem um poder (...) considerável, mas que tem sido cauteloso na forma de como o exerce, por 3 razões: falta de organização ao nível político; receio de represálias da extrema esquerda e autocontenção (...) em actividades políticas directas". Afirmou, no entanto, que a Igreja portuguesa evitava a associação com partidos políticos, embora no Norte o papel da Igreja fosse mais visível e directo. Afirmou também que o Arcebispo do Porto poderia ser um mobilizador da opinião pública pois fora um opositor de Salazar.⁸⁰

Entretanto o Partido Comunista Português procurava adquirir maior influência e controlo em Portugal e, neste sentido, o SED, partido no governo da RDA, mostrou ser um “parceiro” útil, providenciando apoio técnico e financeiro aos comunistas portugueses. (Wagner, 2006: p.81). No entanto, o apoio da Alemanha de Leste à ambição do PCP não encontrou correspondência por parte de Moscovo, uma vez que estava em progresso a Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, que devia consolidar a coexistência entre os Estados comunistas e capitalistas e, perante a ameaça de Kissinger atrás referida,

⁷⁹ Telegrama de Kissinger para a Embaixada dos EUA em Roma com informação à Embaixada dos EUA em Lisboa de 21 de Agosto de 1975, inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) do Centro de Documentação do 25 de abril, Universidade de Coimbra (online)

⁸⁰ Documento Secreto de Kissinger para Secretário da Delegação dos EUA em Bruxelas de 27 de agosto de 1975, inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) do Centro de Documentação do 25 de abril, Universidade de Coimbra (online)

Moscovo temia o fracasso da CSCE, levando a que “Leonid Brejnev, o líder da União Soviética” tentasse “sensibilizar o PCP para uma política cautelosa destinada a evitar uma fractura com os Estados da NATO”. Para tal, o PCP foi persuadido a “construir uma coligação com os socialistas portugueses [que] seria a forma mais fácil de assegurar a participação política do PCP”. (Wagner, 2006: p.83). Ainda assim a RDA manteve ligações económicas e de cooperação com o partido comunista, mesmo que isso causasse desconforto ao Governo da URSS. Esta cooperação tinha sido reforçada após o 25 de Abril de 1975, pois o governo liderado pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, sob a influência do PCP, havia acelerado a implementação das suas medidas revolucionárias, nacionalizando bancos, companhias de seguros, indústrias e eletricidade, entre outros. Além disso, durante o Verão Quente, agravara-se a "componente social da Revolução com a radicalização dos movimentos populares", através de ocupação de empresas e da reforma agrária onde muitas propriedades foram ocupadas atingindo-se o clímax dessa dinâmica revolucionária com "a Assembleia do MFA a aprovar o “Documento Guia do Projecto Aliança Povo-MFA”” em 8 de julho de 1975, "que, na prática, visava a instauração do poder popular". (Sá, 2004: pp. 117, 118). Podemos afirmar então que, apesar das eleições, como já foi dito, o PCP e os setores mais à esquerda do MFA continuaram e intensificaram a dinâmica revolucionária, "agora também dinamizada pela extrema-esquerda em crescente ascensão". (Sá, 2004: p. 118). Deste modo o PCP mantinha uma forte influência sobre o rumo político de Portugal. (Wagner, 2006: p.84). A 17 de junho de 1975, Erich Honecker, líder do SED, partido que governava a RDA, escreveu uma carta a Leonid Brejnev dizendo que era “necessário apoiar as forças progressistas em Portugal com todos os meios possíveis (...) e impedir a interferência das forças reaccionárias”. (Wagner, 2006: p.84). Esse pedido foi rejeitado por Brejnev, que advertiria Honecker para que abandonasse qualquer atividade política em Portugal que pudesse pôr em risco a Conferência de Cooperação e Segurança Europeia, pois não estava disposto a desistir da Détente "por um punhado de comunistas portugueses". (Wagner, 2006: p.86). Esta advertência de Brejnev foi tida em conta por Honecker que retirou os apoios ao partido de Álvaro Cunhal que passaria, a partir dessa altura, por um período de instabilidade.

Entre julho e agosto de 1975, com a falta de apoio moral e económico por parte da União Soviética, assiste-se a um declínio do processo revolucionário "com a imposição ao nível dos órgãos de poder" eleitos e consequente contra-ataque das forças democráticas que remetem a aliança PCP-gonçalvistas para uma posição de minimização de perdas. (Sá, 2004: p.115).

Paralelamente à CSCE realizada em finais de julho, inícios de agosto, "os líderes da Europa ocidental reuniram-se em Estocolmo para concertarem posições, nascendo desse encontro o Comité de Amizade e Solidariedade para a Democracia e o Socialismo em Portugal". O objetivo principal deste comité era "o envio de ajuda financeira" ao Partido Socialista, liderado por Mário Soares. Além disso aconselharam Mário Soares a fazer uma aproximação ao grupo moderado do MFA, o denominado "Grupo dos Nove" na altura liderado por Ernesto Melo Antunes. Deste modo a nível interno o PS aproximou-se deste grupo que contestava a ascensão política do PCP e, acima de tudo, o rumo que a política interna portuguesa estava a levar. Fruto dessa união entre PS e o "Grupo dos Nove" abriu-se o caminho para uma "transição democrática" de tipo ocidental em Portugal. (Castaño, 2012: pp.18-19). Esta aproximação criou condições para a saída de Vasco Gonçalves do executivo português.

A situação agravou-se a partir do Verão de 1975, não só do ponto de vista económico, como também do ponto de vista militar e civil, onde "o setor "gonçalvista", ligado ao PCP, que como já vimos manteria a sua superioridade relativamente a outras forças políticas, poderia colocar em causa a paz civil. Assim Costa Gomes tentou evitar o confronto e avançou, lentamente levando a grande exasperação e alguma incompreensão das forças moderadas, tanto no plano militar como civil, na defesa do pluralismo político. (Rodrigues, 2008: p.255).

No mês de julho de 1975 registaram-se muitas ações violentas, tais como assaltos, incêndios e agressões, sobretudo contra partidos, militantes e associações conotadas com a esquerda. Essas ações foram efetuadas por alguns movimentos de extrema-direita, como por exemplo o Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (MDLP) e o Exército de Libertação de Portugal (ELP). (Sá, 2004: p.133). Foi neste mês de julho de 1975, que na assembleia do MFA Vasco Gonçalves propôs e fez "aprovar a constituição de um "triumvirato" que assumiria (...) os destinos políticos de Portugal", triumvirato este composto por "Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho". (Rodrigues, 2008: p.264). Numa conversa entre o Presidente Ford e o Primeiro Ministro Italiano Aldo Moro, ocorrida em Helsínquia, Finlândia, a 1 de agosto de 1975, foi colocada na agenda a situação de Portugal. Aldo Moro considerava que esta estava cheia de incertezas, que era claro que não havia unidade no movimento das Forças Armadas e que Portugal não tinha um Governo eficaz. Além disso, salientava o Presidente Ford, havia uma tendência para os distúrbios em Portugal e que os três militares mais influentes, Francisco Costa Gomes, Vasco Gonçalves e

Otelo Saraiva de Carvalho podiam-se tornar muito perigosos. A esta afirmação Aldo Moro acrescentaria que eram "extremamente perigosos". Segundo o presidente Ford, Otelo Saraiva de Carvalho fizera declarações chocantes, ao que ironicamente Aldo Moro diria que isso era porque chegara recentemente de Cuba. Entretanto o Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano Mariano Rumor, presente nesta reunião, interviria afirmando que Carvalho era um genuíno marxista, provavelmente um oportunista com inclinações comunistas, que alguns afirmavam ser o próximo Primeiro Ministro. O Presidente Ford reiterou a ideia de que não via como seria possível tolerar um governo marxista na NATO e que essa situação era completamente inaceitável se Portugal continuasse na NATO.⁸¹

A comprovar o agravamento da situação portuguesa durante este período do "verão quente" temos o memorandum de conversação do mesmo dia, na Embaixada Americana em Helsínquia, Finlândia, entre o Presidente Ford e o Primeiro Ministro espanhol Arias. Arias comentaria que a situação portuguesa estava cada vez pior, que tinha falado com Costa Gomes e teve a impressão de que ele, não tinha capacidade para trazer estabilidade. Também a situação económica estava terrível, ao que o Presidente Ford responderia que se Portugal se tornasse comunista, a ação a tomar deveria ser forte. Arias confirmou, aproveitando para dizer que a Espanha se situava geograficamente posicionada para ser guardiã da Europa, e que necessitaria de mais equipamento militar caso a situação de Portugal se deteriorasse.⁸²

Portugal, neste período, estava extremamente dividido, e à beira de uma guerra civil, o "Verão Quente" estava ao rubro, o MFA estava segmentado em pelo menos três grupos que, segundo um estudo feito por Winfred Joshua, oficial dos serviços secretos militares americanos, incumbido de fazer uma recolha de informações em Portugal sobre a situação política portuguesa, eram os seguintes: o primeiro grupo, "os moderados", recetivos a trabalhar com os Estados Unidos. O segundo grupo, "os power seekers" onde, segundo este analista, salientavam-se "Rosa Coutinho", que segundo os americanos era "um oportunista", e "Otelo Saraiva de Carvalho, definido por vários diplomatas americanos como "outro líder ambicioso", com uma posição "anti-NATO e anti-EUA" e "o homem que orquestrou o ataque contra o Embaixador dos Estados Unidos" numa alusão ao episódio entre Otelo e Carlucci "já referido anteriormente"⁸³. Finalmente, o terceiro grupo, "os radicais", que estavam muito próximos ideologicamente dos comunistas, que de acordo com Joshua era "a ala em muitos

⁸¹ Memorandum of conversation 1 August 1975, Ambassador Residence in Helsinki Ford Library Museum (online) Pag.1,2(Ver anexo VII)

⁸² Memorandum of conversation 1 August 1975, Ambassador Residence in Helsinki Ford Library Museum (online) Pag.2,3(Ver anexo VIII)

⁸³Este episódio refere-se à dificuldade de Otelo em garantir a segurança de Carlucci, referido anteriormente, tendo ironicamente afirmado que lhe poderia acontecer alguma coisa

assuntos dominante, e Vasco Gonçalves era “um dos seus elementos-chave”, havendo um acordo generalizado de que este era um simpatizante do PCP, anti-EUA e anti-NATO”. (Gomes, 2008: pp.247-250).

Podemos ainda acrescentar palavras do antigo chanceler austríaco Bruno Kreisky que no seu livro *Para uma concentração das Forças Socialistas da Esquerda Democrática* de 1976, fez a seguinte declaração quanto à ligação entre o PCP e o MFA: “(...) o partido comunista português pôs-se, por assim dizer, sob o comando das forças armadas, chegando a submeter-se a elas, mas ao mesmo tempo aproveitando-se da inexperiência política de oficiais, e soldados radicais de boa fé, para fazer a sua própria política”. (Ferreira, 2004: p.147 apud Kreisky, 1976: p.4). A possibilidade de Portugal, membro da NATO, seguir a via comunista estava patente nas palavras de Kreisky uma vez que, como vimos, o PCP na sua aliança comunista-gonçalvista e a ala esquerda se aproveitavam da inexperiência dos oficiais do MFA para fazer crescer a sua própria política no seio do MFA. Esta relação do PCP com o MFA fez com que Henry Kissinger previsse que, na década de 80, Portugal seria dominado pelos comunistas e isso significaria que por essa altura Portugal já não seria um membro da NATO.

Como referido no período do "Verão Quente" a revolução saíra para a rua. A banca e seguros haviam já sido nacionalizados, a reforma agrária, em especial, no Alentejo, e Ribatejo estava no auge, havia ocupações de propriedades, e nas ruas gritavam-se vivas ao poder popular. A radicalização da situação levou a que, a 6 de agosto de 1975, fosse apresentado pelo "Grupo dos Nove" composto por "Vasco Lourenço, Canto e Castro, Vitor Crespo, Costa Neves, Ernesto de Melo Antunes, Vitor Alves, Franco Charais, Pesarat Correia e Sousa e Castro e assinado por outros nomes sonantes das Forças Armadas como Ramalho Eanes e Salgueiro Maia" entre outros, um documento a Costa Gomes onde os seus subscritores contestavam o rumo político que Portugal estava a tomar e manifestavam, nomeadamente, oposição ao modelo Socialista do Leste e às Sociais Democracias da Europa que classificavam, respetivamente, como regimes totalitários e esquemas clássicos do capitalismo avançado. Pretendiam o modelo socialista apoiado no pluralismo político. A ideologia do documento dos Nove aproximava-se assim dos ideais da ala moderada e do PS e "opunha-se à Extrema Esquerda dominante", o que punha em causa o "Gonçalvismo". (Simões, 2015: p.18).

A 8 de agosto de 1975, devido a tensões e crises dentro do Governo e devido à agudização da crise política e militar cairia o IV Governo Provisório, tomando posse o V

Governo Provisório com Vasco Gonçalves como Primeiro Ministro e Costa Gomes na Presidência. O programa de Governo manteve a mesma linha do anterior, pautando-se por um "reforço da independência nacional assim como da paz e segurança internacionais, pelo alargamento da cooperação fraterna com todos os povos do mundo, pelo respeito dos anteriores compromissos internacionais".⁸⁴ Constava também deste programa "o desenvolvimento das relações com os países do Terceiro Mundo, considerado objectivo importante da política externa do V Governo Provisório", o reforço das relações com a Europa e, acima de tudo, o acelerar e intensificar "de relações com países socialistas do Leste"⁸⁵, assumindo uma política externa mais pró-soviética.

Segundo Bernardino Gomes, a 27 de agosto de 1975, o embaixador Carlucci escreveu que a situação portuguesa tinha "atingido um ponto de possível guerra civil com origem no Norte". Dias depois surgia também o alerta da CIA que "prosseguia com a avaliação das condições de sucesso" de uma ação militar para derrubar o Governo por parte do "Grupo dos Nove", subsistindo, contudo, muitas dúvidas quanto ao sucesso de tal operação, porque iria ""requerer mais ousadia do que [Melo] Antunes e outros oficiais anti-gonçalvistas" tinham mostrado até ao momento". Para agravar esta situação havia ""informações de que os comunistas e seus aliados dispunham de quinze mil militantes armados", o que aumentava "a possibilidade de uma confrontação se transformar numa guerra civil"". (Gomes, 2008: pp.310-311). Para o governo norte-americano os objetivos eram muito claros, "fazer todos os possíveis, trabalhando em conjunto" com a Europa Ocidental, "para impedir o domínio de Portugal pelos comunistas ou pelos militares radicais, mantendo Lisboa ancorada de modo seguro (...) à NATO". (Gomes, 2008: p.316). A situação estava preocupante tanto em Washington como em Lisboa, pelo que tanto Kissinger como o Embaixador Frank Carlucci em Lisboa tentavam retirar os comunistas do Governo Português tentando demitir o Primeiro Ministro Vasco Gonçalves, a quem a administração Ford considerava um elemento desestabilizador no Governo, além de ser aliado do PCP e Álvaro Cunhal. Perante essa situação Kissinger chegou a afirmar que "se nos livrarmos de Gonçalves, (...) se conseguirmos que os comunistas avancem, conseguimos esmagá-los". (Simas, 2005: s.p.). Aliada às pressões dos EUA, surgiram como vimos, pressões internas por parte do "grupo dos nove" através do documento por eles elaborado e no decurso do mês de agosto de 1975 pelo encetar conversações com vários comandos militares no sentido de afastar Costa Gomes, caso este se opusesse à demissão de Vasco Gonçalves. Perante estas pressões, Costa Gomes

⁸⁴ (Presidência do Conselho de Ministros, 1975:s.p.) Arquivo Histórico da Republica Portuguesa (Online)

⁸⁵ (Presidência do Conselho de Ministros, 1975:s.p.) Arquivo Histórico da Republica Portuguesa (Online)

decidiu, a 29 de agosto de 1975, através de um comunicado da reunião do Conselho da Revolução, a nível informal retirar das funções de Primeiro Ministro, Vasco Gonçalves, substituindo-o pelo Almirante Pinheiro de Azevedo. Decidiu colocar Vasco Gonçalves na chefia do Estado Maior General das Forças Armadas, justificando tal atitude com a evocação de dois objetivos que eram: afastar Vasco Gonçalves da cena política e por outro lado que este ocupasse um lugar que "eu estava a ocupar contra a minha vontade". (Rodrigues, 2008: pp.295,296). Esta seria, no entanto, uma nova polémica em torno de Costa Gomes, uma vez que nem os partidos moderados nem os Estados Unidos da América queriam qualquer intervenção de Vasco Gonçalves em funções políticas ou militares. Isso mesmo foi confirmado por Mário Soares a Costa Gomes, no dia 30 de agosto, em Belém, ao receber a proposta de formar um novo governo. Soares recusou a proposta afirmando que o Partido Socialista tinha saído do governo em desacordo com Gonçalves dizendo mesmo que "A nossa luta é contra ele e o que ele representa". (Rodrigues, 2008: pp.296-297). Os "moderados" também não concordavam com a nomeação de Vasco Gonçalves para CEMGFA, segundo eles devido a dois fatores: o primeiro "do ponto de vista interno", onde este estava "longe de reunir o consenso das Forças Armadas" e o segundo "do ponto de vista externo" pois a sua nomeação agravaria "ainda mais as já frágeis relações com a parte do mundo não afecta ao bloco soviético". (Rodrigues, 2008: p.296). Também Washington e o Embaixador Carlucci estavam contra esta nomeação, questionando a atitude de Costa Gomes, pelo que afirmavam: "Temos agora que nos interrogar de que lado ele está e se, em todo o caso, valerá a pena tentar preservá-lo". (Rodrigues, 2008: pp.299,300). Costa Gomes, nesta altura, estaria completamente sozinho nesta luta. "Importa referir que os EUA desempenharam um papel de relevo no contexto da queda de Vasco Gonçalves e seu executivo" (Sá, 2004: p.136). Segundo Tiago Moreira de Sá a oportunidade "surgiu com o pedido de ajuda de Lisboa para a evacuação dos portugueses residentes em Angola". A resposta a esse pedido foi protelada devido à indecisão quanto ao destino de Vasco Gonçalves. A 27 de Agosto de 1975, o *Washington Post* noticiava nos Estados Unidos que "se fosse constituído um novo governo, (...) com certeza seria organizado um pacote de medidas de auxílio para aliviar o peso enorme dos refugiados". Esse auxílio surgiria a 2 de setembro de 1975, 4 dias depois da demissão informal de Vasco Gonçalves do cargo de Primeiro Ministro, por parte de Costa Gomes, quando foi anunciada oficialmente a ponte aérea pelo Departamento de Estado dos EUA (Sá, 2004: p.136).

A 5 de setembro de 1975, na Assembleia do Exército realizada de manhã, em Tancos, “apercebendo-se da nova correlação de forças”, acabaria por ser “o próprio Vasco Gonçalves a abdicar da sua nomeação para CEMGFA”, apresentando, no dia seguinte, a sua demissão formal de Primeiro Ministro do V Governo Provisório. (Rodrigues, 2008: pp.300-301). Para este desfecho muito contribuiu o Documento dos Nove que ajudou na precipitação dos acontecimentos que resultaram no fim do PREC. (Simões, 2015: p.19). Com a saída de Vasco Gonçalves saíram também a maioria dos conselheiros que lhe eram afetos, num total de nove membros, alterando a composição política do MFA para uma ala mais moderada. (Rodrigues, 2008: p.301). Em todo o processo de afastamento de Vasco Gonçalves esteve presente o Partido Comunista, conforme relatado por Pinheiro de Azevedo, “O PC deixou de lhe dar cobertura (...) Vasco Gonçalves fora útil, mas estava a tornar-se prejudicial, com o seu extremismo desvairado, que poderia levar o país à guerra civil (...) ora uma guerra civil não interessava a ninguém. Nem interna nem externamente. O PC, manifestamente, achou que Vasco Gonçalves já cumprira o seu papel”. (Rafael, 2005: s.p.). Segundo o jornalista Armando Rafael, o receio principal do PCP era que os exageros revolucionários e a retórica de Vasco Gonçalves arrastassem o país para uma nova ditadura ou um novo regime autoritário, onde os comunistas acabariam por ser excluídos. Ao retirar o seu apoio a Vasco Gonçalves o partido ganharia tempo para se reorganizar e estudar novas estratégias para alcançar o poder. (Rafael, 2005: s.p.).

Com a demissão de Vasco Gonçalves de Primeiro Ministro do V Governo Provisório, a 29 de agosto tomaria posse oficialmente, a 19 de setembro de 1975, o VI Governo Provisório, com o Almirante Pinheiro de Azevedo como Primeiro Ministro e Costa Gomes na Presidência da República. Relativamente à política externa do programa deste governo constava o “Organizar e controlar o comércio externo, reforçar as relações comerciais com todos os países e designadamente com a E.F.T.A e o Mercado Comum e expandir as relações com os países socialistas e com os países do Terceiro Mundo de forma a conseguir-se a redução de défices da balança de pagamentos e o financiamento dos grandes projectos de investimento público.”⁸⁶ Este Governo Provisório apresentou uma política terceiro mundista.

A política externa, foi conforme verificámos atrás, condicionada pela política interna dos diferentes Governos Provisórios. Segundo José Medeiros Ferreira a visão da política externa portuguesa dos Governos Provisórios era condicionada pelo MFA e dividia-se em três aspetos:

⁸⁶ (Presidência do Conselho de Ministros, 1975:s.p.) Arquivo Histórico da República Portuguesa (Online)

1- Uma visão pró-ocidental idealizada por Mário Soares, que defendia uma estratégia euro-atlântica, protagonizada no I, II e III Governos provisórios.

2- Uma visão "terceiro-mundista" que propunha uma estratégia neutralista não alinhada e que foi defendida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes, nos IV e VI Governos Provisórios.

3- Uma terceira visão defendida por Vasco Gonçalves em que assumia uma linha pró-soviética, no II a V Governo Provisório.

Ao longo de todo o "Verão Quente" manteve-se sempre em duvida a passagem de informações da NATO para os russos, pelo que as restrições impostas aos portugueses relativamente ao acesso às informações mais sensíveis se manteriam, apesar dos sinais promissores da composição VI Governo Provisório constituído a 19 de setembro de 1975 com Pinheiro de Azevedo como Primeiro Ministro e da divulgação do documento dos Nove. Segundo o historiador Pedro Aires de Oliveira "a escalada política promovida pelo PCP e a extrema esquerda, a par das profundas divisões no seio da instituição militar, mantinham os responsáveis da NATO de sobreaviso.". (Oliveira, 2009: p.74).

Este período mais atribulado começaria a ter o seu fim no dia 25 de novembro com a vitória dos moderados que conseguiram travar várias unidades militares apoiantes da esquerda, pondo fim ao Processo Revolucionário em Curso (PREC). (Gomes,2008: pp.342,343). Neste dia além da tentativa de controlo militar por parte dos revoltosos, "tropas da PM e do Copcon ocuparam a Emissora Nacional, a partir da qual fizeram apelos à revolução em nome de Otelo e do poder popular, ao mesmo tempo que Duran Clemente", um dos capitães da revolução do 25 de Abril de 1974, membro do MFA e apoiante de Otelo, "incitava na RTP, à mobilização de massas junto de quarteis, estações de rádio e televisão". (Gomes,2008: p.344). Só no dia seguinte a situação começou a normalizar-se quando a Base de Monte Real se rendeu, e "os Para-quedistas abandonaram a OTA e Tancos, o Conselho da Revolução dissolveu a COPCON e a PM rendeu-se aos comandos da Amadora". (Gomes,2008: p.345). Ainda neste dia, após os acontecimentos de tentativa de golpe do dia anterior, e ainda com indefinição do resultado deste golpe, Carlucci enviaria um telegrama para Kissinger, cujo assunto era um possível guião de imprensa e referia o seguinte: "se os desenvolvimentos correntes em Portugal forem levantados na conferencia de imprensa hoje à noite, sugere-se o seguinte guião (...) para ser usado se perguntado, repito se perguntado: - questão: o que está a acontecer em Portugal? Resposta: como todos sabem, pelos telegramas das agencias noticiarias, parece que o governo teve sucesso no esmagamento de uma rebelião

liderada por para-quedistas amotinados. Questão: Isso foi uma tentativa comunista de derrubar o governo? - Resposta: Penso que a situação ainda não é clara e preferia não entrar para já nas motivações. - Questão: Mas esses paraquedistas eram de orientação radical, não eram? - Resposta: Basicamente, concordaria consigo. Mas os paraquedistas também tinham os seus problemas internos. - Questão: Houve americanos feridos? A nossa embaixada foi atacada? - Resposta: Tanto quanto sabemos nenhuns americanos foram feridos. A Embaixada está a trabalhar normalmente.⁸⁷

No dia "27 de Novembro após o cerco e ocupação do Copcon por forças do Regimento de Comandos, e as negociações entre uma delegação de para-quedistas da Base-Escola com Costa Gomes e Morais e Silva", General da Força Aérea e membro do Conselho da Revolução, pôs-se fim ao período de instabilidade existente durante o "Verão Quente". (Gomes,2008: p.346) O Embaixador Carlucci no mesmo dia enviou um telegrama para o Departamento de Estado em Washington onde confirmou "o fim do choque militar do 25 de novembro" informando que o "Copcon foi ocupado e dissolvido" enquanto Otelo, "em lágrimas", foi "para Belém e colocado em prisão não oficial". O Embaixador Carlucci, controlado o golpe em Lisboa, estava em condições de avaliar os acontecimentos, chegando à conclusão de que "Os moderados conquistaram uma enorme vitória militar". (Gomes, 2008: p.349)

Em suma, o último tempo da revolução, preconizada pelos comunistas, culminaria como vimos, no processo do 25 de novembro em que ocorreu um confronto direto entre os dois blocos então constituídos: forças democráticas e forças revolucionárias. O primeiro embate resultou no afastamento de Vasco Gonçalves e seus apoiantes do executivo e dos centros de poder militar, o segundo embate aconteceu na formação do VI Governo Provisório que levou ao afastamento quase completo do PCP do poder, e no terceiro embate ocorreu o choque militar onde as forças revolucionárias foram derrotadas, pondo fim à Revolução Portuguesa. (Sá, 2004: p.135).

O pós 25 de novembro

O episódio do 25 de novembro de 1975 teve um efeito muito maior do que as consequências diretas do mesmo. Neste aspeto, António José Telo comenta que "era o fim do

⁸⁷ Telegrama de Embaixada dos EUA em Lisboa para Kissinger de 26 de Novembro de 1975, inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) do Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra (online)

sonho e das utopias, que obrigava a olhar em frente para os cacos que juncavam o chão, os restos da grande confusão que tinha sido Portugal durante ano e meio". (Telo, 2007, p.176)

Também Rui Cardoso, editor internacional do jornal Expresso, sobre esta mesma matéria comentou a 25 de novembro de 2016, que "ao fim do dia 25 de novembro de 1975, quando as forças afetas ao VI Governo Provisório neutralizaram as unidades militares contestatárias, houve choro e ranger de dentes dos dois lados. Mais à esquerda acusava-se o PCP de traição por não ter apoiado a resistência nas ruas. No extremo oposto do espectro amaldiçoava-se o Major Melo Antunes quando este apareceu na TV a vincar que o PCP era indispensável à construção da democracia". (Cardoso, 2016: s.p.).

O envolvimento do PCP em todo o processo do Golpe de 25 de novembro de 1975, segundo Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, "permanece ainda como uma das grandes incógnitas", no entanto, o embaixador americano Frank Carlucci, responsabilizou o PCP embora sem o dizer abertamente. Para Carlucci o "choque militar foi a tentativa dos comunistas de forçar a recomposição do Governo Provisório, bem como do Conselho da Revolução". Segundo os dois autores existem diferentes versões quanto ao assunto dos vários intervenientes neste processo, tais como Mário Soares, Álvaro Cunhal, Costa Gomes entre outros, o que impede de aprofundar com rigor estes acontecimentos. (Gomes, 2008: pag.350).

A 30 de Novembro de 1975 o jornal *Le Monde* afirmava sobre o fim do período revolucionário português que "A revolução romântica, à "Couraçado Potemkine", que há um ano incomodava a Europa e inquietava Washington, dissipou-se em 48 horas como uma nuvem, de fumo". (Cardoso, 2016: s.p.).

Segundo António José Telo "o melhor exemplo da materialização deste corte brusco e colectivo é a forma como as organizações nos dois extremos do leque político se esvaziavam, não por qualquer efeito repressivo, mas simplesmente porque os seus militantes as abandonam sob diversos pretextos e desculpas". (Telo, 2007, p.176). Apesar desta desmobilização, iriam permanecer pequenos núcleos tanto na extrema esquerda como na extrema direita, que acabariam por cair em práticas bombistas e em atos violentos. De todas as organizações, sobressaiu uma denominada Forças Populares 25 de Abril ou somente FP25. Esta organização seria responsável por dezenas de atentados contra instalações e pessoas, empresários, gestores, altos funcionários e políticos. (Telo, 2007, pp.177-179).

O 25 de novembro conduziu Portugal a um "reequilíbrio da situação, onde sobressaiu com o setor socialista democrático dominante". (Telo, 2007, p.179). O novo compromisso geral passou a ser a revisão do Pacto do MFA com os partidos e a Constituição de 1976, a

qual era pedida desde agosto de 1975. Após negociações com o MFA, entre dezembro de 1975 e fevereiro de 1976, a nova Constituição apresentou mudanças substanciais na sua redação, como por exemplo:

"1- O presidente da Republica passa a ser eleito por sufrágio direto e não por colégio eleitoral, sendo por inerência o Presidente do Conselho da Revolução e o Comandante Supremo das Forças Armadas.

2- O presidente da Republica nomeia o Primeiro-Ministro, ouvidos o Conselho da Revolução e os partidos políticos de acordo com os resultados eleitorais(...).

3 - É extinta a Assembleia do MFA.

4 - (...)

5- O Governo passa a ser politicamente responsável perante o Presidente da Republica e Assembleia da Republica." (Telo, 2007, p.179).

Esta Constituição seria aprovada a 2 de abril de 1976, e nela se afirmam os direitos, liberdades e garantias individuais dentro da tradição da Europa Ocidental. (Telo, 2007, pp.180-181).

Um dos momentos mais importantes no pós 25 de novembro surgiria no período eleitoral para as eleições presidenciais de 1976, onde se candidataram o General Ramalho Eanes, "apoiado pelo CDS, PPD e PS", Otelo Saraiva de Carvalho apoiado pela UDP e Otávio Pato (único candidato civil), "dirigente do PCP", bem como o Primeiro Ministro Almirante Pinheiro de Azevedo. Dos 4 candidatos, 3 eram Oficiais de carreira, uma vez que "as principais forças políticas estavam de acordo, nas eleições de 1976, em que a democracia não era ainda suficientemente sólida para que o Palácio de Belém fosse entregue a um civil". (Caetano, 2016: p.65) As eleições pautariam por um "duelo" entre Ramalho Eanes e Otelo Saraiva de Carvalho que, a 25 de novembro, tinham sido oponentes no campo militar e mediam agora forças no campo político. Eanes estava praticamente eleito, uma vez que os partidos que o apoiavam haviam vencido as eleições legislativas de 25 de abril de 1976. Juntava-se também aos apoiantes de Eanes o MRPP, que era um inimigo do Copcon, bem como o apoio do "Grupo dos Nove" onde se incluía Melo Antunes e Vasco Lourenço entre outros. Otelo que estivera preso após a extinção do Copcon e saíra do Conselho da Revolução, apesar de ser um proscrito a nível partidário, contando apenas com o apoio já referido da UDP, era ainda assim um candidato com grande popularidade que se gabava, sobretudo, de ter do seu lado "comissões de trabalhadores, de moradores e até Conselhos de Aldeia". (Caetano, 2016: P.66). "A nível partidário" acentuava-se "a separação entre PS e PCP". No dia 27 de

junho após a contagem dos votos, Ramalho Eanes venceria as eleições por larga maioria com 61% dos votos contra 16% do seu rival mais próximo, Otelo, e seria nomeado Presidente da República. (Caetano, 2016: p.66). O Partido Socialista saíra vencedor das eleições legislativas, constituindo o I Governo Constitucional, embora minoritário, na 1ª Eleição para a Assembleia da República, em 25 de Abril de 1976, "com 34,9 % dos votos (contra 24,3 % do PPD, 15,9 % do CDS e 14,4 % do PCP)". (Telo, 2007, pp.181-185).

A questão da problemática relação Portugal-NATO, não abrandou "senão a partir de novembro de 1976, onde com o acalmar da situação política em Portugal, se assume uma agenda tradicional com a NATO, na direção certa", segundo comenta Scott B. MacDonald. (MacDonald, 1993, p.52).

Continuava, no entanto, para a NATO, mesmo após o 25 de novembro de 1975, a ser importante a Base das Lajes, cuja relevância foi reafirmada a 1 de novembro de 1976 pelo North Atlantic Military Committee, que afirmou que "o seu uso ininterrupto (...) em tempos de paz, tensão ou agressão é vital para monitorizar e combater (...) as forças de superfície e submarinas soviéticas". Acrescentou que a Base das Lajes constituía um ponto chave na defesa, e que a perda desta traria, em caso de guerra, dificuldades à NATO.⁸⁸

Com o acalmar da situação política após o 25 de novembro começou um "amplo apoio da Administração Ford à instauração de um regime democrático português". Segundo Bernardino Gomes este apoio teve dois pilares base, nomeadamente "o auxílio económico (...) no valor de 300 milhões de dólares" e "o apoio militar na "reestruturação das Forças Armadas Portuguesas com o objetivo de as integrar crescentemente na NATO" retirando-as da cena política", sendo para o efeito disponibilizados "30 milhões de dólares para aquisição de material e formação no contexto da criação da brigada aerotransportada portuguesa na NATO". (Gomes, 2008: pp.400,401).

Segundo a historiadora Maria Inácia Rezola "o 25 de novembro de 1975, continua a ser apresentado como sendo "essencialmente o resultado da conjugação de fatores internos"". No entanto, "é hoje, possível demonstrar que existiu uma dimensão externa no contexto do choque militar" em especial por parte dos EUA. (Rezola, 2008: s.p.). Segundo Maria Rezola "apesar da actuação norte americana não ter sido "o elemento decisivo para o resultado final da transição do autoritarismo para a democracia em Portugal" (...) ela constituiu um contributo fundamental "para a vitória das forças democráticas."" (Rezola, 2008.: s.p.). Corroborando esta ideia, numa entrevista efetuada por Manuela Cruzeiro a Vasco Gonçalves,

⁸⁸ Nato Secret Appendix 3 to anex B to enclosure to MCM-85-76 Arquivo da Defesa Nacional

este afirmaria, já em 2002, que havia “um plano de intervenção dos serviços secretos americanos (CIA) e ingleses (MI6) de apoio ao golpe contrarrevolucionário de 25 de novembro, em preparação, e que previa o lançamento de operações clandestinas, apoio logístico aos militares contrarrevolucionários, utilização de meios aéreos e marítimos para abastecimento da “resistência portuguesa” na zona norte, etc.” Porém, segundo ele, “o plano não veio a ser concretizado porque a esquerda militar, o Partido Comunista e as forças progressistas não se deixaram envolver na provocação do 25 de novembro e porque Costa Gomes chamou a si a dependência directa de todas as unidades militares do país” (Cruzeiro, 2002: s.p.). Os EUA e as nações Ocidentais aliados na NATO tiveram uma intervenção positiva e decisiva neste episódio, de maneira a que uma democracia pluralista fosse aplicada em Portugal, acabando com a influência do PCP e dos seus planos de uma revolução que iria colocar Portugal como um país comunista ou de cariz ditatorial.

Sobre a participação dos aliados da NATO no processo em apreço, ou seja, o 25 de novembro, Tiago Sá afirma que é mesmo provável que esta tenha sido maior do que fazem supor os relatos existentes, contudo, dada a natureza sensível da questão e a sua confidencialidade, será preciso esperar algum tempo para que os documentos oficiais sejam desclassificados e, assim, se tenha uma perceção real do assunto. (Sá, 2004: p.142).

É de salientar, no entanto, que o desfecho de todo o processo revolucionário causou admiração na comunidade internacional em especial nos EUA, onde Frank Carlucci declararia numa sessão no Congresso norte-americano em 1977, que "tem sido uma experiencia muito inspiradora observar um país a emergir de 50 anos de ditadura, separar-se de um dos mais vastos impérios coloniais do mundo, estar à beira de uma nova forma de totalitarismo e recuperar através da vontade do povo - e sublinho isto, porque, em retrospectiva, foram claramente as eleições livres o ponto de viragem da situação portuguesa - para ver instituições democráticas estabelecidas e os militares regressarem voluntariamente aos quartéis e para a sua missões profissionais. Sublinho que isto foi feito num período de dois anos sem qualquer derramamento significativo de sangue. Parece-me que é um caso único na história do mundo" (Gomes, 2008: pp.400,401)

A transição democrática em Portugal desde a revolução do dia 25 de abril de 1974 à instauração do primeiro Governo Constitucional a 23 de julho de 1976, teve vários intervenientes internos e externos que foram decisivos relativamente ao rumo que Portugal haveria de tomar para ser bem-sucedido.

Com o aumento da influencia comunista nos sucessivos Governos Provisórios, um apontamento de Abranches Jordão datado de Maio de 1975, afirmava que a situação política de transição em Portugal agravara as preocupações da Aliança do Atlântico Norte, que desejava que os seus membros tivessem uma perfeita estabilidade interna e apresentassem uma completa disponibilidade para cumprir as obrigações inerentes ao tratado, sendo que isso só poderia acontecer caso as instituições políticas desses Estados membros fossem “perfeitamente estáveis e definidas”.⁸⁹

A NATO viria a ter um papel significativo no processo de consolidação do regime estabelecido pela Constituição em 1976. Esse papel assumiu duas facetas fundamentais, "por um lado, o apoio à reconversão das Forças Armadas Portuguesas (...) por outro lado (...) "a participação acrescida das FAP (...) nas atividades da Aliança, sobretudo através de exercícios conjuntos."" (Oliveira, 2009: p.76). Ao longo de todo o processo, apesar de inicialmente terem alguma desconfiança, os Estados Unidos da América sempre consideraram o Presidente Costa Gomes um aliado a quem confiavam com exclusividade o tratamento de assuntos sensíveis da NATO.

Ainda que Portugal não fizesse parte dessa comunidade, as preocupações da CEE com a revolução portuguesa verificaram-se desde muito cedo, devido à evolução política portuguesa. Era, no entanto, pertinente a preocupação que os membros da Comunidade Europeia tinham em relação à evolução política em Portugal, uma vez que os seus membros eram também países membros da NATO. Além deste fato, Portugal procurou logo após a Revolução contatos com a CEE. Tanto Palma Carlos, do I Governo Provisório, como Vasco Gonçalves, no III Governo Provisório, recorreram à CEE em busca de auxílio económico, mas "os ministros dos Negócios Estrangeiros das Comunidades, protelaram qualquer decisão favorável" a Portugal, afirmando que a Comunidade Europeia só poderia dar o seu apoio a democracias pluralistas, "conotando esta com a filosofia do sistema dos EUA e da Europa Ocidental". (Ferreira, 2004: p.148). A política da CEE em relação a Portugal esteve mais dependente do tipo de regime interno e da sua orientação externa, do que de quem estava no poder, desde que quem estivesse no poder mantivesse os ideais duma democracia pluralista, bem semelhante à dos países aliados membros da NATO. Mostravam, no entanto, alguma inquietação quanto ao rumo político que Portugal levaria, como podemos verificar pelas palavras do embaixador belga em Lisboa, Max Wéry, que afirmou, "recebemos ordem de

⁸⁹ Apontamento sobre a crise da OTAN redigido por Abranches Jordão em Lisboa 12 de Maio de 1975, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 Separador 3, Arquivo Nacional Torre do Tombo

comunicar à personalidade que julgássemos mais qualificada de Portugal, a preocupação e a inquietação dos nossos governos respectivos face à orientação da política portuguesa". (Ferreira, 2004: pp.148,149 apud Wéry, 1994: p.158). O mesmo embaixador relata que numa audiência com Costa Gomes, em março de 1975, este afirmou que compreendia a inquietação dos governos Ocidentais e garantia eleições livres para a Assembleia Constituinte. Declarara também que "nada havia mudado na política externa do país (...), que se mantinha absolutamente fiel à OTAN". (Ferreira, 2004: pp.148,149 apud Wéry, 1994: p.159).

Como podemos notar, a pressão da Comunidade Europeia em todo o processo revolucionário em Portugal demonstra a preocupação que esta tinha em ajudar a dar um rumo político a Portugal, no sentido de uma democracia pluralista do tipo Ocidental. Nesse sentido, procuraram afastar o rumo político português das ideologias comunistas, para que não houvesse qualquer razão para Portugal se desligar da NATO, pois esse afastamento poderia influenciar outros países da Comunidade Europeia, no sentido de se afastarem da coesão pretendida pela Comunidade, não só dentro da CEE, mas também da NATO. Similarmente aos EUA, a pressão política, diplomática e económica imposta pela Comunidade Europeia servia os interesses da NATO no contexto de manter o ambiente geopolítico uniforme e coeso.

Para criar estabilidade em Portugal foi importante a posição dos partidos e chefes dos governos socialistas europeus que apoiaram o PS, dando-lhe suporte eleitoral contra o Partido Comunista Português, ao mesmo tempo que davam ao partido de Mário Soares "ajuda" moral, no sentido de manter a pressão sobre a liderança militar para que persistisse na democratização. Apesar de inicialmente apresentarem muitas cautelas, os chefes dos governos europeus fizeram saber junto dos militares portugueses que sem a democratização não haveria qualquer ajuda financeira, nem nunca consentiriam que Portugal aderisse à Comunidade Europeia. (Sablosky, 1996: pp.1011,1012).

Também a RFA, membro da CEE e da NATO, teve dificuldade em perceber as posições políticas que Portugal estaria a tomar. O historiador Weissmann, afirmou que segundo "o boletim político da Embaixada da RFA em Portugal referente ao ano de 1974, não era possível constatar nem prever um desenvolvimento politicamente estável, estar-se-ia a formar um agrupamento político anticomunista e Portugal estaria à beira de um ano político de 1975 muito conturbado". (Weissmann, 2014: s.p. apud Kurzfassung des politischen Jahresberichtes 1974). Embora não fosse clara a estratégia política pretendida para este membro da NATO, afirmava-se que "Portugal é para a RFA, para a NATO, para a Comunidade Europeia e para

as nações aliadas na Europa Ocidental um problema difícil de perceber e tratar”. (Weissmann, 2014: s.p.).

No entanto, o executivo da RFA encetou esforços diplomáticos através de Helmut Schmidt e Willy Brandt, que mobilizaram os parceiros europeus e conseguiram o apoio dos EUA, de modo a fazerem uma nova leitura da realidade portuguesa e influenciaram a "posição da União Soviética, no sentido de esta moderar o comportamento do PCP". Para tal estavam mesmo dispostos a criar um frente a frente entre o Embaixador soviético e o Embaixador dos EUA. Presidiram mais tarde ao "Comité de Apoio e Solidariedade para com a Democracia e o Socialismo em Portugal", que juntava "os principais líderes social democratas da Internacional Socialista" e que serviu como "ofensiva de apoio incondicional ao PS português, pressionando (...) os países europeus, as instituições comunitárias e até mesmo as duas superpotências", influenciando a permanência de Portugal na NATO. (Fonseca, 2012: pp100,101).

Segundo Weissmann, “enquanto na RFA crescia o cepticismo relativamente aos desenvolvimentos em Portugal, na RDA parece que ia aumentando a confiança. (Weissmann, 2014: s.p.). Em agosto de 1974 o *Neues Deutschland* culpabilizaria “os monopólios internacionais pela crise económica que teria sido provocada com intuito de travar as ambições das Forças Armadas em Portugal”. (Weissmann, 2014: s.p.).

Também a RDA estava com dificuldade em definir uma estratégia para tratar o problema português, uma vez que a União Soviética não queria arriscar uma intervenção direta em Portugal, pois esta “podia perturbar o desejado processo da “Détente” na Europa.” (Weissmann, 2014: s.p.). Embora a RDA mantivesse o apoio político e monetário ao PCP, isto ultrapassava as intenções da União Soviética. O historiador Thomas Weissmann encontrou em algumas pastas da Bundesarchiv, documentos que demonstravam os objetivos da RDA em Portugal, designadamente, a intensificação de contactos oficiais, contactos com as organizações democráticas, desenvolvimento do comércio e até mesmo alguma agitação político-propagandística. (Weissmann, 2014: s.p.). Segundo esses registos as relações diplomáticas foram estabelecidas em junho de 1974 através de contratos de comércio, bem como a fundação de uma Associação de Amizade Portugal-RDA, em dezembro de 1974. Weissmann citando o escritor e jurista Steiniger, afirma que este, numa das suas reportagens, faria alusão à formação do II Governo Provisório como sendo uma vitória do povo, pois o PCP conseguira alcançar mais influência. (Weissmann, 2014: s.p.).

O PCP continuou a manter ligações com a RDA e a ser apoiado por estes. Mas numa conferência realizada em Berlim no verão de 1975, percebeu-se que os líderes comunistas da RDA almejavam criar fortes laços com o PCP que, na altura, estava sob liderança do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) o que, segundo Tilo Wagner, jornalista da Rádio Alemã em Portugal, o tornava “o único partido não-Eurocomunista” na Europa Ocidental. (Wagner, 2006: p.80).

A nível diplomático e "apesar da ação dos Estados Unidos entre 1974 e 1976 não ter sido homogénea", como podemos analisar através de documentos recentemente desclassificados, relativamente ao período tratado, Washington acabou por se empenhar e contribuir para a instauração em Lisboa da democracia representativa alinhada com o Ocidente. (Sá, 2012: pp.115,116). Numa primeira fase a Administração de Washington que teve um papel negativo quanto à evolução portuguesa, chegando mesmo o Secretário de Estado Henry Kissinger a instruir o Embaixador Carlucci, no sentido de criar um cenário de ostracização a Portugal na Aliança Atlântica e, tentando mesmo, na Cimeira da NATO em Bruxelas a 30 de maio de 1975, insistir em que os colegas europeus deveriam isolar Portugal. (Sá, 2012: p.118). Porém o Embaixador Frank Carlucci, e os aliados europeus nunca desistiram da ideia de que Portugal não estaria perdido e, por isso, conseguiram convencer os representantes do Estados Unidos, de que Portugal não iria levar um rumo de viragem à esquerda de tipo soviético, fazendo com que estes mudassem de opinião. Este facto é demonstrado pela utilização da via diplomática com a URSS, no sentido de pressionar o Kremlin a não se envolver na Revolução Portuguesa, pois esse envolvimento seria inconsistente com o objetivo do desanuviamento das relações da URSS com os EUA. (Sá, 2012: p.119). Também a diplomacia americana no final da revolução teve uma atitude muito positiva ao diplomaticamente favorecer as relações entre os militares portugueses e a NATO, chegando mesmo a financiar a criação de uma brigada aerotransportada portuguesa destinada a integrar as forças da NATO. Adicionalmente empenhou-se também em convencer outros países membros da NATO a ajudarem Portugal na integração das estruturas militares portuguesas nas da organização. (Sá, 2012: p.118).

Houve também uma grande intervenção diplomática dos "aliados ocidentais que definiram uma estratégia concertada para Portugal" durante o Verão Quente português e que se fundamentavam em "dois motivos: (...) o papel geopolítico e a relação com as forças políticas internas". (Sá, 2012: p.112). Também a NATO "desempenhou desde cedo um papel importante na ação da administração Ford. Desde logo pela existência no seu seio canais de

ligação institucionalizados entre as forças armadas dos dois países, que foram utilizados pelos norte-americanos para estabelecerem um sistema de comunicação permanente dos oficiais portugueses" e, finalmente, na "reestruturação das forças armadas portuguesas e na sua redefinição (...) no novo regime democrático". (Sá, 2012: p.117).

Existiram outras "fontes de influência externa", isto é, os meios pelos quais as forças exógenas poderiam influenciar o processo de mudança do regime, quer por pressão política, diplomática ou económica. Um dos instrumentos mais usados a nível bilateral pela ação externa dos EUA e dos países da Europa Ocidental foi o bloqueamento da ajuda económica a Portugal enquanto este mantivesse membros comunistas no Governo.

Segundo Tiago Moreira de Sá, houve três variáveis importantes, para o sucesso na democratização em Portugal destacando-se a primeira no contexto do ambiente internacional, nomeadamente, o importante "relacionamento bilateral com outros países" tais como os EUA e a RFA. A segunda variável surge no contexto regional sobre a ação da CEE e NATO junto, respetivamente, dos políticos nacionais e dos militares em Portugal, que influenciaram o rumo político de Portugal no período revolucionário. A terceira e última variável, segundo Tiago Sá, relaciona-se com as ligações existentes "entre os principais dirigentes políticos, militares ou sociais com as superpotências, com a CEE, com as grandes famílias políticas europeias, com as organizações internacionais, entre outros casos" (Sá, 2012: pp.110,111) como, por exemplo, entre o Partido Socialista na figura de Mário Soares, e a Internacional Socialista, não esquecendo, as relações existentes na altura entre o PCP, na figura de Álvaro Cunhal, com a URSS e os países do bloco soviético, chegando mesmo a haver um apoio prático a Portugal. (Sá, 2012: pp.110-111).

Podemos afirmar que o resultado final do processo de democratização em Portugal, após o golpe de Estado de 25 de abril de 1974, iria influenciar outros países da Europa tais como a Espanha, a Grécia e a RDA a se tornarem democracias ocidentais, o que manifestamente demonstra que Portugal foi um exemplo do efeito dominó no flanco sul, mas no sentido positivo, persuadindo outros países da Europa com regimes não democráticos a seguirem o mesmo caminho.

Torna-se importante, segundo Nuno Severiano Teixeira, frisar quais as políticas de "continuidade ou rutura na política externa portuguesa antes e depois da democracia, (...) ou seja, quais as permanências e quais as mudanças" ocorridas. Depois da revolução do 25 de abril acabaram por permanecer "os elementos estruturais e geopolíticos" de "interesse

estratégico para Portugal, o Atlântico, a Europa e as relações pós-coloniais". Quanto às mudanças na política externa houve pelo menos quatro, que se refletem até aos nossos dias:

1) "a lógica antinómica entre Europa e Atlântico" (para a política externa portuguesa o Atlântico significa o valor acrescentado na Europa assim como a Europa significa o valor acrescentado para o Atlântico, assim como relações com o Brasil e antigas colónias africanas);

2) mudaram as prioridades estratégicas numa "equação geopolítica", onde "hoje, a prioridade é a Europa e a União Europeia e para ganhar o poder acrescido Portugal procura revalorizar e potenciar a posição atlântica e as relações pós-coloniais";

3) "como resultado da democracia em Portugal e Espanha" houve uma aproximação dos dois países que partilham as mesmas alianças extra peninsulares, nomeadamente UE/NATO/UEO;

4) a diplomacia portuguesa afasta-se da diplomacia bilateral "em favor de uma diplomacia multilateral que leva Portugal a uma presença nas organizações multilaterais nas suas áreas de interesse estratégico" que é a União Europeia na Europa, "a NATO no Atlântico e a CPLP para as relações pós-coloniais". (Teixeira, 2004: pp.11,12).

Neste sentido podemos afirmar que a diplomacia, quer de intervenientes portugueses, quer de intervenientes estrangeiros, na Revolução Portuguesa, teve um papel primordial no rumo de Portugal em direção a uma democracia pluralista do tipo Ocidental bem como no reatar da confiança da NATO em relação a Portugal.

Conclusão

A presença portuguesa na NATO pautou-se ao longo dos tempos, desde a sua entrada nesta Organização em 1949, por algumas tensões, em especial no ano de 1962, quando o Governo Norte Americano e a NATO devido à política colonial portuguesa, sancionaram Portugal com o embargo de equipamento militar a Portugal, para que este não fosse utilizado no conflito de Portugal com o Ultramar. Outro foco de tensão surgiria nas negociações para a permanência dos EUA na Base das Lajes, um importante ponto geoestratégico para a NATO em caso de conflito na Europa. Aquando do convite dirigido a Portugal em 1948, para a sua integração na NATO, Salazar levantava dúvidas quanto às intenções desta organização possuir uma Base nos Açores. Salazar receava que a NATO fosse uma forma disfarçada dos EUA obterem bases permanentes nos Açores, dúvida esta que continuou mesmo após a sua integração na NATO em 1949. Devido à guerra do ultramar, haveria um agravamento negocial a partir de 1960 por parte de Portugal, devido ao embargo dos EUA ao fornecimento de equipamento militar. Apesar de Salazar ter permitido a permanência dos EUA na Base das Lajes de forma ad-hoc a partir do ano de 1962, somente em 1969 se reatariam e finalizariam as negociações após a formação de um novo governo sob a liderança de Marcello Caetano com contratos automaticamente renovados.

Respondendo à pergunta feita no início desta dissertação sobre as repercussões que a revolução portuguesa do 25 de Abril teve na relação de Portugal com a NATO e com os seus intermediários principais, os EUA e os países europeus, podemos dizer que esta foi bem acolhida inicialmente pelos países que mantinham relações políticas com Portugal, bem como pela generalidade daqueles com quem tais relações não existiam. Aquando da tomada de posse do I Governo Provisório, a 16 de maio de 1974, todos os países aliados já haviam reconhecido a nova situação. Ao longo desta transição Portugal instauraria um novo regime, um novo sistema de governo, uma nova organização social e uma nova Constituição.

A instauração de uma democracia pluralista ocidental não foi isenta de dificuldades. Ainda assim os compromissos internacionais, bilaterais e multilaterais assumidos em matéria de defesa nunca estiveram em perigo, apesar da desconfiança mostrada, neste período, pelos aliados ocidentais, pelos EUA e pela NATO, quanto ao rumo político que Portugal seguiria. Durante o período da presidência de Nixon, este ocupado com a contestação à guerra do Vietname e, mais tarde, com o Watergate, os Estados Unidos vão mostrar-se distantes da Revolução Portuguesa. Essa ausência de reação dos Estados Unidos causou um vazio nos

planos de alguns políticos portugueses, nomeadamente Spínola que almejava o apoio dos EUA relativamente aos seus intentos políticos. Só assim se compreende o relato desiludido que o general Spínola fez do seu encontro com Richard Nixon em junho de 1974 na Base das Lajes, quando chamou à atenção do Presidente norte-americano para o apoio que os comunistas em Portugal estariam a receber da União Soviética, facto que não provocou qualquer tipo de resposta por parte de Nixon. Se com Nixon se pode compreender a ausência de intervenção política em Portugal, em virtude dos problemas internos dos EUA, no caso do Presidente Ford e do seu Secretário Henry Kissinger não se percebe a sua falta de reação inicial, adotando estes a política do "esperar para ver". Deprendemos, por isso, que a Administração norte-americana não compreendeu certos aspetos da revolução em Portugal, o que limitou a sua intervenção política no contexto da realidade portuguesa.

Sobre a questão de como reagiram, a NATO e seus principais interlocutores, à ascensão do comunismo nos Governos Provisórios e quais os efeitos práticos para Portugal, a realidade portuguesa de acordo com Kissinger, era contra os interesses dos Estados Unidos, uma vez que desde o I Governo Provisório, existiam elementos comunistas nos sucessivos Governos Provisórios. Para a Administração de Washington isso era contrário aos objetivos da NATO, que fora criada para impedir o avanço comunista, além de fornecer cooperação militar aos países que a compunham. Com a nomeação de Vasco Gonçalves para o cargo de Primeiro Ministro surgiria o receio dos EUA e da NATO de que pudessem existir possíveis fugas de informação confidencial para o adversário político, uma vez que o novo Primeiro Ministro defendia ideias comunistas. Esta situação colocava a cúpula do Executivo norte americano em alerta, situação que se agravaria com a demissão do General Spínola após a tentativa de golpe de Estado a 28 de setembro de 1974.

Apesar da saída de Spínola da Presidência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, mantinha-se integrado no Governo e assegurava aos países ocidentais, aos EUA e à NATO que, apesar da renúncia de Spínola e da sua substituição por parte de Costa Gomes, as alterações verificadas não iriam comprometer o programa do MFA nem a pertença de Portugal à NATO.

Depois do 11 de março de 1975 com o fracasso do golpe de Estado e, particularmente, da tentativa para diminuir o papel da Assembleia Constituinte ocorreu o sobressalto das democracias ocidentais, principalmente dos EUA e da NATO. Isto aconteceu porque, no seio das Forças Armadas, se encontravam elementos pró-comunistas e que serviam os interesses do PCP inseridos no executivo governamental, pondo em perigo a instauração de uma

democracia pluralista. (Telo, 1999: p.81). Apesar dos comunistas e da esquerda radical terem tido o poder durante grande parte da Revolução Portuguesa, e em consequência disso Portugal sofresse ameaças de expulsão do Pacto do Atlântico, acredito que Portugal nunca esteve literalmente em risco de ser expulso da NATO, embora numa fase mais complicada da revolução fosse mesmo obrigado a sair do Grupo de Planeamento Nuclear, sofrendo uma restrição relativamente à receção de documentos confidenciais da NATO, não relativos a Portugal. Esta restrição aconteceu essencialmente devido ao sério risco, segundo a opinião do executivo americano e do Secretário Geral da NATO, Joseph Luns, de que os elementos comunistas no executivo português pudessem transmitir essas informações à URSS. Ainda assim Portugal manteve-se envolvido nos diversos programas militares da NATO, programados para esse período, desde que não fossem exercícios que envolvessem armas nucleares. Na minha opinião essas ações serviram como forma de pressão relativamente às autoridades portuguesas, para que estas tivessem um papel ativo e positivo na transição democrática portuguesa e evitassem que o país caísse perante uma ideologia comunista, o que teria como consequência o afastamento da NATO.

Se, por um lado, havia quem postulasse o afastamento de Portugal da NATO, a RFA era contra esta solução e defendia a ideia de que a implantação da democracia pluralista de tipo ocidental seria possível através da realização de eleições transparentes e, acima de tudo, pelo empenho em mostrar aos aliados ocidentais e aos EUA uma perspetiva da realidade portuguesa, incluindo estar disposto a promover um encontro bilateral entre o embaixador soviético e o dos EUA para sanar as dificuldades prementes em relação aos apoios ao Partido Comunista. (Teixeira, 2004: pp.155-157). Em suma, a RFA revelou-se, na minha opinião, como uma importante defensora de Portugal no que se refere à permanência na NATO, bem como evitar uma intervenção americana, mais drástica, pois, como vimos, conseguiu mesmo convencer os EUA a não desistirem de Portugal numa altura em que alguns membros dos EUA, como Kissinger, davam o país como "estando perdido" para o comunismo.

Apesar da vitória eleitoral do PS, de Mário Soares, nas eleições realizadas em 25 de abril de 1975, a comunidade internacional e a NATO não se tranquilizaram, uma vez que o PCP se mantinha no Governo e insistia no PREC, não permitindo que a vontade do povo se expressasse na realidade. Não consegui apurar o papel da União Soviética no processo político português, no entanto, como referido anteriormente, havia suspeitas de um apoio económico ao PCP e à sua política em Portugal. Também países comunistas, tais como a RDA, tiveram também um papel relevante no apoio político e económico à via esquerda

radical em Portugal e à aliança entre o PCP e o MFA até ao final do verão de 1975, quando a URSS sob ameaça do fim da Détente instruiu a RDA no sentido de terminar com os apoios ao PCP e sugeriu a Álvaro Cunhal uma aproximação ao PS.

Relativamente à pergunta de quão importante foi o apoio da NATO, e dos seus intermediários, na implementação de uma democracia tipo pluralista em Portugal, posso afirmar que apesar de todas as vicissitudes, a relação entre Portugal e a NATO estabeleceu-se através de uma espécie de “acordo de cavalheiros” que ajudou Portugal a conter a pressão comunista e, também permitiu que o país evoluísse no sentido de uma democracia pluralista de tipo ocidental. (Telo, 1999: p.81).

Para os EUA e a NATO havia, no entanto, uma razão para ajudar Portugal, neste período conturbado, nomeadamente a sua posição geoestratégica, em especial o posicionamento da ilha dos Açores, que servia como base americana e equilibrava a balança de poderes das duas grandes superpotências, EUA e URSS. Em caso da perda de Portugal para a URSS, esta potencia poderia beneficiar com o posicionamento dos Açores, pois permitir-lhe-ia um ponto de apoio no Atlântico, o que não era conveniente aos interesses dos EUA, tendo estes mesmo, como vimos, apoiar a independência dos Açores, plano que viria a ser posto de lado em virtude da política de neutralidade americana.

A ação dos EUA em relação ao processo revolucionário foi, a partir de meados de 1975, conduzida com mestria pelo seu Embaixador em Lisboa, Carlucci, o qual mantinha boas relações com Mário Soares. Este não desvalorizou a importância do “Documento dos Nove”, redigido por Ernesto de Melo Antunes, subscrito por vários nomes sonantes da política e das Forças Armadas portuguesas, documento este que seria um dos fatores decisivos, aliado à pressão da Comunidade Internacional, na queda de Vasco Gonçalves do Executivo. Carlucci não ignorou, também, o factor militar na normalização da vida política portuguesa. Relembro que o Embaixador americano foi um dos maiores defensores do apoio norte-americano a um plano de modernização das Forças Armadas portuguesas, tendo em conta os compromissos nacionais com a NATO. (Ferreira, 2004: pp.151-153). Não podemos ignorar também o apoio da Comunidade Europeia, assim como a NATO, que sempre intervieram desde a fase inicial da Revolução de modo significativo no processo ainda que Portugal não fizesse parte dessa comunidade. o político português. Ainda que essa intervenção fosse feita sob o pretexto do fato de Portugal ser um país membro da NATO e não de interferência intencional. Quanto ao EUA, esse envolvimento foi limitado nos meios, mas isso ocorreu devido mais às limitações diplomáticas dos norte-americanos, decorrentes do contexto da década dos anos 70 e menos à

falta de interesse do futuro político português. No caso da Comunidade Europeia, esse envolvimento ocorreu no apoio político e moral aos partidos políticos moderados de Portugal, no caso o PS, e, após as eleições de 1975, pelo alargamento desse apoio a um nível económico.

Outra influência para o sucesso do processo de democratização em Portugal, foi, segundo David Castaño, Mário Soares. É neste aspeto que importa "perceber se o sucesso de Mário Soares e o sucesso do processo de transição democrática são complementares e paralelos ou se, por outro lado, são independentes". (Castaño, 2012: p.451). Convém lembrar que, "nas vésperas do 25 de abril, seriam poucas pessoas saberem da existência do PS. No entanto, Mário Soares, era já uma figura reconhecida nacional e internacionalmente". A "atividade oposicionista" deste, "durante mais de 30 anos" até à queda do Estado Novo, permitiu a Mário Soares obter conhecimento quer dos objetivos estratégicos do PCP, do qual fora militante antes de fundar o PS e, por outro lado, aperceber-se da importância da existência de relações internacionais capazes de potenciar e apoiar as forças políticas internas de Portugal. (Castaño, 2013: pp.451-452).

Quando analisamos a atividade política de Mário Soares entre 1974 e 1976, verificamos que o principal objetivo deste era a criação de um regime democrático pluralista, algo que concluiria com sucesso. Apesar de uma aproximação inicial com o PCP "logo após a revolução" de 25 de abril de 1974, com o passar do tempo verificou-se um afastamento devido a divergências políticas entre socialistas e comunistas. Soares tinha "duas convicções", a primeira era que "os comunistas contavam com o total apoio da URSS", e a segunda que "a direita não tinha forças para fazer um contragolpe ou se constituir uma força política com visibilidade". Mário Soares tinha a noção que nestas circunstâncias seria então o PS quem teria o papel de principal interveniente na instauração de uma democracia pluralista. Mário Soares reconheceu igualmente que Portugal "sofrera uma viragem à esquerda e que essa viragem se sentia no interior do seu partido". Daí que "a captação de apoios externos que vinha constituindo uma das preocupações de Mário Soares, (...) assumiu então uma maior centralidade, procurando apoios para o PS para ajudar no rumo de Portugal". Estes apoios externos, além da sua nomeação como Ministro dos Negócios Estrangeiros, transformaram Soares "no principal interlocutor dos países ocidentais em Portugal, estimulando dessa forma a via pluralista" junto dos países ocidentais para viabilizar a "instauração de um regime democrático" em Portugal. No início do verão de 1975, em consequência da situação política vigente, "Mário Soares convenceu-se da necessidade da ajuda das potências ocidentais,

particularmente, os Estados Unidos (...) e da NATO". Mário Soares sempre evitou "qualquer tipo de apoio ou incitamento, por parte dos países ocidentais, nomeadamente dos Estados Unidos e da Espanha, aos projetos contrarrevolucionários ligados a Spínola e aos planos independentistas açorianos, e esperar que os moderados se pudessem impor por meios pacíficos". "Mário Soares contribuiu de modo indelével para a instauração de um regime democrático em Portugal", sendo essa a sua principal prioridade entre 1974 e 1976. (Castaño, 2013: pp.456 a 476).

"Os acontecimentos em Lisboa interessavam em larga escala a Washington, dadas as suas consequências para o equilíbrio de poder em período de crise mediterrânica" e de Guerra Fria. (Sá, 2004: p.151). Desde sempre que os EUA compreenderam o ponto nevrálgico onde deveriam atuar, ou seja, "o grau de dependência de Lisboa face ao Ocidente e do PCP face à URSS", daí terem aliciado o Executivo Português prometendo apoio económico no caso da expulsão dos elementos comunistas do Governo e, mais tarde, pressionando a União Soviética a retirar o seu apoio financeiro ao PCP sob a ameaça de que este apoio poria em causa a Détente. Em todas estas atitudes os EUA pretendiam manter a coesão da NATO, uma vez que durante o período da Revolução em Portugal, também eclodira "o conflito do Chipre entre a Grécia e a Turquia", dois membros da Organização, e "a ascensão comunista em França e em Itália", que criavam dúvidas quanto à evolução política das mesmas. Perante este cenário os EUA temiam que Portugal pudesse ser uma influência negativa para outros países da Aliança caso os comunistas ascendessem ao poder, causando um efeito de dominó que poderia extinguir o Flanco Sul da NATO. (Sá, 2004: p.152). Perante essa ameaça os Estados Unidos colocaram em prática a "teoria da vacina", que caso Portugal ficasse sob influência comunista, deveria ser isolado dos outros membros da NATO, para servir de exemplo a outros países da Organização.

Ao longo de todo este estudo sobre as relações de Portugal com a NATO entre 1974 e 1976, ficou bem claro que houve "uma luta" entre Carlucci, Embaixador dos EUA em Lisboa, Ford, Presidente dos EUA, e Kissinger, o Secretário de Estado americano, devido a diferentes visões e diferentes soluções que cada um possuía para o que estava a acontecer em Portugal e que não era o ideal para a organização NATO. Carlucci sempre tentou resolver os problemas de Portugal, por uma via diplomática, nunca deixando "cair" Portugal nas mãos dos comunistas quer pela pressão através de ameaça de uma possível de expulsão da NATO, quer apoiando as forças que mais convinha terem o poder, neste caso a ala moderada do PS e do "Grupo dos Nove". Kissinger, por outro lado, uma vez que, nunca compreendeu o que se

passava em Portugal, pressionava os aliados na NATO a adotarem uma atitude firme para com Portugal, chegando a dar como solução a saída de Portugal da NATO. Relembro que foi ele e o Secretário Geral da NATO, Joseph Luns, os principais intervenientes na expulsão de Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear e na restrição do envio de documentos confidenciais a Portugal. Na ótica de Kissinger Portugal iria cair na influência comunista, e o país seria dado como “perdido”.

Perante o atrás mencionado, podemos afirmar que Carlucci teve um papel primordial no estabelecimento de uma democracia pluralista do tipo ocidental em Portugal. Foi ele que juntamente com o apoio de outras nações Ocidentais membros da NATO influenciaram Kissinger e o Presidente Ford de forma a que estes tivessem uma visão mais positiva sobre a evolução política portuguesa.

No entanto, em todo este processo, podemos afirmar que, "que os EUA nunca desistiram de" construir "um regime democrático em Portugal", o que convinha aos interesses americanos e aos interesses da NATO. Segundo Tiago de Sá "fizeram-no através de pressão quando as coisas corriam mal e a revolução avançava. E através de apoio económico e militar quando as coisas estavam a correr bem e a democracia a avançar". (Sá, 2004: p.154).

Na pergunta sobre em quantas fases poderemos dividir o interesse dos EUA e países europeus, relativamente à política portuguesa no pós-revolução em Portugal, podemos concluir que existiram 4 fases distintas que resumem claramente a intervenção política dos EUA e dos países europeus que formavam a organização NATO, como intermediários no processo de democratização de Portugal ao nível do seu empenhamento e dos instrumentos de influência utilizados:

- Na primeira fase, que se situa entre o 25 de abril e 28 de setembro de 1974, verificamos que os EUA receberam a notícia do golpe de Estado do 25 de abril de 1974 com alguma surpresa e cautela, uma vez que as informações que receberam eram escassas e provenientes dos media. Nesta fase a atitude de Washington foi caracterizada por um relativo desinteresse pelos desenvolvimentos políticos portugueses, política essa que ficou conhecida como “esperar para ver”. Apesar das garantias de Portugal de honrar os compromissos relativamente à NATO, este relativo desinteresse foi mudando, principalmente pela inclusão dos elementos do PCP no I Governo Provisório. Washington e alguns países da Europa consideraram esta presença como um precedente perigoso para a Europa do Sul e como um risco para a coesão da Aliança Atlântica, devido ao possível efeito dominó, pois a presença

comunista no governo português poderia influenciar de forma negativa outros países da Europa.

Assistia-se a uma verdadeira revolução social e política além de um aumento da atividade sindical, havendo mesmo ruidosas manifestações populares da extrema-esquerda com slogans anti NATO, no entanto os compromissos com o eixo atlântico e a NATO não se alteraram e foi reforçado esse vetor da política externa portuguesa, sendo o mesmo realçado por António de Spínola ao Presidente americano.

Washington assim como os outros países europeus, não se comprometeram com o processo político português, decidindo continuar a “esperar para ver”, mesmo quando aconteceu uma escalada do conflito entre o General António de Spínola e o MFA. Começava-se a sentir uma pressão americana no executivo português, com a presença de comunistas no Governo, onde os EUA deixaram bem claro que Portugal não poderia contar com o auxílio americano, caso não se desse a saída de Álvaro Cunhal e Avelino Gonçalves. A queda do I Governo Provisório e a tomada de posse do II Governo Provisório com Vasco Gonçalves como Primeiro Ministro trouxeram novas preocupações principalmente aos EUA, uma vez que estes receberam confirmação de Espanha que Vasco Gonçalves era comunista. A entrada de comunistas no governo português começou a criar alguma relevância na agenda diplomática dos EUA, mudando a sua tática relativamente a Portugal.

- Segunda fase situada entre o 28 de setembro de 1974 e as eleições do 25 de abril de 1975 com alguma intervenção dos EUA, ainda que de baixa intensidade, num período em que no processo político português o PCP emergiu como uma importante força política de grande mobilização popular, reforçando ainda a sua aliança com o MFA. Os EUA continuaram a sua teoria do “esperar para ver”, apesar da evolução da Revolução em Portugal, não ser a ideal quer para a NATO, quer para os interesses americanos. Com o aumento de poder dos PCP, a preocupação dos EUA e da NATO aumentou, levando a que estes numa atitude mais ofensiva aplicassem algumas sanções a Portugal, sendo a principal a saída de Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear (GPN), uma das estruturas mais importantes da NATO, embora esta medida fosse tomada sem a concordância de alguns países europeus como por exemplo a RFA. Aumentando ainda mais a pressão, os EUA começaram a equacionar com a presença de comunistas no executivo português a fuga de informações confidenciais da NATO para os países do Pacto de Varsóvia, pelo que a NATO e os EUA passaram a bloquear todas as informações confidenciais da Organização, excetuando aquelas que diziam respeito a Portugal.

Perante a ameaça do aumento de poder dos comunistas e da aplicação do seu programa político, os EUA aumentaram a forma de pressão, quer pela substituição do embaixador Stuart Nash por Frank Carlucci, quer pelo envio de missões diplomáticas a Lisboa anunciando programas de ajuda económica a Portugal caso os comunistas se retirassem do governo. O 11 de março seria o ponto de viragem na política americana relativamente a Portugal.

- Terceira fase, que decorre entre o 25 de abril até ao 25 de novembro de 1975, onde apesar das autoridades portuguesas confirmarem a sua lealdade à NATO e o cumprimento dos seus compromissos, colocava-se em cima da mesa a hipótese da aplicação da “teoria da vacina” ou a sua exclusão da NATO, conforme pedido pelos americanos na Cimeira de Bruxelas a 30 de maio de 1975. Ambos tinham por objetivo isolar Portugal dos outros países europeus. Os EUA e os países europeus não chegaram a consenso sobre esta questão e tinham duas visões diferentes da situação portuguesa. Os EUA defendiam a teoria de dar Portugal “como perdido” para o Ocidente, tornando-se um país comunista, os europeus defendendo que pudesse haver um desfecho favorável nos setores moderados civis e militares em Portugal, evitando uma deriva à esquerda. Com o chamado “Verão Quente” Portugal estava à beira de uma guerra civil, e os EUA mudaram a sua tática, pondo em cima da mesa o apoio aos moderados, de forma a impedir o domínio de Portugal pelos comunistas, trabalhando em conjunto com a restante Europa Ocidental.

- Quarta fase, desde o 25 de novembro de 1975, onde, com a saída de comunistas do executivo português, os EUA retomaram o apoio e auxílio económico e militar a Portugal, e uma retoma com uma maior participação nos compromissos da NATO. Com o estabelecimento da Constituição criada em 1976 e a normalização das forças partidárias em Portugal, a NATO acabaria por retirar as sanções a Portugal, normalizando-se a relação Portugal / NATO.

Desde a integração de Portugal na NATO até novembro de 1975, nunca se advogou a saída de Portugal da NATO, nem mesmo os principais partidos portugueses o fizeram. Houve, no entanto, duas situações excecionais, a primeira, como já referido, quando os americanos opinaram a saída de Portugal da NATO devido à presença de comunistas nos Governos Provisórios, e a segunda quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, segundo declarações recentes feitas no colóquio sobre “Portugal e a Transição para a Democracia”, organizado pela Fundação Mário Soares e pelo IHC/UNL, em depoimento de 28 de novembro de 1998, "teria dito em conversa a Henry Kissinger a possibilidade da saída

da NATO, caso os EUA apoiassem os movimentos independentistas açorianos". (Telo, 1999: p.81).

Só a partir de 25 de novembro de 1975, com a chefia do exército pelo general Ramalho Eanes, é que se começou a delinear o rumo político de Portugal no sentido da democracia de tipo ocidental sob a liderança da ala moderada e do PS e se normalizaram, progressivamente, as relações diplomáticas com os EUA no âmbito da NATO.

A entrada em vigor da Constituição de abril de 1976 foi encarada pela generalidade dos países membros da NATO como uma vitória plena das concepções democratas ocidentais, entrando as relações de Portugal com a NATO, os EUA e a comunidade internacional numa fase de normalização sem grandes atritos. Este facto ficou claro quando, ultrapassada a desconfiança em relação a Portugal, as alianças internacionais voltaram a fazer parte relevante do sistema defensivo português no aspeto militar e nas vertentes geopolítica, geoestratégica e diplomática.

Analisando tudo o que foi dito ao longo desta dissertação, posso responder à última questão colocada no início desta dissertação e concluir que as relações entre Portugal e a NATO entre 1974 e 1976, intermediadas pelos EUA e também pelos países europeus que faziam parte da NATO, foram conturbadas, consequência decorrente da presença de comunistas constante nos diferentes Governos Provisórios. Apesar deste facto a presença de Portugal na NATO, conforme já mencionei anteriormente, não me pareceu em momento algum, estar em risco, devendo-se este facto em grande parte ao Embaixador norte americano Carlucci, que nunca considerou Portugal perdido para o comunismo, à mestria com que Mário Soares exerceu as suas funções enquanto responsável pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao apoio por parte da Europa Ocidental, sobretudo da RFA, por parte da CEE ao pressionar Portugal para enveredar por um rumo democrático. Não podemos esquecer de mencionar a importância do Presidente Costa Gomes, como moderador no período mais conturbado da revolução, conseguindo evitar a guerra civil, ao chamar a si a função de Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, conseguindo desse modo encaminhar Portugal para uma estabilidade e normalização política que permitiu em 1976 a entrada em vigor do I Governo Constitucional.

Bibliografia

Fontes

- Aerograma sobre Propostas de forças para 1975-1980, P.16 Nr.1773 de 4 abril 74 da DELNATO, do Arquivo de Defesa Nacional, caixa 410, Nr.22

- Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se à carta do Secretário Geral da NATO de 4 de Julho de 1974 para o embaixador Albano Nogueira, chefe da DELNATO, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao recorte do jornal brasileiro (Jornal da Tarde) de S. Paulo, Anexo ao Ofício Nr.569 de 27 de Novembro de 1974 do Consulado Geral de Portugal em S. Paulo, Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao telegrama Nr.32 e 33 de 20 de fevereiro de 1975 da DELNATO Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao anexo do Ofício Nr.57 de 11 de Março de 1975, da Embaixada de Portugal em Copenhaga Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao anexo ao Ofício Nr.36 de 10 de Março de 1975 da Embaixada de Portugal no Cairo Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao Ofício Nr.142 de 21 de Março de 1975 da Embaixada de Portugal em Haia Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Apontamento da posição NATO face à situação emergente do 25 de abril em Portugal do Dr. João Salgueiro redigido a 13 de Maio de 1975, referindo-se ao anexo do Ofício Nr.77 de 07 de Abril de 1975 da Embaixada de Portugal em Manila Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

Relações de Portugal com a NATO entre 1974 e 1976

- Apontamento de Magalhães Cruz redigido a 12 de Maio de 1975 Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Apontamento sobre a Cimeira da NATO em Bruxelas de 13 de maio de 1975 Arquivo Ernesto Melo Antunes, Caixa 87, Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Apontamento sobre a crise da OTAN redigido por Abranches Jordão em Lisboa 12 de Maio de 1975 Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Biography of Francisco da Costa Gomes, October 18, 1974, Box Nr.6 of National Archive and Records Administration «Presidential Libraries Withdrawl Sheet» Withdrawl ID 017739, 1994 USA consultado em 05.02.2017 disponível em <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1552830.pdf>

- Entrevista de Carlos Plantier ao Ministro Melo Antunes, "A situação política portuguesa fala o Ministro Melo Antunes", 1974, Século Ilustrado, do Centro de Documentação 25 de Abril consultado em 23.05.2016 disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?waka=seculo39>

- History of Azores Base Agreement, April 1975, from Ford Library Museum (<https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0398/1982266.pdf>)

- Informação sobre Portugal e a NATO da USMission NATO para o Secretário de Estado em Washington com informação à Embaixada de Lisboa, 1975, Pag.1, Documento Nr.1975 NATO 01784 of US Department of State, Consultado em 01.03.2017

- Intervenção do Almirante Pinheiro de Azevedo no DPC Ministerial em 22 de Maio de 1975 Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Nato Secret appendix 3 to annex B to enclosure to MCM-85-76 de 1976, do Arquivo de Defesa Nacional, caixa 67, Nr.27

- Memorandum of conversation in the Pentagon between Henry Kissinger and James Schlesinger, from Gerald Ford Library, NLF MR Case nr.01-124, Document Nr.6 Washington, 22 January 1975, consultado em 25.03.2017 disponível em <https://nsarchive.files.wordpress.com/2010/11/kissinger/schlesinger.pdf>

- Memorandum of conversation about Portugal with Willy Brandt, in 27 March 1975, from Gerald Ford Library consultado em 02.05.2017 disponível em <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553005.pdf>

Relações de Portugal com a NATO entre 1974 e 1976

- Memorandum of conversation about Portugal with Willy Brandt, in 27 March 1975, from Gerald Ford Library, consultado em 02.05.2017 disponível em <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553004.pdf>

- Memorandum of conversation about Portugal with Spanish Prime Minister Arias, in 01 May 1975, from Gerald Ford Library, consultado em 15.04.2017 disponível em <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553102.pdf>

- Memorandum of conversation about "meeting with Portuguese", with Prime Minister Vasco Gonçalves in 29 May 1975, from Gerald Ford Library consultado em 15.04.2017 disponível em <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553095.pdf>

- Memorandum of conversation of Cabinet Meeting between President Ford and Kissinger in 04 June 1975 from Gerald Ford Library consultado em 02.05.2017 disponível em <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553108.pdf>

- Memorandum of conversation about Portugal with Italy Prime Minister Aldo Moro, in 01 August 1975, from Gerald Ford Library, consultado em 15.04.2017 disponível em <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553193.pdf>

- Memorandum of conversation about Portugal with Spanish Prime Minister Arias, in 31 August 1975, from Gerald Ford Library, consultado em 15.04.2017 disponível em <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553194.pdf>

- Memorandum of Conversation in the White House, October 18, 1974, National Archives and Records Administration, "Presidential Library with a drawl Sheet" Widrawl ID 017738 Collection Series ID 031400267, consultado em 22.03.2017 disponível em www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/1552830.pdf

- Memoradum from Henry Kissinger sobre Açores, Consultado em 05.10.2017, disponível em <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LOC-HAK-52-1-9-3.pdf>

- Documento do North Atlantic Military Committee, de 11 de Novembro de 1976, Arquivo Defesa Nacional Fundo 2 Secção1 Série 17 Caixa 67 Numero 27

- Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, s.d., Centro Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, consultado em 06.07.2017, Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estru07>

- Programa da Junta de Salvação Nacional para os I, II,III,V e VI Governos Provisórios, Arquivo Histórico da Republica Portuguesa, consultado em 02.06.2017 disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/u-governo/arquivo-historico/governos-provisorios.aspx>

Relações de Portugal com a NATO entre 1974 e 1976

- Relatório da Central Intelligence Agency sobre situação Portugal no dia 25 de Abril de 1974, CIA Library, consultado em 05.10.2017, Disponível em <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP78S01932A0001002300093-1.pdf>

- The President's Daily Brief, sobre situação em Portugal no dia 25 de abril de 1974, CIA Library, consultado em 05.10.2017, disponível em <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC.0006007732.pdf>

- Report of Meeting with Prime Minister Gonçalves of Portugal, From Henry Kissinger, Maio 1975, The White House Washington, Consultado em 06.05.2017, Disponível em <https://nsarchive.files.wordpress.com/2010/11/background-paper.pdf>

- Reston, James "Secretary Kissinger interviewed for New York Times", The Department of State Bulletin Volume LXXI Nr.1846, 1974, Pag.630 Consultado em 03.04.2017 Disponível em www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/dosb/1846.pdf

- Reunião Ministerial North Atlantic Council em 19 de Agosto de 1974 com a presença de Costa Gomes Fundo 2 Seção 1 Serie 13 Caixa 44 Nr.58 Documento 26 Pagina 15 do Arquivo de Defesa Nacional

- Telegrama do Departamento de Estado para a Amembassy Lisbon, Maio de 1974 do National Archives USA

- Telegrama de 3 de maio de 1974 da Missão dos EUA na NATO para Kissinger sobre Portugal respeitar compromissos internacionais, inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, APP-Cx.23-46

- Telegrama de 19 de janeiro de 1975 da Embaixada dos EUA em Lisboa para Kissinger sobre "Soares vê a situação crítica", inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, APP-Cx.23-46

- Telegrama de 11 de fevereiro de 1975 da Embaixada dos EUA em Madrid para Kissinger sobre "ataque de Soares a Cunhal", numa entrevista à revista *Blanco y Negro* inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, APP-Cx.23-46

- Telegrama de 11 de março de 1975 da Embaixada dos EUA em Madrid para Kissinger sobre a chegada de Spínola a Talavera, inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, APP-Cx.23-46

Relações de Portugal com a NATO entre 1974 e 1976

- Telegrama de 20 de maio de 1975 da Embaixada dos EUA em Londres para Kissinger sobre o apoio aos moderados, inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, APP-Cx.23-46

- Telegrama de 22 de maio de 1975 de Kissinger para a Embaixada dos EUA em Londres sobre a "pouca fé" de Kissinger quanto à situação política em Portugal, inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, APP-Cx.23-46

- Telegrama de 21 de agosto de 1975 de Kissinger para a Embaixada dos EUA em Roma sobre pedido de marcação de encontro com Secretário de Estado do Vaticano, inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, APP-Cx.23-46

- Telegrama de 27 de agosto de 1975 de Kissinger para a Delegação dos EUA em Bruxelas sobre resposta do Secretário de Estado do Vaticano quanto à situação em Portugal", inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, APP-Cx.23-46

- Telegrama de 26 de novembro de 1975 da Embaixada dos EUA em Lisboa para Kissinger sobre o possível guião de imprensa sobre os acontecimentos do 25 de novembro, inserido no texto "A revolução portuguesa no Wikileaks" de Joaquim Marques de Sá (2015) Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, APP-Cx.23-46

- Telegrama Nr.6994, Nr.34 da embaixada de Portugal para Paris, Londres, Washington, Atenas e Roma Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Telegrama Nr.7333, Nr.77 da embaixada de Portugal em Otava para Ministério Negócios Estrangeiros recebido a 21 de maio de 1975 Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Telegrama Nr.7184, Nr.185 da embaixada de Portugal em Roma para Ministério Negócios Estrangeiros recebido a 19 de maio de 1975 Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Telegrama Nr.7328, Nr.312 da embaixada de Portugal em Londres para Ministério Negócios Estrangeiros recebido a 21 de maio de 1975 Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

Relações de Portugal com a NATO entre 1974 e 1976

- Telegrama Nr.7328, Nr.312 da embaixada de Portugal em Londres para Ministério Negócios Estrangeiros recebido a 21 de maio de 1975 Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Telegrama Nr.7234, Nr.396 da embaixada de Portugal em Washington para Ministério Negócios Estrangeiros recebido a 20 de maio de 1975 Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Telegrama Nr.414 de João Themido recebido a 24 de Maio de 1975 vindo da Embaixada de Portugal em Washington Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Telegrama Nr.415 de João Themido em aditamento ao telegrama 414 recebido a 24 de Maio de 1975 proveniente da Embaixada de Portugal em Washington Arquivo Ernesto de Melo Antunes, Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Telegrama Nr. Geral 7508 Nr.414 de 24 de Maio de 1975 enviado por Hall Themido para Portugal Arquivo Ernesto Melo Antunes Caixa 87, Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Telegrama Nr. Geral 7509 Nr.415 Enviado por Themido em 24 de Maio de 1975 Arquivo Ernesto Melo Antunes Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Telegrama Nr. Geral 7510 Nr.416 Enviado por Themido em 25 de Maio de 1975 Arquivo Ernesto Melo Antunes Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

- Telegrama Nr. Geral 7521 Nr.420 Enviado por Themido a 25 de Maio de 1975 Arquivo Ernesto de Melo Antunes Caixa 87 Pasta 2 do Arquivo Nacional Torre do Tombo

Livros

- Ademar, Carlos (2015), "*Vítor Alves, O Homem, o Militar, o Politico*", Lisboa, Parsifal citado por Ademar, Carlos (2016), "O 28 de Setembro de 1974" (online) Consultado em 17.04.2017 Disponível em <http://www.jornaltoranado.pt/28-setembro-1974/>

- Antunes, José Freire (1986), "*Os Americanos e Portugal. Os anos de Richard Nixon (1969-1974)*", Lisboa, Dom Quixote citado por Tiago Moreira de Sá (2004), "*Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*", Lisboa, Noticias Editorial (1ª Edição) Pag.65,66,67

- Autor Institucional (1976), "*Costa Gomes discursos políticos*", Lisboa, Direção Geral da Divulgação

- Bell, Coral (1977), *"The diplomacy of Detente. The Kissinger era"*, New York, St. Martin's Press, citado por Tiago Moreira de Sá (2004), *"Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)"*, Lisboa, Notícias Editorial p.24, (1ª Edição)
- Carvalho, Otelio Saraiva de (1977), *"Alvorada em Abril"*, Lisboa, Livraria Bertrand, citado por Joana de Matos Tornada (2009), *"Nas vésperas de democracia em Portugal - o golpe das Caldas de 16 de Março de 1974"*, Coimbra, Edições Almedina, pag.22
- Castaño, David (2013), *"Mário Soares e a Revolução"*, Alfragide, Edições D. Quixote, (1ª Edição)
- Eisfeld, Reiner (1985), *"Influencias Externas sob a Revolução Portuguesa: O papel da Europa Ocidental"* em Eduardo de Sousa Ferreira e Walter C. Opello Jr., *"Conflitos e Mudanças em Portugal - 1974 a 1984"*, Lisboa, Teorema citado por Tiago Moreira de Sá (2004), *"Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)"*, Lisboa, Notícias Editorial, 1ª Edição Pag.121
- Gonçalves, Vasco (1975), *"Discursos, conferencias de imprensa e entrevistas"*, Porto, s.e. citado por Tiago Moreira de Sá (2004), *"Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)"*, Lisboa, Notícias Editorial, 1ª Edição Pag.122
- Gomes, Bernardino e Tiago Moreira de Sá (2008), *"Carlucci Vs. Kissinger- os EUA e a Revolução Portuguesa"*, Alfragide, Edições D. Quixote (2ª Edição)
- Gomes, Bernardino e Tiago Moreira de Sá (2008), *"Carlucci Vs. Kissinger- os EUA e a Revolução Portuguesa"*, Alfragide, Edições D. Quixote (2ª Edição) citado por Oliveira, Pedro Aires (2009), "O Flanco Sul Sob Tensão - A NATO e a Revolução Portuguesa, 1974-1975", *Relações Internacionais*, Nr.21 Pag.71
- Kissinger, Henry (1999), "Years of renewal", Nova York, Simon & Schuster citado por Sá, Tiago Moreira (2004), *"Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)"*, Lisboa, , Notícias Editorial, (1ª Edição) Pag.69
- Kreisky, Bruno (1976), *"Para uma concentração das forças socialistas da esquerda democrática, in liberdade para Portugal"*, Lisboa, Livraria Bertrand citado por Ferreira, José Medeiros (2004), "o 25 de Abril no contexto internacional", *Relações Internacionais*, Nr.2 (online) pag.147
- MacDonald, Scott B. (1993), *"European Destiny, Atlantic Transformations- Portuguese Foreign Policy under the Second Republic 1974-1992"*, New Jersey, EUA, Transaction Publishers
- Osório, Sanches (1975), *"O equívoco do 25 de Abril"*, Aveiro, Editorial Intervenção

- Pinto, Jaime Nogueira e Guilherme Alpoim Calvão (1995), "*O 11 de Março - Peças de um processo*", Lisboa, Futuro Presente citado por Noronha, Ricardo (2016), "Anatomia de um Golpe de Estado fracassado: 11 de março de 1975", *Ler História* Nr.69 (online) Pag.74
- Reis, António (1994), "*Portugal 20 anos de Democracia*", Circulo de Leitores
- Rodrigues, Luís Nuno (2008), "*Marechal Costa Gomes no centro da tempestade*", Lisboa, A Esfera dos Livros, (1ª Edição)
- Rodrigues, Luis Nuno (2010), "*Spínola*", Lisboa, A Esfera dos livros, (1º Edição)
- Sá, Tiago Moreira de (2004), "*Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*", Lisboa, Noticias Editorial (1ª Edição)
- Sá, Tiago Moreira de (2007), "*Os Estados Unidos da América e a democracia portuguesa*", Instituto Diplomático citado por David Castaño (2013), "*Mário Soares e a Revolução*", Alfragide, Edições D. Quixote, (1ª Edição) pag.277
- Simas, Nuno (2008), "*Portugal Classificado Documentos secretos norte-americanos, 1974-1975*", Lisboa, Alétheia Editores
- Soares, Mário (2011), "*Um político assume-se*", Lisboa, Temas e Debates citado por Ana Mónica Fonseca (2012), "O apoio da Social Democracia Alemã à democratização portuguesa (1974-1975)", *Ler História*, Nr.63 (online)
- Telo, António José (2007), "*Historia contemporânea de Portugal - do 25 de abril à actualidade*", Volume I, Lisboa, Editorial Presença 1ª Edição
- Telo, António José (2007), "*Historia contemporânea de Portugal - do 25 de abril à actualidade*", Volume I, Lisboa, Editorial Presença citado por David Castaño (2013), "*Mário Soares e a Revolução*", Alfragide, Edições D. Quixote, (1ª Edição) pag.191,193
- Themido, João Hall (1995), "*10 Anos em Washington: 1971-1981*", Lisboa, 2ª Edição, Dom Quixote citado por Tiago Moreira Sá (2004), "*Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*", Lisboa, Noticias Editorial, (1ª Edição) Pag.90,110,111
- Tornada, Joana de Matos (2009), "*Nas vésperas de democracia em Portugal - o golpe das Caldas de 16 de Março de 1974*", Coimbra, Edições Almedina
- Wéry, Max (1994), "*E assim murcharam os cravos*", Lisboa, Fragmentos citado por José Medeiros Ferreira (2004), "o 25 de Abril no contexto internacional", *Relações Internacionais*, Nr.2 (online)

Artigos

- Caetano, Emilia (2016), "Militar para Belém procura-se", *Visão História*, Nr.33
- Carvalho, Otelio Saraiva de (2016), "António de Spínola-O general e o princípio de Peter", *Visão História*, Nr.33
- Castaño, David (2012), "Mário Soares e o sucesso da transição democrática", *Ler História*, Nr.63 (online)
- Ferreira, José Medeiros (2004), "o 25 de Abril no contexto internacional", *Relações Internacionais*, Nr.2 (online)
- Fonseca, Ana Mónica (2012), "O apoio da Social Democracia Alemã à democratização portuguesa (1974-1975)", *Ler História*, Nr.63 (online)
- Maxwell, Kenneth (2005), "Os Estados Unidos e a descolonização portuguesa (1974-1976)", *Revista Relações Internacionais*, Nr.8
- Miranda, Jorge (2016), "António Ramalho Eanes o militar-cidadão", *Visão História*, Nr.33
- Noronha, Ricardo (2016), "Anatomia de um Golpe de Estado fracassado:11 de Março de 1975", *Ler História* Nr.69 (online)
- Oliveira, Pedro Aires (2009), "O Flanco Sul Sob Tensão - A NATO e a Revolução Portuguesa, 1974-1975", *Relações Internacionais*, Nr.21 (online)
- Oliveira, Pedro Aires (2009), "O Flanco Sul Sob Tensão - A NATO e a Revolução Portuguesa, 1974-1975", *Relações Internacionais*, Nr.21 (online) citado por Fonseca, Ana Mónica (2012), "O apoio da Social Democracia Alemã à democratização portuguesa (1974-1975)", *Ler História*, Nr.63 (online) pag.99
- Rodrigues, Ricardo (2016), "Açores - A Independência que nunca chegou", *Notícias Magazine*, N. 1273
- Sablosky, Juliet Antunes (1996), "A actividade partidária transnacional e as relações de Portugal com a Comunidade Europeia", *Análise Social*, Volume XXXI (138) (online)
- Sá, Tiago Moreira de (2012), "Quando Portugal contou para a América." Os Estados Unidos e a transição democrática portuguesa", *Ler História*, Nr.63 (online)
- Simões, Pedro Olavo (2015), "O parto doloroso de uma democracia", *Jornal Noticias Historia*, Nr.1
- Szulc, Tad (1975-1976), "Lisbon & Washington: behind the portuguese revolution", *Foreign Policy*, Nr.21, New York citado por Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá (2008), "Carlucci Vs. Kissinger- os EUA e a Revolução Portuguesa", Alfragide, Edições D. Quixote 2ª Edição Pag.234

Relações de Portugal com a NATO entre 1974 e 1976

- Teixeira, Nuno Severiano (2004), "o 25 de Abril e a política externa portuguesa", *Relações Internacionais*, Nr.1 (online)

- Wagner, Tilo (2006), "Portugal e a RDA durante a "Revolução dos Cravos"", *Relações Internacionais*, Nr.11 (online)

- Weissman, Thomas (2014), "Perceções da Revolução dos Cravos na imprensa alemã: "Os exemplos de Die Zeit (RFA) e Neues Deutschland (RDA) do 25 de Abril de 1974 até à demissão de Spínola", *Scielo Portugal*, Volume 28 Nr.2 (online)

-Teixeira, Nuno Severiano (1999), "Portugal e NATO:1949-1999", *Nação e Defesa*, Nº 99 2ª Serie

-Telo, António José (1999), "Portugal e a NATO 1949-1976", *Nação e Defesa*, Nº 99 2ª Serie

Artigos de Website

- Ademar, Carlos (2016), "O 28 de Setembro de 1974" (online) Consultado em 17.04.2017 Disponível em <http://www.jornaltoranado.pt/28-setembro-1974/>

- Agencia Lusa (2014), "Kissinger cria golpe de estado de direita em 1975" (online) Consultado em 23.05.2016 Disponível em <http://www.dn.pt/politica/interior/kissinger-queria-golpe-de-estado-de-direita-em-1975>

- Burr, William (2010), "Document Friday: The US Military had "a contingency plan to take over" Portuguese Islands!?" Consultado em 06.05.2017 disponível em <https://nsarchive.wordpress.com/2010/11/19/document-friday-the-us-military-had-a-contingency-plan-to-take-over-portugal/>

- Cardoso, Rui (2016), "Os mitos em torno do 25 de novembro de 1975", *Expresso*, consultado em 17.07.2017, disponível em <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-11-25-Os-mitos-em-torno-do-25-de-novembro-de-1975>

- Cruzeiro, Manuela (2002), "A interferência estrangeira uma revolução desprotegida", Entrevista do Gen. Vasco Gonçalves (online) Consultado em 26.04.2017 Disponível em http://resistir.info/portugal/vg_interferencia_estrangeira.html

- Ferreira, João (2016), "Portugal e a NATO: uma relação correspondida, mas com arrufos" (Online), consultado em 03.03.2017. Disponível em

<http://www.dn.pt/portugal/interior/portugal-e-a-nato-uma-relacao-correspondida-mas-com-arrufos>

- Figueiredo, Ilda (2015), " Da conferencia de Helsínquia à actualidade - reforçar a luta pela Paz" (Online) consultado em 05.03.2017 Disponível em <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/338/internacional/1000/da-conferencia-de-helsinquia-a-actualidade---reforcar-a-luta-pela-paz.htm>

- Morgado, Paulo (2005), "NATO: as duas faces de uma só moeda" (online) Consultado em 04.05.2016 Disponível em <http://www.pcp.pt/publica/militant/279/p51.html>

- Rafael, Armando (2004), "Spínola quis aliciar Nixon para outra descolonização" (online) consultado em 23.05.2016 Disponível em <http://www.dn.pt/dossiers/politica/a-revolucao-de-abril/noticias/>

- Rafael, Armando (2005), "Álvaro Cunhal salvou o PCP afastando Vasco Gonçalves", consultado em 23.05.2016, disponível em <http://www.dn.pt/arquivo/2005/interior/alvaro-cunhal-salvou-pcp-afastando-vasco-goncalves>

- s.a. (2005), "As duvidas americanas", Consultado em 23.05.2016 Disponível em <http://www.dn.pt/arquivo/2005/interior/as-duvidas-americanas>

- s.a. (2005), "Costa Gomes quis sossegar os EUA", Consultado em 23.05.2016 Disponível em <http://www.dn.pt/arquivo/2005/interior/costa-gomes-quis-sossegar-os-eua>

- Simas, Nuno (2004), "Provavelmente, temos que atacar Portugal", (online) Consultado em 23.05.2016 disponível em <http://www.dn.pt/dossiers/politica/a-revolucao-de-abril/noticias/>

- Simas, Nuno (2005), "Se os comunistas avançam podemos esmagá-los", consultado em 23.05.2016, disponível em <http://www.dn.pt/arquivo/2005/interior/se-os-comunistas-avancam-podemos-esmagalos>

- Simas, Nuno (2013), "25 de Abril: o dia em que os telefones americanos falharam" (online) consultado em 25.04.2017 disponível em <http://portugalclassificado.blogspot.pt/>

Tese de Doutoramento

- Varela, Raquel Carneira (2010), *História da política do Partido Comunista Português durante a Revolução dos Cravos (1974-1975)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Departamento de História, ISCTE

Outra Documentação

- Gouveia, Teresa (2013), "José Medeiros Ferreira: a redefinição da posição de Portugal no mundo", Instituto Diplomático Disponível em http://idi.mne.pt/images/docs/conferencias/jmf_teresa_gouveia.pdf

- Programa do Partido Socialista aprovado no Congresso de Dezembro de 1974, fms, Arquivo Histórico do PS, Órgãos Nacionais, Pasta 4385.005. citado por David Castaño (2013), "*Mário Soares e a Revolução*", Alfragide, Edições D. Quixote, 1ª Edição Pag.209-211

- Rezola, Maria Inácia, Recensão Critica sobre Carlucci VS Kissinger - os EUA e a Revolução Portuguesa, "As manobras secretas de Washington no PREC" baseado no livro Carlucci VS Kissinger - Os EUA e a Revolução Portuguesa, 2008 D. Quixote, Lisboa

Anexos

Anexo I - Biography of Francisco da Costa Gomes, October 18, 1974, Box Nr.6 of National Archive and Records Administration

26

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION
Presidential Libraries Withdrawal Sheet

WITHDRAWAL ID 017739

REASON FOR WITHDRAWAL National security restriction
TYPE OF MATERIAL Biography

CREATION DATE 10/10/1974
VOLUME 6 pages

COLLECTION/SERIES/FOLDER ID . 031400267
COLLECTION TITLE National Security Adviser. Memoranda of
Conversations

BOX NUMBER 6
FOLDER TITLE October 18, 1974 - Ford, Kissinger,
Portuguese President Costa Gomes,
Foreign Minister Mario Soares

DATE WITHDRAWN 05/11/2004
WITHDRAWING ARCHIVIST GG

REDACTED
1/21/10



26

PORTUGAL

Francisco da COSTA GOMES

President; Chief of Staff of the Armed Forces



On 30 September 1974, after the sudden resignation of President António Spínola, the ruling military Junta of National Salvation named Gen Francisco da Costa Gomes (pronounced COHStah GOMmess) to replace Spínola as President of Portugal. Costa Gomes was a member of the junta at the time of its establishment on

25 April 1974, following the virtually bloodless coup of the Armed Forces Movement (MFA), and he has served since 29 April as Chief of Staff of the Armed Forces. He intends to retain that powerful military post. His continuing as President and Chief of Staff of the Armed Forces, however, will depend on his ability to work with the MFA left-wing element, which was responsible for his predecessor's downfall.

His Military Role

A career army officer, Costa Gomes has enjoyed an excellent reputation within the military.

his position of trust under two very different regimes. Costa Gomes also was Chief of Staff of the Armed Forces (September 1972-March 1974) under former Prime Minister Marcello Caetano.

As Chief of Staff, Costa Gomes is the operational commander of the armed forces and is responsible for coordinating military contacts with NATO and for issuing statements of the Portuguese Government's opinions regarding such international military subjects (as the US Base Agreements). He also heads the Continental Operational Command, a military force created on 12 July 1974 and empowered to intervene directly to maintain and restore law and order when the normal police forces are inadequate.



DECLASSIFIED w/ portions exempted
E.O. 12858 (as amended) SEC 3.3
NR # 09-80-#8
CIA 02X 112/13010
By ddl NARA Date 3/8/10

[Redacted]

Francisco da COSTA GOMES

His MFA Connections

In July 1973, while he was Chief of Staff under Caetano, Costa Gomes apparently was told of the existence of a "captains' movement," which became the forerunner of the MFA. Young officers had organized informally to give themselves more clout in voicing their grievances about pay, promotions and the wars in Africa.

Costa Gomes was the first general to give his support to the captains' movement, and he gained and apparently has maintained the respect of its successor organization, the MFA. He sympathized with the captains and did as much as he could to improve conditions, but he did not take part in plotting the coup.

Costa Gomes has said he is a close friend of Gen. Vasco Gonçalves, a leading MFA member who played a major role in the successful 25 April coup. Gonçalves served as Prime Minister (13 July-30 September) during Spínola's presidency and has been retained in that post by Costa Gomes. Costa Gomes as Chief of Staff and Gonçalves as Defense Minister will also work in tandem on military matters.

Political Question Mark
Becomes President

Costa Gomes, who is most often described as a moderate, [Redacted]

[Redacted]

He rose through the ranks in the service of the conservative, authoritarian regime (1932-68) of the late Premier António Salazar; in 1961 he was suspected of involvement in an attempted coup against Salazar; in 1973 he foiled a plan by extreme rightists to overthrow the Caetano government.

An old Africa hand, Costa Gomes long deplored the persistence of the Caetano regime in continuing a doomed colonial war effort. He acquired

[Redacted]





Francisco da COSTA GOMES

his firsthand knowledge of the area's problems during 1965-69 as deputy commander (later, acting commander) of the Mozambique Military Region and during 1970-73 as Commander in Chief of the Armed Forces in Angola. As early as May 1971 he advocated improving conditions for the natives as a more realistic step toward a solution. In February 1974 General Spinoia published his now famous book, *Portugal and the Future*, which called for an end to the costly colonial wars and offered a political solution. Because Costa Gomes approved the publication, Caetano dismissed him as Chief of Staff in March 1974.

After the MFA overthrew the Caetano regime in April 1974, Costa Gomes joined its leadership and became the second-ranking member of the ruling seven-man Junta of National Salvation. When he was reinstated as Chief of Staff of the Armed Forces, the post was upgraded to make him the military equal of the Prime Minister. The general soon became a law unto himself by keeping the defense establishment completely apart from the provisional government. He continued to serve President Spinoia, however, by acting as a middle man and conciliator between the latter and the MFA.

In August 1974 Spinoia became discouraged with some of the MFA programs, particularly that for rapid decolonization, and planned to resign, but Costa Gomes persuaded him to stay on for the sake of unity within the armed forces. Finally the pressure from leftist elements in the MFA became so great that Spinoia felt he could no longer lead the country, and he did resign. When Costa Gomes assumed the presidency he issued a short statement saying that he felt the political situation was less gloomy than Spinoia considered it.

His Views on Colonial Africa

Presumably, Costa Gomes agrees with the MFA rapid decolonization program but his views on



[Redacted]

Francisco da COSTA GOMES

that subject are not known. When he traveled to Angola and Mozambique after being reinstated as Chief of Staff on what was officially described as a factfinding tour, he spoke favorably of self-determination.

[Redacted] he is pessimistic about the situation in Mozambique, primarily because racial antagonism is strong there. He foresees that the Mozambicans will chose independence from Portugal and then plunge into a civil war.

The general is more optimistic about the outcome in Angola, where he believes Portuguese talks with the African rebels will be fruitful. He thinks it quite possible that, when given the opportunity for self-determination, the rebels may opt for some form of continued relationship with Portugal.

Attitude Toward NATO and the United States

As Chief of Staff, Costa Gomes is responsible for military contact with NATO; he attended the June 1974 Defense Planning Committee meeting in Brussels. He firmly believes that Portugal should fulfill its NATO obligations, and in his first presidential address to the nation he promised that it would. Early in his career Costa Gomes spent 2 years in the United States (1954-56), assigned to the official Mission of NATO at the Supreme Allied Command, Atlantic, in Norfolk, Virginia. He favors closer relations with the United States and supports organizing, training and equipping the Portuguese Armed Forces along US lines.

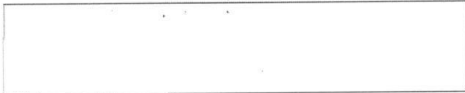
Professional Assessment

As a soldier, Gen. Costa Gomes is respected

[Redacted] While serving in Angola, he helped to reorganize the overseas military forces. His wide variety of

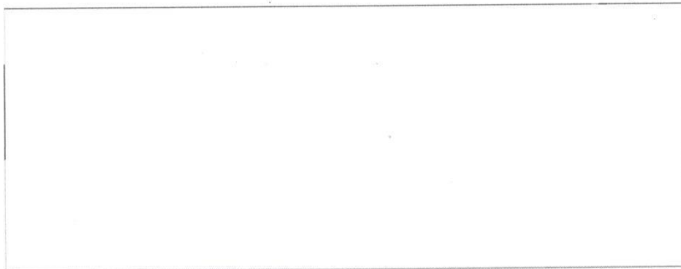
[Redacted]





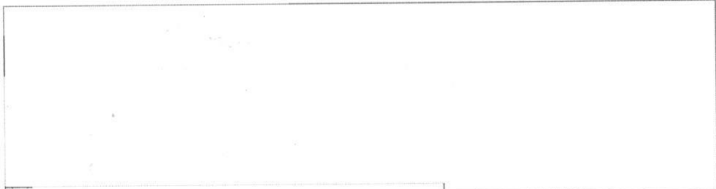
Francisco da COSTA GOMES

experience in the military has enabled him to make changes useful in strengthening army logistics and production facilities as well.

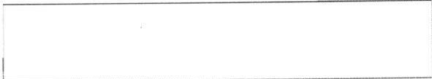


Early Life and Career

Francisco da Costa Gomes was born on 30 June 1914 in the northern town of Chaves. He joined the army in July 1931 and rose steadily through the ranks. While in the army he attended Porto University, graduating in 1944 with distinction as a mathematics major. In addition to his African assignments, he has served as under secretary of the army (1958-61), as inspector of the Cavalry Directorate and professor of the high command course (April-August 1965) and as quartermaster general of the army (September 1969-March 1970).



He holds the Gold Distinguished Medal with palms, the Commemorative Medal of the Mozambique Expedition and the Military Order of Avis, with the degree of commander. He speaks, reads and writes English well.



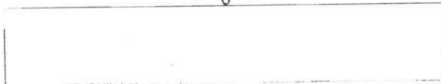


Francisco da COSTA GOMES

Costa Gomes married Maria Estela Veloso de Antas Varajão in 1952. They have one son, born in 1956, who is currently studying law.

10 October 1974

- 6 -



Anexo II - Aerograma sobre Propostas de forças para 1975-1980



SECRETARIA DO GERAL DA DEFESA NACIONAL

1.ª REPARTIÇÃO

Ref.º: Aerograma P.16 N.º 1773 de 4 ABR 74 da
DÉLUNATO

Proc.º 341.820

Assunto: Propostas de Forças para 1975-1980 - PORTUGAL

Art.
Prontem
✓

INFORMAÇÃO N.º 82/RA

1. O documento em ref. que, originado em 4 ABR 74, foi recebido ontem 10 ABR 74 ao fim da tarde, solicita uma resposta urgente.

2. Ele constitui um relato da reunião do DRC (Defense Review Committee) em que se discutiu a resposta portuguesa aos "Force Proposals 1975-1980".

De há anos a esta parte, Portugal vem dando resposta limitada ou premeitando as solicitações dos MNC, em especial do Saclant, para maior contribuição, no domínio das substituições, etc., de meios militares a atribuir no âmbito NATO, argumentando com as pesadas solicitações das operações de defesa do Ultramar. Entretanto, recebem-se as críticas na Reunião Anual do DRC, das quais os delegados portugueses se defendem, como possível e o assunto fica aquietado até ao ano seguinte.

O que de novo surge este ano, segundo se julga, é que o DRC fez contrapropostas, passando para o capítulo "a fornecer pela ajuda externa", o que há muito vimos solicitando sem resultados, a atribuição do seguinte material (genericamente):

8. Avião de patrulha marítima com modernos equipamentos de guerra electrónica, com torpedos ASW e com mísseis ar-superfície de "fora de raio de acção".

16. Avião para substituição dos atuais F-86 com mísseis de "fora de raio de acção" para operações navais (aviões

a) - Repartição ou Serviço

SECRET

SECRETO

G



SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL

C

a)

DESCLASSIFICADO

Ref.º:

Proc.º

Assunto:

INFORMAÇÃO N.º

destinadas à interceptação no mar).

Começo da instalação de mísseis superfície-superfície e
navios-escoltas maiores.

Em contrapartida, insiste na satisfação por nossa parte, de de ti das solicitações de carácter naval. É, procedimento que não tem sido utilizado connosco, o Secretariado Internacional elaborou novo documento com as propostas de forças relativas a Portugal, a ser sujeito a um segundo "round" de discussões que se previam para hoje.

3. A leitura do documento sugere as seguintes considerações:

3.1 Será que o DRC pretende, com uma promessa de fornecimento do material que repetidamente vimos solicitando a simples obtenção de alguns resultados positivos nas propostas para Portugal, tão difíceis aquelas de obter?

3.2 No caso dessas solicitações, que repetimos todos os anos de algum modo já por rotina, serem satisfeitas, poderá ou correrá à FAP, tendo em vista a coordenação com as necessidades ultramarinhas, receber todo aquele material?

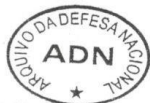
3.3 De qual que forma, o DRC não tem competência vinculativa e o mais que pode fazer, sob o ponto de vista dos nossos interesses, é aconselhar a satisfação das nossas necessidades em material com vista ao cumprimento das propostas relativas a Portugal. A satisfação em si, tem que ser obtida por contactos bilaterais, que até agora

4300

a) - Repartição ou Serviço

SECRETO

SECRETO



SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL

C

a)

DECLASSIFICADO

Ref.º:

Proc.º

Assunto:

INFORMAÇÃO N.º

não têm resultado. Parece-me que o que há de novo, é uma reactivação das condições que permitirão o êxito desses contactos bilaterais e especialmente a inclusão dos missões e propriedade - superfície na "ajuda externa".

4. A 3.ª Rep. não pode explicitar o significado total de "a colocar na categoria de ajuda externa", mas parece ao signatário que não conviria alterar o nível da nossa contribuição para a NATO, o que poderia prejudicar o apoio no Ultramar, nível que foi definido em devido tempo pelos três Ramos, inquanto se não verificarem resultados concretos nos contactos bilaterais referidos em 3.3., o que certo não vai acontecer nos dias que mediarão até ao 2.º "round" das discussões.

5. Quanto à satisfação das três felicitações de carácter naval referidas na parte final do aerograma em Ref., o assunto foi exposto, em reunião, ao EMA, esperando-se resposta.

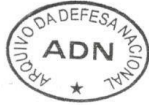
Pelo que respeita a 3.2 o assunto já foi exposto de forma expedita ao EMFA, que mantém a opinião de que a FAI está bastante interessada na vinda de todos os aviões de substituição.

Pelo que respeita a 3.1 e a 3.3 aguarda-se a vinda, na próxima semana, de documentos esclarecedores nomeadamente a novo formulário de propostas relativas a Portugal.

Entretanto, vai-se propor o adiamento possível da data do

a) - Repartição ou Serviço 2.º "round" das discussões, que como é evidente não

0054



a)

DECLASSIFICADO

Ref.º:

Proc.º

Assunto:

INFORMAÇÃO N.º.....

se pode realizar hoje.

*5. Propõe-se que uma informação final sobre o assunto se
já preparada, uma vez recebidos todos os elementos refe-
ridos em 4., por um grupo de trabalhos integrado por ofi-
ciais das 1.ª Rep., 3.ª Rep. e SAF do SGN e dos EMA,
EME e EMFA e a reunir na próxima semana.*

*O Oficial Adjunto
Guilherme Gomes Teixeira
Capitão-Tenente*

*Em que condições de prazo, de manutenção (sobressalente) e de
treino, seria efetuada a ajuda externa?*

*E não se quer com esta interrogação minimizar a importância
que para nós reveste a obtenção dos aviões, até para a cond-
ção das operações no Ultramar por utilização dos aviões abatidos
ao efetivo NATO, dos conhecimentos adquiridos, de algumas das
armas ou equipamentos dos novos aviões, etc., e dela próprias
em caso de emergência (P2V5 em Cabo Verde, P42 e F-84 em
Angola, etc.)*

0054

a) — Repartição ou Serviço

Anexo III - Memorandum of Conversation in the White House, October 18, 1974

2a

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION
Presidential Libraries Withdrawal Sheet

WITHDRAWAL ID 017738

REASON FOR WITHDRAWAL National security restriction
TYPE OF MATERIAL Briefing Paper
CREATOR'S NAME Henry A. Kissinger
TITLE Meeting with Francisco Da Costa Gomes,
President of Portugal
CREATION DATE 10/18/1974
VOLUME 5 pages
COLLECTION/SERIES/FOLDER ID . . 031400267
COLLECTION TITLE National Security Adviser. Memoranda of
Conversations
BOX NUMBER 6
FOLDER TITLE October 18, 1974 - Ford, Kissinger,
Portuguese President Costa Gomes,
Foreign Minister Mario Soares
DATE WITHDRAWN 05/11/2004
WITHDRAWING ARCHIVIST GG

MEMORANDUM

THE WHITE HOUSE
WASHINGTON

~~SECRET/NODIS~~

MEMORANDUM OF CONVERSATION

PARTICIPANTS: Francisco da Costa Gomes, President of Portugal
Foreign Minister Mario Soares
Ambassador Joao Hall Themido

President Gerald Ford
Dr. Henry A. Kissinger, Secretary of State and
Assistant to the President for National Security
Affairs
Lt. General Brent Scowcroft, Deputy Assistant to
the President for National Security Affairs

DATE AND TIME: October 18, 1974; 12:00-1:00 p. m.

PLACE: The Oval Office
The White House

Kissinger: The Foreign Minister is a great orator.

President Ford: I understand he is a very successful lawyer. I am very happy to have you here. I understand this is the first visit of a Portuguese President to the United States.

Costa Gomes: It is a great pleasure to be here, especially at a time when the atmosphere should be clarified.

[The press is admitted briefly for photographs and then dismissed].

President Ford: As I said, we are delighted to have you. I am interested in any thoughts and observations you can give us about your country.

Costa Gomes: I am very glad to be here to discuss with you. This is indeed a signal opportunity. I am a special admirer of the United States, having spent two years in Norfolk. I would be glad to be able to clarify the situation in my country since the press often did not report events in my country with accuracy.

~~SECRET/NODIS~~



~~SECRET~~ - XGDS (3)
CLASSIFIED BY: HENRY A. KISSINGER

DECLASSIFIED
E.O. 12958, SEC. 3.5
NSC MEMO, 11/24/08, STATE DEPT. GUIDELINES
BY: *ML* . NARA, DATE 5/16/04

President Ford: Please do.

Costa Gomes: There has been a profound and sudden transformation from a dictator to full freedom regained. We have not been able to avoid all kinds of disruption, but I am pleased to say we have managed to avoid violence.

Many of the limits which should have been in place to handle continuity of rule -- the laws, the framework for exchange -- many were lacking. Nevertheless, all the various groups in the country have been granted full freedom and have enjoyed that freedom. There were even some attempts by reactionary forces to restore the situation before 24 April, and the first attempt corresponded to the first provisional government.

As you may know, in Portugal there is a fear of the powerful influence of the Communist Party, which is the only party which emerged from the revolution with a structure which makes it a going concern as a party. It is only one member of the government, but the only one organized. It was this fear which was played on by the forces of reaction in their attempts to restore the previous regime. The events of the 28th of September represent a reaction on the part of the right-wing parties to make a demonstration of their power.

In the midst of these events, Spinoia exercised enormous influence because he brought to bear the Silent Majority. I have been a personal friend of Spinoia for 50 years. I have the greatest esteem for him as a person and a military man. But I never conversed with him about the political situation in the country. On 28 September I made a last attempt to persuade Spinoia not to resign by persuading him that the situation in the country was different from that represented in his speech. It is my testimony that the transition from Spinoia to my government has taken place without disturbance and that the present government is more stable. Soares will back me on this.

After September 28, the entire press, including the American press, seemed to think the entire government was swinging to the left. I assure you that the present provisional government, the President, the armed forces, stand ready to carry out the programs outlined by the military forces to have a neutral, middle of the road policy, one which will bring a full democracy with freedom for all guaranteed.

Any one who knows the Portuguese people knows they are very anti-Communist in sentiment. This doesn't mean the Communist Party is



not without strength, without organization, and doesn't exercise a great deal of control in industrialized sections, especially around Lisbon and Oporto. But an overwhelming part of the population is to the north of the river where the Communist influence is nil.

At the present time our major problems are decolonization -- which is being vigorously prosecuted on the basis of commitment to the documents of the UN, and economic problems. Guinea-Bissau has become independent. Angola is our most difficult problem. The local parties are divided into three factions which cannot at this time seem to get together. But we will try to get a provisional government in which all three parties will be represented.

As to the economic problem, as I see it, it is very serious in our country. If it is not solved it could lead to the extreme right or to the extreme left prevailing.

Secretary Kissinger is familiar with the problem we are facing and I think he agrees Portugal needs help from its friends not only for its internal economic problem but for Guinea-Bissau and Mozambique who are going to need a great deal of help in coping with their problems. While this is my personal view, if we can solve the economic problem, the political problem will be solved within the program set by the military, and we will be able to hold elections in March, in which all parties will be represented but in which the Communists will not have the strength many fear.

President Ford: Can all participate?

Costa Gomes: All parties are completely free to participate.

President: How many parties are there?

Costa Gomes: There are many parties, but the principal ones are the Communist, the Socialist, the Social Democrats, and another. The military leaders can participate only if they withdraw from the military. This is a contract of honor.

President Ford: We think it is important that you start these democratic processes. We think that is healthy and important.

Costa Gomes: It is also very important -- indeed a point of honor -- for these elections to go forward. The media have been stressing that we are moving to the left, but we are making a special effort to get the media to

adopt a more balanced view and we are having some success.

Kissinger: We hear that the process is leading to domination of the media by the Communists.

Costa Gomes: We didn't introduce the Communist elements. They were already in place in the media, but we have moved against them, especially some of the more radical elements even to the left of the Communists.

President Ford: We think it is important for NATO to be strengthened, and we are very worried about Communist influence in any member country. We just couldn't tolerate Communism in NATO itself.

Costa Gomes: This fear you express is unjustified. I am very familiar with NATO -- I have been with NATO since 1951.

Kissinger: All liaison with NATO has gone through the President's office.

Costa Gomes: So I am certain that there is no doubt about our devotion to NATO.

President Ford: I am glad to hear it. It is an important point with us.

Costa Gomes: Our contribution to NATO has not been effective over the past years because of our colonies, but when we complete de-colonization, we will be able to do more if NATO will help us with equipment.

President Ford: We support decolonization and, speaking for the United States, we want to help, but the Congress and I will have to have assurance that Portugal is a part of the same team as it has been since 1951 and is not going off in a different direction toward a different alliance. Then we will be willing to help, at least to do our share.

Costa Gomes: I am at a loss to know what to say except to invite you to Portugal when you go to Europe so you can see the trends in our country as they really are, to quiet your press, which I consider unjustified.

President Ford: We had these reports which have concerned us so, and we are glad to have your report, and we are very much encouraged by your report.

Kissinger: I will be able to pursue this further at lunch.



Anexo IV - Report of Meeting with Primer Minister Gonçaves of Portugal, From Henry Kissinger, maio 1975

DECLASSIFIED
Authority: 209029
By: EK NARA Date 8/18

THE WHITE HOUSE
WASHINGTON

SECRET/SENSITIVE

MEETING WITH PRIME MINISTER GONCALVES OF PORTUGAL

Thursday, May 29, 1975
3:30 p.m. (45 minutes)
Ambassador Firestone's Residence
Brussels, Belgium

From: Henry A. Kissinger *(Signature)*

I. PURPOSE

Your meeting with the Portuguese Prime Minister will take place immediately prior to the opening session of the NATO Heads of Government meeting.

Your purpose will be to:

- stress the importance of a strong Atlantic Alliance with unqualified participation by its member nations;
- underscore the U. S. commitment to the North Atlantic Treaty;
- state your frank concern over formal Communist participation in the Cabinet of a NATO member country as damaging to the integrity of the Alliance.
- invite Goncalves' assessment of current developments in Portugal as they bear on the direction of Portuguese foreign policy.

II. BACKGROUND, PARTICIPANTS AND PRESS ARRANGEMENTS

- A. Background: This will be your first meeting with Goncalves (Gon-SAL-vesh) who is a leading radical in the Armed Forces Movement (AFM) and who reportedly favors eventual Portuguese withdrawal from NATO. Originally, President Costa Gomes (whom you met in Washington last October) was planning to attend the NATO summit, but Goncalves took his place and Costa Gomes is going instead to Paris June 3-4.

SECRET/SENSITIVE

By EK NARA Date 8/8

SECRET/SENSITIVE

3

Current Developments in Portugal. Since the impressive Socialist returns in the April 25 Constituent Assembly elections, there has been sparring and political turmoil involving the Communists, the Socialists and the Armed Forces Movement.

Portugal's ruling Revolutionary Council, apparently concerned about the deteriorating political situation, called on May 23 for national unity and said it would never permit a dictatorship. The Council appealed to all political parties to cooperate in view of the country's worsening economic situation.

The Council's pronouncement followed a day of tense political activities:

Socialist leader Mario Soares in a press conference strongly criticized the Communist Party and the Armed Forces Movement and said his party would boycott government meetings until the Socialist newspaper is returned, until press freedom is restored and until union and municipal elections are allowed.

Tens of thousands of Socialist demonstrators attended rallies in Lisbon and several other cities in support of Soares.

The Communists accused the Socialists of threatening the Portuguese system with their boycott.

The conciliatory nature of the Council's statement contrasts with its stand in recent days. The Armed Forces Movement on May 23 took what could be the first step toward removing President Costa Gomes because of his sympathies for the Socialists.

The man most frequently mentioned as a potential success or Costa Gomes, Admiral Rosa Coutinho, has been tapped to accompany Prime Minister Goncalves and Foreign Minister Antunes to the NATO summit. Ambassador Carlucci learned of Coutinho's inclusion in the Portuguese delegation from Goncalves during a discussion of issues that might come up at the summit.

The Portuguese Foreign Minister most recently has announced it will bypass the political parties' leadership and deal directly with the people.

Goncalves reaffirmed Portugal's intention to remain in NATO. He said his government's philosophy is not neutralist, but simply reflects a desire to develop close relations with its former colonies

SECRET/SENSITIVE

DECLASSIFIED
Authority 209029
By EK NARA Date 8/18

SECRET/SENSITIVE

- 4 -

Goncalves said Portugal's foreign policy is not designed to upset existing arrangements, although his government favors a relaxation of tensions between NATO and the Warsaw Pact. The Prime Minister seemed concerned about efforts to promote closer ties between Spain and NATO, but noted that Portugal has a pact with Spain and therefore is in no position to criticize.

On a matter more critical to the Portuguese, Goncalves asked Ambassador Carlucci if the U. S. could intercede with President Mobutu of Zaire. He said Mobutu had broken his promise not to involve himself in Angola and was sending men and equipment to one of the liberation groups contending for power.

Azores Base Agreement. A key element in US-Portuguese relations has been the Portuguese Base Agreement which plays an important NATO ASW role and which served as a very important staging base for U. S. flights to the Middle East during the 1973 war. Continued use of the Azores is very much in our interests.

Our agreement for use of the facilities at Lajes airfield expired more than a year ago. The Portuguese are allowing us to continue operations in the Azores pending the outcome of negotiations for renewal of the agreement. These negotiations, in fact, have never really gotten underway because of Portuguese preoccupation with internal events since April 1974.

We have proposed to the Portuguese that our talks on fair compensation for the Azores base include a modest level of economic aid for the Azores islands and a larger program of equipment and training for the Portuguese armed forces. They have not responded to this informal offer, although Foreign Minister Antunes recently commented that they would soon be ready to resume talks. Goncalves in public statements, has said that Portugal will honor its NATO commitment including U. S. use of the Azores, but that the United States would never be permitted to use the base for the resupply of Israel.

Azores Independence Movement. Small political groups in the Azores have been seeking international support, primarily in the United States, for Azorean independence. The U. S. Government has not become involved. We have taken a position of strict neutrality, although some of the more radical members of the AFM have suggested that we may be encouraging the independence effort.

SECRET/SENSITIVE

DECLASSIFIED

Authority: 09029
By EK NARA Date 8/8

SECRET/SENSITIVE

- 5 -

- B. Participants: Prime Minister Goncalves, Foreign Minister Antunes, Admiral Coutinho, Henry A. Kissinger and Assistant Secretary Hartman.
- C. Press Arrangements: The meeting will be announced as part of your Brussels schedule, and there will be a press photo session at the beginning of your talks.

III. TALKING POINTS

Portuguese/NATO Relations

- 1. It is my firm belief that no cause is of greater importance for our peoples -- and to the prospects for peace and stability throughout the world -- than that of maintaining and demonstrating the strength and solidarity of the West.
- 2. In this afternoon's NATO summit meeting I will state clearly that the United States remains true to our North Atlantic Treaty commitments.
- 3. I look forward to consulting with the other leaders of the Alliance on the need to maintain a strong and credible defense to maintain the integrity of the Alliance, and to improve the process of consultation.
- 4. As you will know from my meeting with President Costa Gomes in Washington last fall, I believe it is important that we consult in a spirit of total candor.
- 5. I frankly find it difficult to reconcile formal participation by Communist ministers in your government as a member government of the Alliance. The Alliance upholds democratic institutions and its members are united against communism.
- 6. These are times of immense challenge for the West - politically, economically, and in terms of our security. The United States is prepared, working with the other members of the Alliance, to meet these challenges, but this will require the total and dedicated participation of each member.
- 7. How do you see Portugal's policy toward NATO in the coming months and years?

SECRET/SENSITIVE

SECRET/SENSITIVE

- 6 -

US-Portuguese Relations

1. I am equally concerned by the anti-American policy repeatedly being shown by your government -- your government's statement at the time of U.S. withdrawal from Indochina, your attacks on our Embassy and our personnel in Lisbon, your charges of CIA involvement and your charges of economic warfare. These charges are false.
2. The United States has supported the Portuguese Government's program of decolonization and its stated goal of restoring democracy.
3. Our economic assistance program is an example of that support and, if the Government of Portugal can overcome some of its own bureaucratic obstacles, we are prepared to move ahead.
4. We can understand the political motivation behind some of Portugal's nationalization programs, but Portugal must surely understand that this has its costs in terms of investment climate and general economic uncertainty.
5. Mr. Prime Minister, it is important to understand clearly that the United States supports an independent, democratic and prosperous Portugal. The friendly ties between our peoples and the ties of alliance between our governments are of longstanding, and they should continue.
6. We should explore ways to improve our consultations, to ensure that our two governments work together as effectively and as cooperatively as possible. In this context, I am pleased to know that Secretary Kissinger and Foreign Minister Antunes have agreed to meet again this summer.

Azores Base Negotiations

1. We are ready to resume negotiations on renewal of the Azores base agreement whenever you are.
2. The base plays a very useful role in the defense of the West, and we look forward to concluding a mutually satisfactory renewal of the agreement.

SECRET/SENSITIVE

SECRET/SENSITIVE

- 7 -

Azores Independence Movement (If raised by Goncalves)

1. I am generally aware of press reports on the subject.
2. If political activities such as this do exist, it is strictly an internal Portuguese matter. The United States is in no way involved.

Angolan Independence (if raised by Goncalves)

1. It is my understanding that Angolan independence is set for November 1975.
2. We welcome Portugal's policy (a neutral stance) which we believe is supportive of a peaceful transition to independence there.
3. We believe this transition is for the three liberation forces to work out for themselves.
4. Our own policy is one of neutrality. We do not believe it correct for us to suggest positions to Mobutu. We look forward to friendly relations with an independent Angola.

* * * *

Biographic sketches and additional background information is contained in your bilateral briefing book at the Tab marked Portugal.

SECRET/SENSITIVE

Anexo V - Memorandum of conversation about "meeting with portuguese"

File scanned from the National Security Adviser's Memoranda of Conversation Collection at the Gerald R. Ford Presidential Library

Ed
1

~~SECRET/NODIS~~

MEMORANDUM OF CONVERSATION

Time: May 29, 1975
3:30-4:30 p.m.

Place: Ambassador Firestone's residence, Brussels, Belgium

SUBJECT: Meeting with Portuguese

PARTICIPANTS: Portugal:

Prime Minister Goncalves
Admiral Rosa Continho
F. Magalhaes Cruz, Ministry of Foreign Affairs
S. Sacadura Cabral, Ministry of Foreign Affairs
Commander Duarte Lima, Chief of Cabinet of Admirals
Admiral Continho
Y. Maltos Procuca, Prime Minister's Cabinet

U.S.:

The President
Secretary of State Kissinger
Counselor Sonnenfeldt
Lieutenant General Scowcroft
Assistant Secretary for European Affairs
Hartman
U.S. Interpreter

DISTRIBUTION:

President: Mr. Prime Minister, I want you to know how encouraged we are by the change that has taken place from the former regime in



DECLASSIFIED
E.O. 12958, Sec. 3.5
State Dept. Guidelines, State Review 3/9/04
By llh, NARA, Date 5/17/04

~~SECRET~~
XGDS

~~SECRET~~ - XGDS (3)
CLASSIFIED BY: HENRY A. KISSING

~~SECRET~~/NODIS

-2-

in Portugal. I would very much like to have from you your appraisal of the situation in Portugal and some indication as far as you are concerned about your feelings on NATO.

Goncalves: First of all in all frankness let me say that we are not a trojan horse in NATO. As we have publicly stated, we will stand by our commitments and abide by our obligations in NATO. We feel that this is particularly important and we do not pretend that there should be a change in the balance of power.

On the contrary, we believe that by maintaining the balance of forces, the situation can be improved. What we want is a national independent policy and we believe that such independence goes hand in hand with an improvement in relations but not if the balance of forces is changed. We recognize the geopolitical context in which we fit. We are Europeans but we also have special ties to our former African territories. We feel that we can make a contribution by becoming a link between the developed countries and the

~~SECRET~~/NODIS



~~SECRET~~/NODIS

-3-

less developed countries in Africa. But I wish to stress again, that we are here to show that we abide by our commitments and that we do not wish to weaken NATO. Our new democratic regime in Portugal in fact, gives NATO a better overall impression than it had with the old regime.

President: The United States has strongly supported NATO as an alliance of free governments working together. We have invested much in this healthy relationship. The alliance was created to resist communism. We do not agree with the form or operations of the previous government and we are encouraged by the growth of democracy in Portugal. We were greatly encouraged by the vote in the referendum and feel that it is a genuine expression of the will of your people -- an expression of will that occurred for the first time in many years. This is most encouraging to us. We believe that the voice of the people should be reflected in your government and we hope that your government will be a good partner in NATO. We are concerned, however, that the vote does not seem to be reflected by some elements and that,

~~SECRET~~/NODIS



~~SECRET~~/NODIS

-4-

therefore, the potential exists that some elements will not be as good a NATO partner.

Goncalves: Mr. President are you referring to the presence of communists in the government?

President: Yes, specifically and this bothers us in NATO which was formed to meet the challenges of communism. This does not mean that we do not appreciate the progress made in detente too. What concerns us is that communist influences in Portugal will be reflected in NATO itself.

Goncalves: But that does not happen. The process is very complicated and it would take me some time to explain fully but let me try in a few words. With regard to the Treaty and the secrecy involved, we are now in a period of transition. It has been accepted by all political parties in our country that political power is separate from military power. The President is a military man and he wears another hat as chief of the joint staff -- therefore on all matters dealing with NATO and military affairs they are run through

~~SECRET~~/NODIS



XXX

~~SECRET/NODIS~~

-5-

this system. Then there is the provisional government. It also happens that I am a military man but all military matters run outside the provisional government. There is a clean cut separation. On top of this structure there is the Council of the Revolution which is composed only of military men. The Chairman of the Council is also President of the Republic. There can be no confusion about this and there will be no interference in NATO. What I am stating is the policy of the Council of the Revolution and of the provisional government. The communists have never raised any problems about these arrangements. They support our maintaining our international agreements and commitments. The Portuguese people and the coalition government have accepted these facts. We would not be able to stay in NATO if it were otherwise.

President: You can appreciate that we cannot tolerate a communist influence in NATO.

~~SECRET/NODIS~~



~~SECRET~~/NODIS

-6-

Goncalves: There will be no such influence. Those who know can tell you this. You must also take account of the fact that the Council of the Revolution is composed only of military men who have their own ethics. They will be concerned about the welfare of our commitments.

President: Are you saying that there are no communists in the Armed Forces and therefore you are a reliable member of NATO.

Goncalves: You can rely on the military entirely. Our enemies have brandished the communist scarecrow. Of course, there is a struggle among the political parties. But our majority does not permit this struggle to affect the operations of the military part of our government.

President: Are you saying that the Armed Forces Movement is free and clear of communist influence?

Goncalves: Yes, we have political positions that are divorced from any party.

Secretary: May I ask a question? The complexity of the system you describe is beyond anything

~~SECRET~~/NODIS



~~SECRET~~/NODIS

-7-

I studied as a political scientist.

Why are communists in the government?

Why is there pressure to take communists into the cabinet if there are no communists in the Armed Forces Movement?

Goncalves: The Armed Forces Movement (AFM) is strongly non-partisan. The military when we started the AFM committed on their honor to carry out a national program which would be anti-fascist and it would improve the standard of living of the poor people. The military agreed that they would have no party affiliation and that there would be democratic forces organized to carry out the program. The Armed Forces Movement program has been accepted by all the parties allowed in the provisional government.

President: When do you expect the provisional government to become an elected government?

Goncalves: This present government is democratic. It's carrying out a campaign to fight on all fronts to improve the economy, education, etc. Experience shows that you cannot turn



~~SECRET~~/NODIS

-8-

over our country to political parties without a transition -- they need the AFM. So, the real situation is as follows: The Armed Forces Movement is established to carry out and assure change. Then there are the political parties and that is the reality of Portuguese life. We are now framing the next constitution.

President: Who controls the government and what is the timetable to move toward democracy?

Concalves: I believe this has all been described in the press. You may have heard that there was a pact agreed between the AFM and the political parties before the elections. This pact provided that the new interim constitution would have a legislative assembly which would be freely elected and in addition it would be an assembly of the AFM. The salient feature of our system is that there will be a legislative assembly elected by the people in addition to the assembly of the Armed Forces Movement. Both assemblies embody our sovereignty.

~~SECRET~~/NODIS



~~SECRET~~/NODIS

-9-

President: But which body controls the government?

Goncalves: The Council of the Revolution which is chaired by the President and that will continue during a transition period of 3-5 years then we will need a new constitution, but that requires time.

Secretary: As Professor of Political Sciences, I don't believe I have ever heard of a system which is quite so complex.

Goncalves: It is not complex if you understand that there is a collegial relationship between the two assemblies and that they both report to the President.

Secretary: Who thought up this system? All of us have much admiration for its complex nature.

Goncalves: To understand it would take a while to explanation. It is necessary to devote time but this conversation should help to clear the air and make it easier to understand.

President: I must re-emphasize that there cannot be a strong NATO for the purpose which it was formed and have communists in it.

~~SECRET~~/NODIS



~~SECRET~~/NODIS

-10-

Goncalves: I have already explained our situation. These institutions meet our own domestic national policy needs. But we are committed to NATO and we stand by our agreements and treaties. We believe we are in a position to contribute to an improvement of world relations. We can help NATO to clear the international air globally. We believe it is necessary to stay in NATO even though we have a different political system. We like the Soviets and the United States to reach agreements. We think that the CSCE is good and that our aims are not inconsistent with these. Our domestic politics may be different.

President: You can do what you wish domestically and if the communists have no influence in NATO you will be a stronger partner.

Goncalves: The communists are carrying out the program of the AFM but we have the final say and we are aware of our own responsibilities.

~~SECRET~~/NODIS



Anexo VI - Memorandum of conversation in the Pentagon between Henry Kissinger and James Schlesinger

MEMORANDUM

THE WHITE HOUSE
WASHINGTON

Scowcroft file
NLF MR Case No 01-124
Document No #6

~~SECRET/NODIS/XGDS~~

MEMORANDUM OF CONVERSATION

PARTICIPANTS: Dr. Henry A. Kissinger, Secretary of State and Assistant to the President for National Security Affairs
Dr. James R. Schlesinger, Secretary of Defense
Lt. General Brent Scowcroft, Deputy Assistant to the President for National Security Affairs
Major General John Wickham, Jr., Military Assistant to the Secretary of Defense

DATE AND TIME: Wednesday, January 22, 1975
7:45 a.m. (Breakfast)

PLACE: The Pentagon

Secretary Kissinger: We should have a program in Portugal. There is a 50 percent chance of losing it.

Secretary Schlesinger: We have a contingency plan to take over the Azores -- that would be stimulating Azores independence. We're in good shape on Libya. Our flying close brought a protest but they have been making good noises since.

We have been over some of these selective nuclear options -- the Iranian one has gone down hill. I talked to the Joint Chiefs of Staff though and I think we are on the right track now.

Secretary Kissinger: I didn't think much of it before.

Secretary Schlesinger: I think we either have to use Poseidon or have forces in the country.

Secretary Kissinger: It was too slow moving -- it took days to get the F-4's in.

~~SECRET/NODIS/XGDS~~

DECLASSIFIED UNDER AUTHORITY OF THE INTERAGENCY
SECURITY CLASSIFICATION APPEALS PANEL.
E.O. 13526, SECTION 5.3(b)(3)
ISCAP No. 2009-017, document 1

PHOTO COPY
FROM
GERALD R. FORD LIBRARY

Anexo VII – Memorandum of conversation 1 August 1975, Ambassador Residence in Helsinki

Scanned from the National Security Adviser's Memoranda of Conversation Collection at the Gerald R. Ford Presidential Library

SECRET NODIS

MEMORANDUM OF CONVERSATION

DATE AND TIME: August 1, 1975
8:00 a.m.
PLACE: Finlandia Hall, Helsinki

SUBJECT:

PARTICIPANTS: US
The President
The Secretary
Assistant Secretary Hartman
Counselor Sonnenfeldt

Italy
Prime Minister Aldo Moro
Foreign Minister Mariano Rumor
Secretary General Manzini
Diplomatic Adviser, Francesco Vallauri

DECLASSIFIED
E.O. 12958, Sec. 3.5
NSC Memo, 11/24/98, State Dept. Guidelines (Subser)
By K&H, NARA, Date 6/29/99

PRESIDENT: What do you think about the situation in Portugal?

MORO: It is full of uncertainties. It is quite clear that there is no unity among the Armed Forces Movement. They don't have any effective executive present.

PRESIDENT: We find that there is a very disturbing trend in Portugal and we think that this new three-man government is going to be very dangerous.

MORO: Yes, I would say that they are extremely dangerous.

PRESIDENT: Some of the statements that Carvalho has made are shocking.

MORO: Maybe that is because he just got back from Cuba.

RUMOR: We think that Carvalho is a genuine Marxist while Continno is probable a communist-leaning opportunist and some say he may be the next Foreign Minister.

PRESIDENT: What about Antunes?

RUMOR: He seems to be the leading moderate in the Armed Forces Council but I am afraid that he will not have a place in the new government. They seem to want to push the moderates aside.

EUR:AAHartman/dm:gw

SECRET NODIS
EX GDS 1

~~TOP SECRET~~
CLASSIFIED BY: HENRY A. BISHOP

SECRET NODIS

-2-

PRESIDENT: We do not see how it is possible to tolerate a Marxist government in NATO.

RUMOR: The problem is to see how this situation shapes up.

PRESIDENT: With the liberal, leftist leanings of these people you are sure to end up with a communist government and such a situation would be completely unacceptable to us if they were in NATO.

MORO: Indeed, that is our view as well, but we think that Soares may be able to help. We will have to see.

PRESIDENT: Is he a strong man? I have never met him.

MORO: He is very courageous and popular. He even has some tendencies toward the same views as the Christian Democrats. He would certainly be a safe personality for all of us with strong ties to the West and the Atlantic Alliance. We don't know if it may be possible for him to get power.

SECRETARY: He has been very good except for his speeches during the Italian election campaign when he praised the communists.

MORO: No, he came to our country to support socialist candidates. He went to Rome and Naples. We think that the Portuguese situation perhaps helped to soften conflicts but it is an extremely intricate situation. At one stage we thought that the Portuguese example was helpful. It was certainly an eye opener, but unfortunately many of the Italian voters prefer to look at Berlinguer and the Italian communists. They are trying to be very moderate now and I am afraid that their push had more effect than the Portuguese situation on Italy. In any case, Fanfani tried to use the Portuguese situation. The trouble in Italy is that most people have excessive trust and they are beginning to think that the communists are just Social Democrats -- even some small businessmen. The communists have made a great appeal to all classes. They tried to stand for order and tranquility. Many people listen to this and forget what the communists are really like and that they are undemocratic. What you must remember is that not everyone who votes communist is in fact a communist. Most of them are also in favor of freedom and liberty.

SECRET NODIS

-3-

PRESIDENT: What sort of ties do they have to the Soviets and the Communist Party in Russia?

MORO: They do not seem to be very close at the moment. In fact, there is some friction and they claim to have autonomy.

SECRETARY: When I was in Poland, Gierak told me that the Polish Communist Party has very close ties with the Italian Communist Party.

MORO: That may be. The Italian Communist Party tries to maintain close ties with the Western Communists, Yugoslavia and Romania as well. I am not saying that there are no links but they do have autonomy. Where their ties break down is with France, but they have excellent relations with the Spanish Communist leadership. Both in Italy and in Spain the leadership seems to want to be very close with the rest of Europe and they are very cool toward the Portuguese Communists.

PRESIDENT: Is that Cunhal?

MORO: Yes. Most of the other Western Communist parties deplore the attitude of Cunhal. It gives them all a bad name.

PRESIDENT: Are the Italian Communists asking for participation in the government as a result of the recent election?

MORO: No. In any case, they could not demand it but it is a difficult situation. The problem is they stay in opposition to the government and then they never have to perform on their promises. The Socialist Party wants the Communists in the government so they can share the unpopularity of the measures they know must be taken. In fact, the Communists did not expect such a high vote. Despite the fact that they were attacked from the left and the right, they managed to pick up votes from both of those quarters.

PRESIDENT: If Communists were in the government of Italy, it would be very difficult to explain how you could remain a member of NATO, as it is difficult to explain in the case of Portugal.

Anexo VIII – Memorandum of conversation 1 August 1975, Ambassador Residence in Helsinki

SECRET NODIS

MEMORANDUM OF CONVERSATION

DATE AND TIME: August 1, 1975, 6:30 pm
PLACE: Ambassador's residence,
Helsinki, Finland

SUBJECT:

PARTICIPANTS: Spain

Prime Minister Arias
Foreign Minister Cortina
Mr. Aguirre de Carcer, Director
of European Affairs, Foreign Office
Two others

U.S.

The President
The Secretary of State
Lt. General Scowcroft
Counselor Sonnenfeldt
Arthur Hartman, Assistant Secretary
for European Affairs

DISTRIBUTION:

The President: I remember my trip to Madrid with great pleasure and I want to thank you again for all of your kind hospitality.

Arias: When I return to Madrid I hope to have a full report on the latest stage of our negotiations. But the preliminary report that I have received was that the negotiations have not moved very far or made enough progress. They are very very disappointing.

The President: Where do you believe the problems are?

EUR:AAHartman/gw

~~SECRET NODIS~~
EX GDS 1

DECLASSIFIED
E.O. 12958, Sec. 3.5
State Dept. Guidelines
By , NARA, Date 3/10/04



~~SECRET~~ NODIS

-2-

The Secretary: I think I have identified one.

Arias: The problem arises from different existing circumstances and a different point of view on the interest of these bases for the Atlantic Alliance and the U.S. Also we have not found that we can reach a final decision on the interest we have in receiving modern equipment.

The President: I want you to know that I feel strongly, as I said in Brussels, that we believe Spain plays a very vital role in the defense of the West. We hope that in time Spain, and I hope it is soon, joins NATO. In our judgment Spain makes a significant contribution to the defense of Europe and I mean all the countries of Europe. We hope that Spain and ourselves can work out arrangements in our mutual interest.

Arias: In the talks that I have had with the Nine they are all well aware of the importance of Spain to the Atlantic community but they feel that the US-Spanish relations relieve them of the responsibility to do anything.

The President: The bases are important and their importance is highlighted by the situation in Portugal. We think the situation is a disaster and we have told all of our Allies this but for us to have trouble over our bases when Portugal presents a problem of this kind would be very sad.

Arias: The situation in Portugal is getting worse. I had a talk with Costa Gomes and I was impressed by the fact that

~~SECRET~~ NODIS

~~SECRET~~ NODIS

-3-

he is not able to bring stability and also that the economic situation is terrible.

The President: But if Portugal turns Communist and the odds seem to favor this our acting together should be stronger not weaker.

Arias: Precisely, but permit me to observe that there is even more reason to believe that Spanish geography makes Spain the guardian of Europe. We will need modern equipment even more if there is a deterioration in Portugal.

The Secretary: May I make one point. One of the difficulties is that Spanish negotiating methods are so subtle that it is difficult to understand what your position is and we spend a lot of time psycho-analyzing each other. I suggest that in the next round you put forward exactly what you want so that we can adjust to it and make counter-proposals.

Arias: I think that in the eight rounds we have had thus far the US has received a clear idea of what the Spanish want. There is some understanding but there seems to be difficulty in two main areas: first, the legal form that a security guarantee might take and, second, the military aid requirements.

The President: I am not familiar with all the details but I understand that it is not clear whether you want us to close all the bases or one of them or two of them. Furthermore, we need to know exactly what kind of hardware list you have. If you want us to close all the bases

~~SECRET~~ NODIS

Curriculum Vitae

INFORMAÇÃO PESSOAL



David Alexandre Pinto Martins Direito

📍 Rua Bartolomeu Dias, Nr.15 - 5º A 2735-069 Agualva

☎ 309928362 📠 929443166

✉ direito.david@hotmail.com

Sexo Masculino | Data de nascimento 09.09.1993 | Nacionalidade Portuguesa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Voluntariado na Biblioteca da Escola Ferreira Dias

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Frequência de Mestrado em História Moderna e Contemporânea - Relações Internacionais de 2015-2017

Licenciatura em História Moderna e Contemporânea de 2012-2015

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	B1/B2	B1/B2	B1/B2	B1/B2	B1/B2
Francês	A1/A2	A1/A2	A1/A2	A1/A2	A1/A2

Competências de comunicação

Dificuldades de comunicação e interação com outros

Competências de organização

Boa organização pessoal

Competências relacionadas com o trabalho

Não Adquiridas

Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO

Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
UTILIZADOR INDEPENDENTE	UTILIZADOR INDEPENDENTE	UTILIZADOR BÁSICO	UTILIZADOR BÁSICO	UTILIZADOR BÁSICO

ANEXOS

Diploma de Licenciatura